



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

AANNE KAROLINNE SANTOS DA CRUZ

**RAÇA, RACISMO E RACISMO DE ESTADO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI
(MINUSTAH)**

São Cristóvão
2023



AANNE KAROLINNE SANTOS DA CRUZ

**RAÇA, RACISMO E RACISMO DE ESTADO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI
(MINUSTAH)**

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientadora: Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand.

São Cristóvão
2023

TERMO DE APROVAÇÃO

AANNE KAROLINNE SANTOS DA CRUZ

**RAÇA, RACISMO E RACISMO DE ESTADO: UMA ANÁLISE DO CASO DA
MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI
(MINUSTAH)**

Trabalho de Conclusão Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientadora: Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand.
Orientadora - Universidade Federal de Sergipe

Professor Dr. Thiago Fernandes Franco

Professora Dra. Juliana de Paula Bigatão Puig
Examinador externo- Universidade Federal de São Paulo

São Cristóvão, 10 de maio de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Ana Lúcia e Agnaldo Elias, pelo suporte incondicional desde o início da minha vida de estudante, que me proporcionaram todo apoio e oportunidades; que me ensinaram sobre tudo e acompanharam cada momento da minha vida e me ensinaram a importância que o estudo teria pra mim.

Agradeço aos professores do Colégio de Aplicação que depositaram confiança em mim: Saulo Rodrigues, Éccia Alécia, Josefa Almeida, Josevânia e Sízínio Lucas. Em especial, eu gostaria de expressar minha intensa gratidão à professora e amiga Isis Furtado. Agradeço por todo o tempo e atenção ao longo dos anos. Sua ajuda e seus conselhos foram essenciais para que eu pudesse superar momentos difíceis. Por você ter me mostrado que o ensino de história é proveitoso.

Agradeço ao professor Thiago por ter me apresentado bell hooks.

Agradeço a todas as minhas amigas pretas que fiz durante essa caminhada: Bruna, Naisy, Diandra, Mayara, Meg, Alícia, St, Mimi, Nayla, Chrystal, Gabe, Naila. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Agradeço aos primeiros amigos que fiz durante o curso: Paulo, Jeypi, Ênio, Clarinha, Lara, Bárbara, Heitor e Ricardo, vocês foram fundamentais desde os primeiros dias de aula até a formatura. Agradeço pelos momentos inesquecíveis que vivemos juntos, pelas confraternizações de final de ano, pelas risadas, pelos conselhos e passeios.

Agradeço, especialmente, ao meu amigo Heitor, que foi meu parceiro em grande parte dos trabalhos durante a graduação, que contribuiu imensamente para todo conhecimento que adquiri até aqui, e a todos os nossos trabalhos que fazíamos questão de falar sobre Raça.

Agradeço a Diandra Larissa por ter sido uma pessoa tão especial em minha vida durante esses últimos quatro anos e por ter sido uma grande companhia nesse processo de elaboração da pesquisa. Sua paciência, dedicação e carinho foram fundamentais para tornar mais leve e tranquilo todo o percurso até o final deste projeto. Ao nosso amor e interesse compartilhado por bell hooks, que inspirou e norteou nossos trabalhos.

Agradeço a Ricardo, por ter estado comigo em vários momentos: bons e ruins. Por compartilhar tantos sentimentos comigo durante a produção dos nossos trabalhos e pela escuta em vários momentos de ansiedade.

Agradeço a Lara, Ludmilla e Dominique, por terem me dado forças diariamente.

Agradeço a Náisy por ter sido uma das minhas amigas mais próximas nos últimos anos. Tive a sorte de contar com sua amizade e apoio em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis. Sou muito grata por ter confiado em você alguns segredos mais profundos e pessoais, sabendo que sempre estaria lá para me ouvir e me apoiar.

Agradeço de coração à Bruna Gisele e Juliana Dewitt, minhas amigas de longa data, que me acompanharam desde a infância até hoje. Agradeço por todas as conversas, trocas de experiências, conselhos e momentos de descontração que tivemos ao longo dos anos, mesmo estando distantes fisicamente. A amizade de vocês tem sido muito especial pra mim durante todos esses anos. Saibam que vocês duas têm um lugar especial no meu coração e que sou grata por tê-las como amigas.

Agradeço a Mayara de Fátima, amiga e irmã, por ter me acompanhado nesses últimos dez anos. Sua presença constante tem sido um presente valioso, e sou grata por todos os momentos que compartilhamos juntas, você foi um dos meus maiores presentes nessa vida. Agradeço por ter tornado a maioria dos meus dias mais divertidos, por ter trazido alegria aos meus momentos difíceis e por ter sido um ombro amigo sempre que precisei.

Agradeço de todo coração a Miriã, uma pessoa que foi como uma mãe para mim durante um período tão importante da minha vida. Miriã me acolheu em sua casa e em seu coração. Infelizmente, a pandemia nos tirou a oportunidade de desfrutar de mais tempo juntas e eu sinto muito a sua falta. Espero que esteja em paz, sabendo que sou eternamente grata por tudo que fez por mim.

Agradeço imensamente aos amigos Cleisson, Joãozinho, Matheus, Bea Piauí, Rennes, Jujú Duarte que estiveram ao meu lado nos últimos anos, principalmente nos últimos três anos, um período marcado por muitos momentos caóticos. Agradeço por toda ajuda e conforto que me proporcionaram durante esse tempo tão difícil.

Agradeço ao meu amigo e professor Emerson Esteves por ter sido uma figura tão importante em minha jornada acadêmica. Além de ser um excelente professor, você também foi um amigo fiel que me apoiou e me incentivou em cada pedacinho da minha pesquisa. Além de que o seu trabalho e seu progresso me incentivam a cada dia.

Agradeço aos amigos que fizeram parte de um dos momentos mais importantes da minha vida: Aghata, Gabi, Efraim, St, Meg. Vocês foram essenciais e me ajudaram em fases mais delicadas. Agradeço por toda descontração durante as aulas. Não teria suportado todos aqueles anos sem vocês ao meu lado.

Agradeço aos amigos que também fizeram parte dessa caminhada: Ícaro, Nayla, Chrystal e Kely. A companhia de vocês durante as viagens de ida e vinda para a UFS foram inestimáveis para mim e tornaram esse processo menos cansativo.

Agradeço aos meus amigos e veteranos da faculdade. Durante os meus anos na universidade, vocês foram uma enorme fonte de apoio, orientação e inspiração.

Agradeço, especialmente, à Igor por ter me acolhido desde o início e por ter me ajudado a me adaptar ao ambiente universitário, suas palavras de incentivo e orientações foram essenciais para que eu pudesse superar as dificuldades e concluir essa pesquisa.

Agradeço à Alícia, por ter sido uma das primeiras amigas pretas a me acolher. Obrigada por todo o suporte que você me ofereceu durante os meus anos neste curso.

Agradeço a Dudu por ter sido um fiel conselheiro durante meu processo e por ter sempre estar disposto a me ouvir.

À Jéssica, sou imensamente grata por todo o suporte durante os momentos de maior pressão e ansiedade na elaboração desta pesquisa.

Agradeço à minha orientadora e professora Érica Winand.

Agradeço de coração a todos os professores que compartilharam comigo suas preciosas considerações e conhecimentos durante o desenvolvimento deste projeto, em especial a professora Juliana Puig.

Por fim, agradeço a todos que tornaram meus dias mais leves.

Cheguei à teoria porque estava machucada — a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender — aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura.

bell hooks

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo principal analisar como as perspectivas de raça e racismo são essenciais para analisar o contexto político e social haitiano, tendo a MINUSTAH como um dos objetos de estudo. Dessa maneira, para realizar esta análise, faz-se necessário compreender o contexto histórico-político do país. Em seguida, a pesquisa se propõe a analisar a MINUSTAH como o ápice e a continuidade de práticas intervencionistas, por parte de países colonizadores. Tais práticas perpetuam padrões civilizatórios, assumindo discursos de modernização que reforçam a ideia de superioridade ocidental em detrimento das culturas locais. A este respeito, a prática contemporânea de construção da paz é vista nesta pesquisa como uma versão moderna das missões civilizatórias, nas quais as potências imperiais europeias acreditavam ter o dever de "civilizar" suas possessões ultramarinas. Por conta disso, nesta pesquisa, será abordada a perspectiva da virada local como uma alternativa viável para lidar com os dispositivos racistas presentes nas intervenções humanitárias da ONU. Dessa forma, analisar a relação entre raça e racismo é crucial para as Relações Internacionais, pois evidencia como as hierarquias raciais permeiam as relações de poder globais e podem ser reproduzidas por intervenções internacionais. Desse modo, a partir de uma perspectiva decolonial, é considerado fundamental que o conceito de raça não seja silenciado nas análises sociais, principalmente no que diz respeito ao Haiti, um país em que a maioria população é predominantemente composta por afrodescendentes, uma vez que, no discurso social, a raça ainda é utilizada para justificar a segregação e as desigualdades presentes na sociedade. A metodologia adotada consistirá na análise de documentos oficiais da ONU e de organizações não governamentais, bem como análise de entrevistas de antigos comandantes da MINUSTAH, antigos observadores das missões, representantes de Organizações Internacionais, cidadãos haitianos e por último, uma análise de dados coletados por organizações estatais e não-governamentais.

Palavras-chave: Raça; Racismo; Haiti; MINUSTAH; ONG.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo principal analizar cómo las perspectivas de raza y racismo son esenciales para analizar el contexto político y social haitiano, teniendo a la MINUSTAH como uno de los objetos de estudio. De esta manera, para realizar este análisis, es necesario comprender el contexto histórico-político del país. A continuación, la investigación propone analizar la MINUSTAH como el ápice y la continuidad de prácticas intervencionistas, por parte de países colonizadores. Tales prácticas perpetúan patrones civilizatorios, asumiendo discursos de modernización que refuerzan la idea de superioridad occidental en detrimento de las culturas locales. En este sentido, la práctica contemporánea de construcción de paz se ve en esta investigación como una versión moderna de las misiones civilizatorias, en las que las potencias imperiales europeas creían tener el deber de "civilizar" sus posesiones ultramarinas. Por ello, en esta investigación se abordará la perspectiva del giro local como una alternativa viable para abordar los dispositivos racistas presentes en las intervenciones humanitarias de la ONU. De esta forma, analizar la relación entre raza y racismo es crucial para las Relaciones Internacionales, pues evidencia cómo las jerarquías raciales impregnan las relaciones de poder globales y pueden ser reproducidas por intervenciones internacionales. Por tanto, desde una perspectiva decolonial, se considera fundamental que el concepto de raza no sea silenciado en los análisis sociales, especialmente en lo que respecta a Haití, un país en el que la mayoría de la población es predominantemente afrodescendiente, ya que en el discurso social la raza todavía se utiliza para justificar la segregación y las desigualdades presentes en la sociedad. La metodología adoptada consistirá en el análisis de documentos oficiales de la ONU y de organizaciones no gubernamentales, así como en el análisis de entrevistas de antiguos comandantes de la MINUSTAH, antiguos observadores de las misiones, representantes de Organizaciones Internacionales, ciudadanos haitianos y, por último, en un análisis de datos recopilados por organizaciones estatales y no gubernamentales.

Palabras-chave: Raza; Racismo; Haití; MINUSTAH; ONG.

RÉSUMÉ

Ce mémoire a pour objectif principal d'analyser comment les perspectives de race et de racisme sont essentielles pour comprendre le contexte politique et social haïtien, en prenant la MINUSTAH comme l'un des objets d'étude. Ainsi, pour réaliser cette analyse, il est nécessaire de comprendre le contexte historique et politique du pays. Ensuite, la recherche se propose d'analyser la MINUSTAH comme l'apogée et la continuité de pratiques interventionnistes de la part des pays colonisateurs. Ces pratiques perpétuent des modèles civilisationnels, en assumant des discours de modernisation qui renforcent l'idée de supériorité occidentale au détriment des cultures locales. À cet égard, la pratique contemporaine de la construction de la paix est considérée dans cette recherche comme une version moderne des missions civilisatrices, dans lesquelles les puissances impériales européennes croyaient avoir le devoir de "civiliser" leurs possessions ultramarines. Pour cette raison, cette recherche aborde la perspective du tournant local comme une alternative viable pour faire face aux dispositifs racistes présents dans les interventions humanitaires de l'ONU. Ainsi, analyser la relation entre race et racisme est crucial pour les relations internationales, car elle met en évidence comment les hiérarchies raciales imprègnent les relations de pouvoir mondiales et peuvent être reproduites par les interventions internationales. De cette manière, à partir d'une perspective décoloniale, il est considéré comme essentiel que le concept de race ne soit pas tu dans les analyses sociales, en particulier en ce qui concerne Haïti, un pays où la majorité de la population est composée de personnes d'origine africaine, car dans le discours social, la race est encore utilisée pour justifier la ségrégation et les inégalités présentes dans la société. La méthodologie adoptée consistera en l'analyse de documents officiels de l'ONU et d'organisations non gouvernementales, ainsi qu'en l'analyse d'entretiens avec d'anciens commandants de la MINUSTAH, d'anciens observateurs des missions, de représentants d'organisations internationales, de citoyens haïtiens et enfin, en l'analyse de données collectées par des organisations étatiques et non gouvernementales.

Mots-clés: Race; Racisme; Haïti; MINUSTAH; ONG.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa da América Central e do Caribe.....
- Figura 2: Número de escravizados em Saint Domingues.....
- Figura 3: Môle Saint-Nicolas Weather Forecast.....
- Figura 4: Ajuda para o Haiti, 2006 até 2008 (em milhões).....
- Figura 5: Ajuda humanitária para o Haiti, de 1989 até 2008 (em milhões).....
- Figura 6: Número de ONGs no Haiti.....
- Figura 7: Estimativas do número de ONGs no Haiti.....
- Figura 8: Países de origem dos capacetes azuis envolvidos nas histórias dos "bebês-peaceeper"

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ajuda Humanitária fornecida pelos EUA para o Haiti de 2004 a 2017 (em milhões de dólares).....

Tabela 2: Ajuda Humanitária para o Haiti (em %)......

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cronologia das Etapas Históricas do Haiti.....

Quadro 2: Missões no Haiti e seus objetivos.....

Quadro 3: Países com Alto Risco de Falência.....

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGD – Center for Global Development (Centro de Desenvolvimento Global)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ACNUDH – Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR – Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AH – Ajuda Humanitária

APD – Ajuda Pública Líquida ao Desenvolvimento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EPP – Estudos para a Paz

EUA – Estados Unidos da América

FIDH – Fédération internationale des droits de l'homme (Federação Internacional dos Direitos Humanos)

FMI – Fundo Monetário Internacional

HRI – Índice de Resiliência Humana

MICIVIH – Mission Civile Internationale en Haïti (Missão Civil Internacional no Haiti)

MINUSTAH – The United Nations Stabilization Mission in Haiti (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti)

MIPONUH – United Nations Civilian Police Mission in Haiti (Missão Civil de Polícia das Nações Unidas no Haiti)

ODA – Official development assistance (Ajuda pública ao desenvolvimento)

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OECD – The Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

ONU – Organização das Nações Unidas

OPP – Operações de Paz

PARDN – Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti

RI – Relações Internacionais

UCAONG Unité de Coordination des Activités d'ONG

UNAIDS – Joint United Nations Program on HIV/AIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV/AIDS)

UNDOF – The United Nations Disengagement Observer Force (Força das Nações Unidas de Observação da Separação)

UNFPA – The United Nations Population Fund (Fundo de População das Nações Unidas)

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNMIH – The United Nations Mission in Haiti (Missão das Nações Unidas no Haiti)

UNSMIH – United Nations Support Mission in Haiti (Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti)

UNTMH – United Nations Transition Mission in Haiti (Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WFP – World Food Program (Programa Alimentar Mundial)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	
2 PROCESSO HISTÓRICO E CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO HAITI.....	
2.1 O Haiti: um breve histórico da ilha de Saint-Domingue.....	
2.2 A Revolução Haitiana (1791-1804): Liberdade ou Morte.....	
2.3 Breve histórico das intervenções estrangeiras: formação da sociedade e do Estado Haitiano pós-colonial.....	
3 CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM TEÓRICA PARA O ESTUDO DO CASO HAITIANO.....	
3.1 O racismo como elemento estruturante das Relações Internacionais e a relação entre raça e racismo.....	
3.2 Racismo de Estado.....	
3.3 O racismo na missão de Estabilização de Paz no Haiti.....	
3.4 Outros modelos e críticas.....	
4 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI.....	
4.1 A controversa presença brasileira na MINUSTAH: desafios, desacertos e desdobramentos.....	
4.2 A violência no Haiti.....	
4.3 Crise haitiana e a hegemonia da Comunidade Internacional.....	
4.4 Casos de abuso e exploração sexual envolvendo militares das tropas de paz.....	
4.5 O surto de Cólera no Haiti.....	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
Referências.....	

1 INTRODUÇÃO

A história do Haiti é marcada por uma longa série de disputas internas e invasões. Entre os eventos mais significativos, destaca-se a Revolução Haitiana (1791-1804), um marco na história mundial por ter sido o único exemplo de constituição de um Estado independente formado por africanos fora da África (SEITENFUS, 2014, p. 33). No entanto, após a independência, o país caribenho foi isolado internacionalmente, por mais de 200 anos e quando o mundo resolveu finalizar o isolamento, o fez com o particular objetivo de “castigar o País e ao seu povo” (SEITENFUS, 2014, p. 40), por meio de invasões, ocupações, agressões e embargos. Infelizmente, o Haiti sofre as consequências dessas ações até hoje.

Após a independência, o país caribenho foi invadido e ocupado pelos fuzileiros estadunidenses (1915-1922); viveu uma ditadura civil militar financiada pelo governo dos Estados Unidos (1957-1986) e foi ocupado outras vezes pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante seu processo de redemocratização, nos anos de 1990, até que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) fosse instituída em 2004.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como as perspectivas de raça e racismo se manifestam no contexto político e social haitiano tendo a MINUSTAH como um dos objetos de estudo. Por conseguinte, a monografia se propõe a analisar a MINUSTAH como o ápice e a continuidade de práticas intervencionistas externas de países colonizadores. Tais práticas perpetuam padrões civilizatórios, assumindo discursos de modernização que reforçam a ideia de superioridade ocidental em detrimento das culturas locais.

A este respeito, a prática contemporânea de construção da paz é vista nesta pesquisa como uma versão moderna das missões civilizatórias nas quais prevalecia o entendimento de que as potências imperiais europeias tinham o dever de "civilizar" as suas possessões ultramarinas (PARIS, 2002, p.638). Embora os agentes que atuem nas missões de paz modernas tenham abandonado em grande medida a linguagem arcaica de “civilizado *versus* incivilizado”, parecem, no entanto, agir com base na crença de que existe um modelo de governação interna, a democracia liberal de mercado, que é superior a todos os outros (ibidem, p.63)

Dessa maneira, para fazer esta análise faz-se necessário compreender o contexto histórico-político do país. Para tanto, será dedicado um capítulo introdutório que tratará

brevemente sobre a Revolução Haitiana devido a sua importância para explicar a sociedade haitiana. A partir disso, será possível identificar como diversos direitos foram negados à população haitiana quando às distintas missões de estabilização foram instituídas no país.

Posteriormente, serão trabalhadas as definições de raça e racismo e as conceituações que fundamentam este projeto. Esta perspectiva de análise é necessária à área de Relações Internacionais, pois denuncia como a construção de hierarquias raciais está profundamente enraizada nas relações de poder globais e como as intervenções internacionais podem reproduzir essas hierarquias.

Desse modo, a partir de uma perspectiva decolonial, é considerado fundamental que o conceito de raça seja trazido para as análises sociais, uma vez que, no discurso social, a raça ainda é utilizada para justificar a segregação e as desigualdades presentes na sociedade. No que diz respeito às Relações Internacionais, o silenciamento da raça implica em ignorar todo o conjunto de produções sociais em que ela está envolvida e que contribuem para a manutenção dessas desigualdades. Nesse sentido, é necessário incluir a dimensão racial nas análises sociais e refletir criticamente sobre a sua influência nos processos políticos e sociais contemporâneos.

Além disso, ao examinar as consequências dessas abordagens para a população haitiana, esta pesquisa contribui para uma discussão crítica sobre as missões de Paz e a necessidade de uma abordagem mais sensível em relação às questões culturais e raciais. Considerando que as perspectivas raciais têm ganhado espaço no campo das Relações Internacionais, é crucial direcionar atenção para este tema, especialmente na área de segurança internacional e de estudos decoloniais (QUIJANO, 2005).

Subsequente a isso, será trabalhado o racismo de Estado como pano de fundo das técnicas utilizadas no país caribenho (FOUCAULT, 1999). Tal mecanismo é empregado pelas potências para determinar normas democráticas liberais e instituir condutas ao Estado haitiano e à sua população. Será levado em consideração que o racismo e seus aspectos não são expressos somente de formas individuais, mas sim revestidos de formas estruturais, manifestos através das políticas públicas que são feitas em um molde diferente do qual a população haitiana está habituada (SEGUY, 2015 b, p.3). Isto é, as práticas intervencionistas que foram realizadas durante a colonização ainda estão presentes no Haiti, mas agora se apresentam sob uma nova roupagem denominada Missões de Paz.

Para tal propósito, parte-se de uma metodologia de pesquisa essencialmente qualitativa, que busca historicizar o processo colonizatório haitiano, como antecessor do modo como se praticaram as missões de paz no mesmo país, inferindo, ao final o pertencimento da dinâmica mais recente das intervenções às práticas racistas e de concepção biopolítica herdadas do saldo do processo colonizatório.

A monografia está organizada em três capítulos:

(1) Processo histórico: Neste capítulo serão apresentadas informações breves sobre a história do Haiti, incluindo o legado do colonialismo e a importância da questão racial na sociedade haitiana. Além disso, será abordada a importância da Revolução Haitiana na formação do país e como esse movimento histórico vai explicar a presença de intervenções estatais.

(2) Abordagem Teórica: Neste capítulo serão trabalhados os conceitos de raça e racismo, bem como o Racismo de Estado, em relação ao contexto histórico do Haiti como antiga colônia francesa e a influência dessas questões na construção da sociedade haitiana. Também será abordada a virada local, que oferece uma nova perspectiva para análise de problemas sociais.

(3) MINUSTAH: No último capítulo teórico desta monografia, serão discutidos os principais problemas enfrentados pela MINUSTAH no Haiti, incluindo violência, disseminação da cólera e casos de abuso e exploração sexual envolvendo militares das tropas de paz. Esses problemas ilustram como as missões de paz impostas pela ONU são vistas como missões civilizatórias e perpetuam um histórico de violência e opressão no país.

Dessa forma, esta monografia é uma pesquisa bibliográfica documental e a metodologia empregada foi a descritiva qualitativa. De modo que primeiro foi realizada uma análise social histórica sobre a Revolução Haitiana e a construção do Estado haitiano, pois tem como objetivo entender o desenvolvimento da sociedade haitiana. Para isso, utilizou-se livros e artigos como fonte de pesquisa a partir dos seguintes autores: Ricardo Seitenfus (2014), Rodrigo Alvarez, (2012), Aderson Carvalho, (2010), Leslie Manigat, (2003), C. L. R. James (2010), Marcos Queiroz (2017), Laurent Dubois (2004), Bertrand Jouvenel (1978), Charles Mills (1997) e Franck Seguy (2015).

Em seguida, foram utilizados documentos oficiais e de organizações não governamentais, além de livros que trazem os conceitos de raça e racismo para analisar a situação atual do Haiti a partir dos autores: Abdias Nascimento (2020), Aníbal Quijano (2015), Paul Gilroy (2012), Frantz Fanon (2012), Ramón Grosfoguel (2011), Enrique Dussel (1993), Edward Said (2007), Achille Mbembe (2014), Etienne Balibar, Immanuel Wallerstein (2021), Walter Dignolo (2019), Michel Foucault (1999), Sueli Carneiro (2005), Lyonel Trouillot (2010), W.E.B Du Bois (1925), Lucas Guerra (2018). Para falar a respeito da virada local foram utilizados os autores Roland Paris (2002), Roger MacGinty (2011), Áureo Toledo (2020) (2017) (2015), Lorraine Braga (2020), Juli Facchini (2017). Além da análise dos dados presentes em: Official Development Assistance online database; Foreign Assistance By Agency U.S, para demonstrar a quantidade de dinheiro que foi dado ao Haiti e em seguida relacionar os dados para a interpretação. Além da utilização de entrevistas realizadas por Jade Lôbo (2020), Kathie Klarreich e Linda Polman (2012), Carlos Orsi (2014), Vijaya Ramachandran e Julie Walz (2015). Esses autores trazem entrevistas de antigos observadores da MINUSTAH, de haitianos que tiveram contato ou conhecimento da MINUSTAH. Essa metodologia possibilitou uma análise mais profunda e subjetiva das experiências e percepções das pessoas em relação à atuação da MINUSTAH no Haiti.

2 PROCESSO HISTÓRICO E CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA DO HAITI

O primeiro capítulo desta monografia possui o objetivo de trazer informações acerca da construção do Estado haitiano, mais particularmente sobre como seu histórico político culminou na Revolução Haitiana (desde o período colonial até 1804), visto que aquela revolução é ponto de partida para o entendimento da condição política atual do País. Interessa-nos, sobretudo, compreender como um país que conquistou sua independência antiescravagista em um período no qual o termo “liberdade” ainda estava buscando firmar-se (LÔBO, 2020, p.15) e que contou com uma sociedade politicamente ativa na formação na construção do Estado-nação, núcleo das modernas relações internacionais (ibidem, 2020, p.15), teve sua imagem, ao longo do tempo, cristalizada como de um estado insuficiente e carente de intervenções internacionais.

2.1 O Haiti: um breve histórico da ilha de Saint-Domingue

O Haiti é um pequeno país com uma área central de 27.750 km² que se localiza na ilha no Caribe, batizada de Hispaniola por Cristóvão Colombo em 1494, que a viu como “a coisa mais formosa do mundo” (SEITENFUS¹, 2014, p.28). O Haiti é o terceiro maior País do Caribe, atrás de Cuba e da República Dominicana (sendo que esta última partilha uma fronteira de 360 quilômetros com o Haiti). Possuindo como capital a cidade de Porto Príncipe (Port-au-Prince), está dividida administrativamente em 10 departamentos.

Colombo foi seduzido pela beleza de uma vegetação tropical abundante, por ilhas e praias paradisíacas, cercadas por um mar azul turquesa, mas, sobretudo, pela afável acolhida dos habitantes (SEITENFUS, 2014, p.28). Assim, a ilha Hispaniola foi primeiro um domínio espanhol conquistado por Colombo que deu início a um processo de extermínio de nativos, os milhões de indígenas que viviam lá foram transformados em apenas algumas centenas de sobreviventes (ALVAREZ, 2012, p.22). Os massacres, a exploração e o estupro marcaram o início da exploração Hispaniola (SEITENFUS, 2014, p.29). Desprovidos de escrúpulos morais ou freios institucionais, reconfortados pela cegueira bárbara do Catolicismo, os

¹ No momento em que antecede a Revolução Haitiana, a sociedade de São Domingos era dividida essencialmente em três grandes grupos sociais: os brancos, os negros escravizados (crioulos, nascidos na colônia, e africanos, chamados pejorativamente de bossales) e livres de cor (mulatos livres e negros livres). No entanto, cabe ressaltar que a realidade e mediação desses lugares sociais era muito mais complexa do que à primeira vista pode parecer, questão que, infelizmente, não é possível desenvolver nesta pesquisa (DUBOIS, 2004, e FICK, 1990).

conquistadores encontraram via livre, material e conforto espiritual para levar adiante o que se tornaria a maior carnificina da História da humanidade (SEITENFUS, 2014, p.31).

Os extintos taínos² foram os primeiros escravizados da ilha e, de acordo com historiadores, os primeiros escravizados da história do continente americano. Aproximadamente cerca de 600 mil indígenas morreram por causa de maus-tratos e doenças transmitidas pelos colonizadores (ALVAREZ, 2012, p.22). E assim, foi preciso trazer uma segunda leva de escravizados³ que vieram principalmente do Benin, do Congo e de Angola⁴. Em seguida, no ano de 1697, o Tratado de Ryswick⁵ estabeleceu que a parte ocidental da ilha seria controlada pela França, que iniciou a exploração econômica da colônia. Sob o domínio francês, foi uma das mais rentáveis colônias, cuja produção de açúcar alimentava a elite francesa de Marselha, Nantes e Bordéus, através da cruel escravização de mais de 400.000 negros trazidos de África (CARVALHO, 2010). Além disso, o Haiti possui uma posição geograficamente estratégica por conta de estar posicionado em um ponto de trânsito importante para o comércio marítimo, como demonstra a figura (1) abaixo:

2 Embora James empregue sempre a expressão “Revolução de São Domingos”, o processo histórico é mais frequentemente denominado pela historiografia como “Revolução Haitiana”.

3 Nasce e se desenvolve um racismo biológico social fundado na ideia de que há uma raça superior (branco-europeia) detentora de superioridade física, moral, intelectual e estética, dispondo, portanto, de um poder sobre verdades e normas, e aquelas raças que constituem um perigo para o patrimônio biológico. É neste momento que aparecem os discursos biológicos racistas sobre a degeneração da humanidade (FOUCAULT, 1976).

4 Vodou: nome usado para a crença religiosa de matriz afro no Haiti, se assemelhando ao Candomblé no Brasil. (HANDERSON, 2010). Ademais, o vodou representou a construção de uma forma diaspórica de manifestação cultural, pois, assim como em outros casos semelhantes, situava-se para além de tradições culturais localizadas nas diferentes partes do continente africano (QUEIROZ, 2017, p.69).

5 Houngan ou Ugã: significa papa-loi em Créole, língua do Haiti, é o sacerdote do Vodou (HANDERSON, 2010).

Figura 1: Mapa da América Central e do Caribe



Fonte: Perry-Castañeda Library, Map Collection, Haiti Maps. Disponível em: <https://maps.lib.utexas.edu/maps/haiti.html>.

Ademais, no momento em que o canal estava sendo construído, o Haiti possuía um porto no extremo noroeste de seu território, com uma baía que abrigava e comandava, à distância, a entrada Atlântica do Canal, localizado em Môle Saint Nicolas, chamado de "O Gibraltar do Novo Mundo" (MANIGAT, 2003, p.246).

2.2 A Revolução Haitiana (1791-1804): Liberdade ou Morte

Uma das obras mais importantes para tratar a respeito da Revolução Haitiana é a partir dos escritos de Cyril Lionel Robert James (C.L.R. James) intitulada "Os Jacobinos negros" de 1938, período em que a Europa vivenciava uma enorme instabilidade política, em razão da ascensão do nazifascismo e pelo totalitarismo stalinista na União da República Socialista Soviética (URSS).

Desta maneira, a obra de C.L.R. James testemunhou a história referente à revolução dos homens livres de cor⁶ de São Domingos⁷ e a sua relação com a sua principal liderança: Toussaint L'Ouverture (TRUBILIANO, 2012). O livro foi escrito em uma conjuntura em que predominavam as teorias eugênicas⁸ e as teorias da supremacia da raça branca. Dessa maneira,

⁶ Nome dado aos escravizados que fugiam.

⁷ Os taínos ou tainos são **indígenas pré-colombianos** que habitaram as Bahamas, as Grandes Antilhas e as Pequenas Antilhas do Norte, no Caribe.

⁸ Benin, Congo e Angola são países situados no continente Africano.

denunciar esse cenário e os seus males foi o que impulsionou James a escrever um texto que fala a respeito de um estado de opressão em que viviam os africanos e seus descendentes.

Em vista disso, C.L.R. James reconheceu a necessidade de escrever um livro no qual assinalava que os africanos e os seus descendentes, em vez de serem constante objetos da exploração e da feridade de outros povos, estariam eles mesmo agindo em larga escala e moldando outras gentes, de acordo com sua própria necessidade (JAMES, 2010. p. 11). É com base nessa obra que será produzida, posteriormente, toda uma historiografia acerca da Revolução Haitiana e dos seus impactos no mundo colonial, apontando sua importância social, política, cultural e filosófica (QUEIROZ, 2017).

O autor traz à tona um dos temas mais importantes da diáspora africana, além de evidenciar o racista e eurocêntrico Ocidente que concebe um sistema colonial que viabiliza a dominação dos demais continentes. Mais do que somente que uma ideia, existe a convicção da incontestável supremacia branca sobre as demais raças. Nestas condições, o Ocidente não está preparado para aceitar, sequer explicar, a indescritível derrota por parte de um exército negro (SEITENFUS, 2014, p. 24). Assim, os escravizados vindos do continente africano serão os guerreiros que no futuro se orgulham de fazer a única revolta bem-sucedida no continente americano (DUBOIS, 2004, p.22). É por conta deste fato que, segundo o historiador Laurent Dubois (2004), a Revolução Haitiana é considerada uma precursora das lutas pela descolonização e pode ser chamada de Revolução Africana.

À vista disso, a repercussão e a continuidade do movimento dos Jacobinos negros podem ser analisadas, a partir da importância econômica que a França possuía no mundo colonial dos fins do século XVIII. Além dela, não existiu outra potência, no século XVIII, que tivesse combinado seu poderio militar com um poderio naval equivalente (JOUVENEL, 1978). Além disso, a França possuía a maior população da Europa, depois da Rússia, e era muito mais rica, não em termos de riqueza *per capita*, mas sim em termos de renda nacional global (JOUVENEL, 1978).

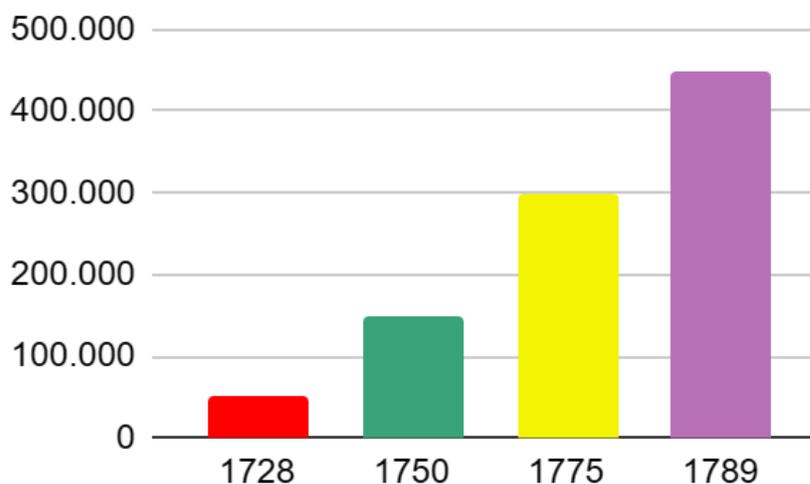
Já a colônia de São Domingos era o “o maior produtor mundial de açúcar e café”. Exportava “tanto açúcar quanto Jamaica, Cuba e Brasil juntos” e produzia a metade do café do mundo, tornando-o “a peça central do sistema escravista atlântico” (DUBOIS, 2004, p. 21) 31. São Domingos também era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu, além de ser considerado “o orgulho da França e a inveja de todas as outras nações

imperialistas". Sua estrutura era sustentada pelo trabalho de meio milhão de escravizados (JAMES, 2010, p.15). Em contrapartida, as riquezas geradas por meio do trabalho escravo no Novo Mundo garantiram à Europa se estabelecer como berço geocultural e hegemônico do capitalismo. A respeito disso Laurent Dubois exprime que:

Três quartos do açúcar e do café produzidos nas colônias e enviados para a França foram reexportados para outros países da Europa. O sustento de até um milhão dos 25 milhões de habitantes da França dependiam diretamente do comércio colonial. Como as políticas comerciais francesas restritivas mantiveram baixos os preços que os plantadores podiam exigir por seus produtos, comerciantes metropolitanos nas cidades portuárias fizeram fortunas extraordinárias com este negócio. As colônias de escravizados do Caribe foram um motor para a mudança econômica e social na França metropolitana. O historiador Jean Jaurès destacou a “triste ironia” de que as fortunas criadas em Nantes e Bordeaux durante o século XVIII foram parte crucial da luta pela “emancipação humana” que eclodiu na Revolução Francesa. Muitos entre a burguesia que estava frustrada com os limites que lhes eram impostos pelo sistema do Antigo Regime eram ricos graças ao açúcar e ao café produzidos por escravizados no Caribe. Em 1789, 15 por cento dos 1.000 membros da Assembleia Nacional possuíam propriedades coloniais, e muitos outros provavelmente estavam ligados ao comércio colonial. (DUBOIS, 2004, p.21, tradução feita pela autora).⁹

Destarte, o aumento da produção de Saint-Domingue também era equivalente ao crescimento do número de escravizados. Assim como está presente na figura abaixo:

Figura 2: Número de escravizados em Saint Domingues



Fonte: Elaboração própria da autora.
Em: Laurent Dubois, Thomas Romyeke, 2009.

Os negros escravizados eram sujeitos a dois sistemas de controle social e de aplicação da justiça. O primeiro, próprio à comunidade, era executado por alguns elementos

⁹ O Tratado de Ryswick (1697) foi na verdade uma série de tratados bilaterais que encerraram a Guerra dos Nove Anos entre a França e a Espanha, a Inglaterra, o Sacro Império Romano e a República Holandesa (ONNEKINK, 2018).

pretensamente dotados de poderes mágicos. O segundo, imposto pelo mestre, era o Code Noir (Código Negro), dotado pelo Estado francês em 1685 (SEITENFUS, 2014, p. 34):

O Código Negro foi uma tentativa de Luís XIV para assegurar aos escravizados um tratamento humano, onde estabelecia que deveria ser-lhes dado, todas as semanas, dois potes e meio de mandioca, três de farinha, um quilo de carne salgada ou um quilo e meio de peço conservado em sal, quer era aproximadamente o que o homem saudável precisava para três dias, em vez disso, os seus senhores lhes davam três litros de uma farinha grossa, arroz, ou ervilhas e meia dúzia de arenques. Esgotados pelas suas tarefas que duravam o dia todo e iam até altas horas da noite, muitos não se animavam para cozinhar e acabavam comendo a comida crua. A ração era tão pequena e dada tão regularmente, que frequentemente, na última metade da semana não comiam nada (JAMES, 2010, p. 24).

Além disso, o código ainda fixava penas aos fugitivos e permitia que o mestre aplicasse o castigo que bem entendesse ao escravizado. Entre os castigos mais correntes estavam o açoite, a tortura, a mutilação, a prisão e o assassinato (SEITENFUS, 2014, p. 34).

Mestres e administradores coloniais concordaram que era vital conter essa população de escravizados. Mas muitas vezes eles discordam veementemente sobre como fazer isso. O Code Noir de 1685 do Rei estabeleceu regulamentos detalhados sobre qual tratamento dar aos escravizados — suas horas de trabalho, comida, moradia, roupas e punição — bem como questões relacionadas, como o processo de emancipação (DUBOIS, 2004, p. 30, tradução feita pela autora)¹⁰

Dessa maneira, esse trecho é capaz de exemplificar como o colonialismo exerce uma referência do que se chama de “Contrato Racial”, compreendido como o sistema de desconsideração da condição humana e de todas as maneiras de organização política dos povos não-brancos, além da disseminação, pelos brancos europeus, de modelos de Estado e configurações de ordem internacional favoráveis à manutenção dos privilégios de uma supremacia branca global (MILLS, 1997, p. 13-20).

A partir disso, é possível discorrer a respeito do reconhecimento da humanidade para pessoas não-brancas, pois o maior número dos homens e mulheres escravizados sequer tinha sido, até então, considerado como potencialmente humano. Isto posto, foi somente em razão da luta dos Jacobinos negros que a radicalidade da ideia de que há uma universalidade humana para além das distinções (de cor) pôde ser concretizada (JAMES, 2010).

A inexistência de qualquer direito faz com que existem poucas opções para os escravizados se oporem ao seu amo todo-poderoso. De fato, restam apenas duas opções para que os escravizados se operem: a sabotagem do equipamento de trabalho ou a fuga da

¹⁰ "Desde que impeçamos que os negros sejam donos dos navios, podemos deixá-los existir, e continuar a manter contatos comerciais muito lucrativos com eles."

plantação. A fuga temporária seria chamada de *petit marronage*, que significaria um retorno à plantação, enquanto a fuga definitiva seria chamada de *grand marronage* (SEITENFUS, 2014, p.34). Progressivamente, começam a formar pequenos grupos que habitam as montanhas do sul e a região da fronteira com a colônia espanhola e sobrevivem graças à rapina e furtos (SEITENFUS, 2014, p. 35). Somente a partir de 1764 surgem as primeiras denúncias sobre o perigo do *marronage*. Em 1793 – em pleno período revolucionário francês – indica-se um número aproximado de 50 mil casos de *marronages* para o período que cobre as últimas três décadas (ibid, p. 35).

Salienta-se ainda que, além da existência de um grande número de *marrons*¹¹ organizados nas montanhas, ainda existia o grande número de escravizados que não tinham conseguido fugir. Portanto, uma das condições que também acabou tornando viável a revolução na colônia de São Domingos se constitui, em parte, por conta dos escravizados já se encontrarem organizados e instruídos, devido ao sistema fabril, já implantado, no século XVIII, nas lavouras da ilha. A respeito disso, James exprime que:

Os escravizados trabalhavam na terra e, como os camponeses revolucionários de qualquer lugar, desejavam o extermínio de seus opressores. Mas, trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e seu levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado. Pela dura experiência, aprenderam que expostos isolados estavam condenados ao fracasso, e nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores de Le Cap, eles estavam se organizando para a revolução. O vodu¹² era o meio da conspiração. Apesar de todas as proibições, os escravizados viajavam quilômetros para cantar, dançar, praticar os seus ritos e conversas; e então, desde a Revolução, escutar as novidades políticas e traçar os seus planos (JAMES, 2010, p. 91).

Em vista disso, um dos sucessos marcantes da Revolução estava na capacidade dos conspiradores para se organizarem através das plantações, que estabeleciam a ligação de escravizados separados por distâncias significativas que trabalhavam sob o olhar de supervisores e senhores. Desse modo, a conspiração exigia uma forte liderança e confiança

11 Também chamada de Guerra Civil Americana, foi um conflito dentro dos Estados Unidos envolvendo os estados do norte e do sul pelo uso da mão de obra escravizada. A parte do Sul se chamavam de confederados e desejavam se separar dos Estados Unidos, mantendo a escravidão. E a parte Norte também chamados de União, buscavam a unidade territorial e o fim da escravidão (AMEUR, 2010).

12 Para Walter Mignolo, raça e o racismo são categorias indispensáveis na composição do Estado-Nação moderno e da própria divisão internacional do trabalho no interior de uma economia mundial capitalista (2019, p. 53-54).

entre os escravizados, pois se seus supervisores descobrissem os seus planos, seriam levados à captura e execução.¹³

Ao final do século 18, mais precisamente em 1791, aproveitando-se das contradições da Revolução Francesa, os independentistas haitianos reforçam sua capacidade militar e sua determinação na luta pela libertação. Ao longo de uma década de terríveis sofrimentos, atrozes crimes, dolorosas derrotas e memoráveis feitos, finalmente, em 18 de novembro de 1803, com a definitiva vitória na batalha de Vertières, liderada por Jean-Jacques Dessalines, nasce o primeiro Estado independente liderado pelos próprios habitantes da ilha, o Haiti (SEITENFUS, 2014, p. 35).

O líder mais visível durante os primeiros dias da insurreição foi Boukman, que havia trabalhado primeiro como motorista e depois como cocheiro (DUBOIS, 2004, p. 100), como ele era um capataz de uma fazenda, acompanhava a situação política, tanto entre os negros como entre os brancos (JAMES, 2010, p. 91). Acreditava-se que Boukman era, um Papaloi¹⁴, um líder religioso, um papel que lhe garantiu respeito entre muitos escravizados. Antes da revolta, na floresta, de um lugar chamado Bois-Caïman, Boukman liderou conspiradores em uma cerimônia religiosa, possivelmente do Vodou. Na cerimônia Boukman proclamou:

O Deus do homem branco o chama para cometer crimes; nosso deus pede apenas boas obras de nós. Mas este deus que é tão bom ordena vingança! Ele dirigirá nossas mãos; ele vai nos ajudar. Jogue fora a imagem do deus dos brancos que tem sede de nossas lágrimas e ouvir a voz da liberdade que fala no coração de todos nós (JAMES, 2010)

[...] Deus que criou a Terra; que criou o Sol que nos dá à luz; Nosso Deus que nos escuta. Tu observas como os brancos nos fazem sofrer. O Deus do homem branco ordena cometer crimes. Nosso Deus que é bom, que é justo, nos ordena vingança. Ele dirigirá nossa luta e nos levará a vitória... (SEITENFUS, 2014).

Os reunidos fizeram um juramento de segredo e vingança, selado pela bebida do sangue de um porco preto sacrificado diante deles. Era uma forma de pacto provavelmente derivada das tradições da África Ocidental (FICK, 1990). Uma semana após a cerimônia, tem início a revolta que culminou na independência, 13 anos mais tarde, sendo em seguida liderada por Toussaint Louverture, Dessalines e Christophe (SEITENFUS, 2014, p. 375).

13 Aviso: esta pesquisa acompanha o entendimento do Seguy (2014), de não trabalhar com a noção de escravo por considerar que nunca existiu um só escravo sequer em São Domingos. Dessa forma, o que existiu foram cativos africanos transformados em escravos. Utiliza-se assim o termo “escravizado”.

14 Representante Especial do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Chefe do Escritório da OEA no Haiti (2009-2011).

L'Ouverture se mostraria tão hábil com as armas quanto com a política. Primeiro, convenceu os franceses a fazer dele um general e depois o governador-geral de Saint Domingue. Com a guerra que começou em 1791, conseguiu declarar que todos os negros estavam livres das correntes (ALVAREZ, 2012, p. 23).

Desse modo, o Haiti foi a primeira colônia das Américas a abolir a escravidão, servindo de inspiração para os negros de países vizinhos, criando pânico entre os latifundiários dos Estados Unidos (ALVAREZ, 2012, p. 23). Era uma revolução não apenas contra a tirania de um governante específico, mas contra todas as tradições antigas que violavam os princípios gerais da liberdade humana (MORSS, 2011).

Assim, em consequência de sua revolução, o País independente, praticamente destruído, não foi reconhecido nem pela antiga metrópole, nem pelos Estados Unidos, que na época era uma potência em ascensão. Na América escravista, todos os brancos tinham medo do exemplo haitiano (FIGUEIREDO, 2006), em decorrência de ter sido a única revolução escrava e negra vitoriosa do mundo moderno, o único local fora da África que se constituiu, após a independência, como uma república negra (NASCIMENTO, W. S, 2008, p. 5).

2.3 Breve histórico das intervenções estrangeiras: formação da sociedade e do Estado Haitiano pós-colonial

O Haiti, caracterizado como um filho bastardo e indesejável de uma colonização tida como promissora e rentável, transforma-se, através do seu processo de independência, em uma catástrofe traumática para o Ocidente. Esse não contém seus esforços para eliminar de seu horizonte tudo o que se refere ao colonialismo e em particular ao Haiti (SEITENFUS, 2014, p. 22). Pois, como sublinha Karl Laske (2008), um crítico contemporâneo francês: “O último momento da colonização é colonizar a história do colonialismo.”¹⁵

¹⁵ Three-quarters of sugar and coffee produced in the colonies and sent to France was reexported to other countries in Europe. Because restrictive French trade policies kept the prices planters could demand for their products down, metropolitan merchants in the port towns made extraordinary fortunes from this business. The livelihood of as many as a million of the 25 million inhabitants of France depended directly on the colonial trade. The slave colonies of the Caribbean were an engine for economic and social change in metropolitan France. The historian Jean Jaurès pointed out the “sad irony” that the fortunes created in Nantes and Bordeaux during the eighteenth century were a crucial part of the struggle for “human emancipation” that erupted in the French Revolution. Many among the bourgeoisie who were frustrated with the limits placed on them by the Old Regime system were wealthy thanks to the sugar and coffee produced by slaves in the Caribbean. In 1789, 15 percent of the 1,000 members of the National Assembly owned colonial property, and many others were probably tied to colonial commerce (DUBOIS, 2004, p.21).

Dessa maneira, de acordo com Ricardo Seitenfus (2014), o processo de independência constitui o ápice de um processo político, cultural e psicológico marcado tanto pela rejeição a tudo que representa ou que possa ser relacionado ao Haiti, quanto pelo medo experimentado pelo Ocidente diante da realidade haitiana. Destarte, a Revolução Haitiana é enxergada pelo Ocidente como absurda e inaceitável, e um dos motivos principais dá-se ao fato de que um grupo de negros escravizados e analfabetos infligiram uma derrota ao exército considerado o mais bem treinado e equipado da época, o que confronta e choca o espírito do tempo (SEITENFUS, 2014, p.22).

Dessa forma, o feito de um exército negro ter derrotado as tropas de Napoleão Bonaparte é silenciado pela historiografia das relações internacionais, que considera a vitória nipônica na guerra russo-japonesa, em 1905, como sendo a primeira derrota de forças armadas brancas para não brancas (SEITENFUS, 2014, p. 374). Assim, o Ocidente vai tentar apagar da memória coletiva qualquer resquício do desastre, como demonstra Eduardo Galeano (2011):

Consulte qualquer enciclopédia. Pergunte qual foi o primeiro país livre da América. Você sempre receberá a mesma resposta: os Estados Unidos. Mas os Estados Unidos declararam sua independência quando era uma nação de seiscentos e cinquenta mil escravos, que permaneceram escravos por um século, e em sua primeira Constituição afirmou que um homem negro equivalia a três quintos de uma pessoa. E se você perguntar a qualquer enciclopédia qual foi o primeiro país a abolir a escravidão, você sempre receberá a mesma resposta: Inglaterra. Mas o primeiro país a abolir a escravidão não foi a Inglaterra, mas o Haiti, que ainda apóia o pecado de sua dignidade (GALEANO, 2011, tradução feita pela autora).¹⁶

O objetivo do Ocidente passa a ser apagar qualquer vestígio que possa demonstrar que eles tenham possuído responsabilidade na formação da sociedade haitiana, ou na não-existência de um Estado haitiano. Ao fazer isso, o Ocidente priva o Haiti de acessar o seu

- 16 **Ethnocentric:** it is directed from the global north and attempts to reproduce forms of peace and governance that mirror expectations from the global north;
- (2) **Elitist:** power is held by political and economic elites at the international and national level;
- (3) **Security-centric:** it privileges order and security over emancipation and diversity and so can award power to those prepared to use coercion;
- (4) **Superficial:** it primarily responds to the manifestations of conflict rather than the underlying structural causes. As a result peace is not sustained;
- (5) **Technocratic:** it reduces peacebuilding to a series of technocratic tasks;
- (6) **Rigid:** it is prone to 'peace by template' or overly programmed peace interventions;
- (7) **Short-termist:** individual peace-support interventions are often governed by short-term budget and political cycles. Again, peace is not sustained;
- (8) **Neo-liberal:** it privileges neo-liberal economic interventions and often overlooks the social cost;
- (9) **Illusory:** liberal peace interventions may involve much activity, but the essential power relations within society (between sexes, classes, and identity groups) may remain largely unchanged;
- (10) Fails to fulfill and connect with local expectations: it is insufficiently agile to take account of local cultural preferences (MAC GINTY, 2011, p.41-42).

próprio passado, apropria-se dos princípios mais elevados que moveram a Revolução Haitiana e os transfere para a Revolução Francesa e Americana. A partir de então, o Haiti se transforma no *buraco negro da consciência ocidental* (Op. cit, SEITENFUS, 2014, p.23). Assim, de acordo com o autor Ricardo Seitenfus (ibidem, p. 23), o Ocidente, inspirado pela posição francesa, define uma estratégia cuja aplicação se estenderá ao longo de dois séculos, alcançando os dias atuais. Ela envolve cinco dimensões:

- (1) estabelecer um cordão sanitário impedindo o Haiti de estabelecer e manter contatos internacionais;
- (2) enfraquecer o Estado haitiano, tornando o país ingovernável;
- (3) criar condições culturais e psicológicas no Ocidente fazendo com que tudo que venha do Haiti seja percebido como um mal em si;
- (4) perceber o Haiti como uma sociedade que ameaça os fundamentos das relações internacionais;
- (5) alimentar um pavor temeroso e covarde frente ao Haiti.

Naquela época, a França mantinha sua postura de não reconhecer, legalmente, a independência do Haiti. Sem o reconhecimento, o novo Estado encontra-se em um limbo político e jurídico. Após mais de duas décadas, finalmente, em 1825, firma-se um Tratado entre os dois países. Nele, a França exige e obtém uma compensação financeira equivalente a US \$21 bilhões atuais. As autoridades haitianas obrigam-se a buscar empréstimos em bancos franceses para honrar o débito. Abre-se assim um ciclo de dependência e de endividamento a comprometer seu desenvolvimento econômico e a hipotecar seu futuro (ibid, p. 25). Como ressalta Aimé Césaire (2014), o reconhecimento da independência haitiana pela França resulta da batalha entre duas políticas possíveis – a dos princípios contidos em sua própria Revolução e a dos interesses do colonialismo. O autor francês, em seu panfleto “Discurso sobre o Colonialismo (2014)”, já havia falado, em 1950, que a Europa é “moral e espiritualmente indefensável”.

Os Estados Unidos também seguem a França nessa decisão de isolar o Haiti e o presidente Thomas Jefferson tenta a qualquer custo impedir que os haitianos sejam donos de navios¹⁷ fazendo com que o Mar do Caribe se transformasse em barreira intransponível, que não poderia integrar-se aos fluxos do comércio mundial se não tivesse uma marinha, evitando

¹⁷ Expressão de Wallerstein (2007).

o intercâmbio de ideias e experiências entre o Haiti e outros países (SEITENFUS, 2014, p.26). Sob o comando de Abraham Lincoln, os Estados Unidos reconheceram a independência haitiana em 1862, durante a Guerra de Secessão¹⁸. Como citado anteriormente através dos escritos de Eduardo Galeano (2011), a vitória do Norte dos EUA permitiu a abolição de seu próprio sistema escravagista sem conseguir, no entanto, acabar com a segregação (GALEANO, 2011, p.26). No entanto, o interesse dos EUA para a Môle Saint-Nicolas (Figura 3) se expressou abertamente a partir de 1891, visto que o Haiti independente, em um mar do Caribe repleto de assentamentos, poderia oferecer portos relevantes para o abastecimento dos navios à vapor americanos e europeus (MANIGAT, 2003, p. 246).

Figura 3: Môle Saint-Nicolas Weather Forecast



Fonte: Mole Saint-Nicolas Weather Forecast. Mole Saint-Nicolas Weather Forecast (weather-forecast.com)

Como dito anteriormente, o Haiti possui uma posição geograficamente estratégica para o comércio marítimo, pois é um importante ponto de passagem para navios que vão do Canal do Panamá para o norte do continente americano (SEGUY, 2015 a). Essa posição também tem sido importante do ponto de vista militar, tornando o Haiti uma região de interesse para as potências estrangeiras ao longo da história. Os britânicos, franceses e estadunidenses sabiam que, além disso, a posição geoestratégica do Haiti também era vista como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico do país. Com uma costa extensa, o país também possui o potencial para o turismo de praia e outras atividades relacionadas ao mar. Além disso, a

¹⁸ A história colonial criou uma distinção entre os colonizadores e os colonizados. A "diferença colonial" diz respeito à forma como essa distinção foi criada e mantida, através de processos de hierarquização. Essa hierarquização foi baseada em oposições binárias, tais como oposições entre branco e negro, ocidental e não-ocidental, civilizado e primitivo, etc. Essas oposições foram usadas para justificar a exploração e opressão dos povos colonizados, criando uma situação em que o "outro" - os povos colonizados - eram vistos como inferiores e subalternos. Além de exprimir a invisibilidade do "outro" na Modernidade, ou seja, a maneira como os povos colonizados foram marginalizados e sub-representados na história e na cultura dominantes (MIGNOLO, 2000).

localização do país no Caribe oferece acesso a mercados de exportação, bem como possíveis acordos comerciais com outros países da região. (SEGUY, 2015 a)

Anos depois, em 1915, supostamente fatigado com a turbulência política, os EUA invadem o Haiti, justificando que era necessário proteger os interesses americanos e estabilizar o país após anos de instabilidade política e econômica. Os estadunidenses impuseram uma administração militar, estabelecendo um governo autocrático e limitando a soberania haitiana. A intervenção durou até 1934. Os haitianos foram subjugados e tiveram sua cultura e tradições suprimidas, enquanto os EUA se beneficiaram da exploração de recursos naturais e da mão de obra barata. Tal fato é visto como um exemplo da política imperialista estadunidense, que interferiu em países estrangeiros em nome de interesses próprios (SEGUY, 2015 a, p.36). Um dos primeiros atos dessa invasão foi o assalto ao Banco Central do Haiti. Toda a reserva de ouro do Banque de la République d’Haïti foi saqueada pelos Marines (marinheiros) e levada para Washington. Outro ato foi a expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras – os mesmos camponeses cujo duro trabalho pagou o rapto francês, mal chamado “dívida da independência” (ibid, p. 37). Abaixo segue um quadro com os episódios cronologicamente do Haiti:

Quadro 1: Cronologia das Etapas Históricas do Haiti

Período	Eventos
1492	Chegada de Cristóvão Colombo a Ilha de Hispaniola.
1697-1804	Domínio francês.
01/01/1804	Independência da colônia francesa de Saint-Domingue com a denominação de Haiti sob a liderança de Dessalines.
1805	Dessalines se auto proclama Imperador.
1806	Assassinato de Dessalines.
1806- 1820	O país é dividido entre um governo do Norte (negro) e um do Sul (mulato).
1804-1915	Período pós-independência.
1825	Independência do Haiti reconhecida pela França, mediante indenização que será paga até os fins do século XIX.

1915-1934	Ocupação americana no Haiti
1934	A política dita de boa vizinhança de F. D. Roosevelt conduz a retirada dos Estados Unidos.
1934-1957	Governos ditatoriais.
1957-1971	Eleição e ditadura François Duvalier.
1971-1986	Ditadura Jean-Claude Duvalier (hereditária).
1995	Intervenção dos Estados Unidos com o apoio da ONU no Haiti.

Fonte: Elaboração própria. Dados presentes em: Ricardo Seitenfus (2014) e Marco Morel (2017).

A estabilidade que o Haiti buscava após sua independência foi curiosamente alcançada com o governo de François Duvalier eleito democraticamente em 1957 no primeiro sufrágio realizado no país (PINHEIRO, 2015). Apesar disso, durante a Guerra Fria, o Papa Doc, que como Duvalier era reconhecido pela maioria negra da população, abandonou sua plataforma reconciliadora de pluralismo ideológico e político, fechou sindicatos e mergulhou novamente o país em uma espiral de violência garantida à força por sua milícia pessoal, os “voluntários da segurança nacional” ou *tontons macoutes*, como eram conhecidos (PINHEIRO, 2015). O fim da ditadura Duvalier que contou ainda com o governo de Jean-Claude, o Baby Doc, “coincidiu” com o fim da Guerra Fria e com o processo de transição democrática na maior parte dos países latino-americanos.

Porém, o processo de transição democrática no Haiti foi abruptamente interrompido por sucessivos 34 golpes militares e a promulgação de 24 constituições, até chegar ao governo de Jean Bertrand Aristide, em 1990, deposto em seu primeiro mandato (LÔBO, 2020). Foi o estopim da crise que justificou intervenções por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da própria Organização das Nações Unidas (ONU), do Canadá, dos Estados Unidos (EUA) e da França, o que, contudo, não resultou em soluções duradouras e sustentáveis para os dilemas da sociedade haitiana. (LÔBO,2020).

Dessa forma, foram enviadas ao Haiti, entre 1993 e 2013, sete missões de intervenção militar, policial e civil patrocinadas pela ONU com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA): (1) **Mission Civile Internationale en Haïti** (Micivih); (2) The United Nations Mission in **Haiti** (Unmih); (3) United Nations Support Mission in **Haiti** (Unsmih);

(4) United Nations Transition Mission in **Haiti**.; (5); United Nations Civilian Police Mission in **Haiti** (Miponuh) (6); Mission Civile Internationale d'Appui en **Haiti** (Micah); (7) The United Nations Stabilization Mission in **Haiti** (Minustah). Desse modo, essas ações conduzem o historiador haitiano Pierre-Charles (2004, p.31) a afirmar que a comunidade internacional está sempre a postos para intervir, com seu fuzil de ombro, nos processos políticos do país. Embaixo está presente um quadro com as Missões e os seus principais objetivos:

Quadro 2: Missões no Haiti e seus objetivos

Nome da Missão	Período de Operação	Organização Líder	Objetivos da Missão
UNMIH	1993-1996	ONU	Monitorar o cumprimento dos acordos de reconciliação nacional e as eleições presidenciais
UNTMH	1996-1997	ONU	Consolidar a estabilização política e reforçar a autoridade do governo haitiano
MIPONUH	1997-2000	ONU	Apoiar a polícia e outras instituições estatais na promoção da estabilidade e do desenvolvimento
MINUSTAH	2004-2017	ONU	Garantir a segurança, estabilidade política e promover a reforma do sistema de justiça e policiamento
MINUJUSTH	2017-2019	ONU	Fortalecer o Estado de Direito e a governança democrática
BINHU	2019-presente	ONU	Apoiar o desenvolvimento socioeconômico, eleições e fortalecimento das instituições haitianas

Fonte: Elaboração própria. Com base em: MONTENEGRO, 2013.

3 CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM TEÓRICA PARA O ESTUDO DO CASO HAITIANO

Levando em consideração que o objeto da presente monografia é o Haiti, uma antiga colônia francesa, é possível definir nesta segunda sessão o racismo como um dispositivo de controle mental projetado para manter o escravizado passivo o suficiente para garantir a sobrevivência do sistema (GARRIGUS, 2006, p. 21). Assim, o racismo que os não-brancos vivenciam não era "somente" um "conflito básico sobre a riqueza e sobre o poder para proteger a riqueza", mas também uma ferramenta que os administradores coloniais e elites crioulas usaram juntas para "civilizar" Saint-Domingue (ibidem, p.21). Em vista disso, serão trabalhados, nesta seção, os conceitos de raça e racismo, além de racismo de Estado, buscando também discutir, por meio do referencial teórico da virada local, porque missões do padrão ONU colaboraram para estigmatizar ainda mais o povo haitiano.

3.1 O racismo como elemento estruturante das Relações Internacionais e a relação entre raça e racismo

De acordo com Abdias Nascimento (2020), a invasão portuguesa pode ser considerada um ponto de partida fundamental para abordar as questões de raça e racismo, no contexto das Operações de Paz.¹⁹ É a partir desse evento histórico que se inicia um processo de expropriação e exploração dos corpos nativos e negros, desde a África até o Brasil. Todo esse processo condicionou as relações em moldes extremamente opressores: os massacres, a exploração e o estupro, etc., marcam o início da exploração Hispaniola. Assim, o colonialismo e a escravidão instauraram um sistema de comunicação extremamente assíncrono, radicalmente dividido pelos interesses econômicos e políticos opostos (GILROY, 2012).

Dessa maneira, de acordo com Quijano (2015), em vista do processo de colonização e da imposição do eurocentrismo, o debate racial teve início com o questionamento feito pelos

19 (1) exotic (or indeed quixotic), informal, and unknowable; (2) unable to play a constructive role because they are effectively lack 'capacity' in building formal liberal order; (3) devious and uncivil; (4) or a repository of indigenous capacities that internationals can co-opt. (RICHMOND, 2009)

conquistadores acerca da existência de alma nos "aborígenes"²⁰ e, por conseguinte, se esses indivíduos eram ou não considerados humanos²¹.

Este pensamento sobre a existência da alma em povos indígenas está atrelado aos escritos do autor Frantz Fanon (2012) acerca da utilização dos conceitos de "zona do ser" e "zona do não ser". Dessa maneira, o projeto moderno²²/colonial é baseado na ideia de superioridade e dominação, utilizando da categoria "raça" para criar uma linha que separa duas zonas: a zona do ser (onde se encontra o ser humano, que é considerado superior) e a zona do não ser (onde se encontra tudo o que é considerado inferior, incluindo outras formas de vida, como animais e plantas, bem como pessoas que não são consideradas "humanas" devido a sua cor de pele, origem étnica ou outras características).

Dessa maneira, de acordo com Fanon (2012) o racismo é na verdade uma hierarquia global de superioridade e inferioridade sobre a linha humana que tem sido politicamente produzida e reproduzida como uma estrutura de dominação durante séculos pelo sistema imperialista/ocidental/capitalista/patriarcal/moderno/colonial" (GROSFOGUEL, 2011, p.31). Os indivíduos que estão acima da linha do humano são socialmente reconhecidos em sua humanidade como seres humanos com subjetividade e acesso aos direitos humanos/cidadãos/civis/trabalhistas. Os indivíduos abaixo da linha humana são considerados sub-humanas ou não-humanas, ou seja, sua humanidade é questionada e, portanto, negada (FANON, 2012).

20 However, we argue that, because local agency, politics and renderings of peace are very much present in post-conflict environments, the local turn reopens the debate on power, peace, social justice, the evolving framework and terms of emancipation, and on who are the subjects in IR. Engaging with the local, and the ways in which peace is formed in context by local (as well as international) forces is not to give into the forces of global capitalism or ontological assumptions of superiority on the part of the West (because of the structural and governmental power it wields). Quite the reverse, it is to show how power circulates, and how legitimacy even in the most obscure local forums holds it to account. It maintains the possibility of emancipation and empathy in a local to global framework, drawing on the values, identity and needs of its subjects, rather than on the 'benevolent' assumptions of national and global, Marxist, liberal or neoliberal elites, whose centralized narratives of peace and the role of a vanguard, international institutions or of global markets have rarely delivered. (MAC GINTY; RICHMOND, 2013, p. 20)

21 MIGNOLO, Walter. Diferencia colonial y razón postoccidental. 2000.

22A expressão modernidade compreende um projeto caracterizado pelo eurocentrismo e binômio modernidade/Colonialidade, constitui-se através de uma totalidade que exclui e sujeita o outro, qual seja, o não europeu. Aquele que não integra o âmbito legítimo de produção do moderno que propaga no projeto nacionalista do epicentro europeu através da submissão e negação dos demais povos. (São expoentes dessa vertente decolonial Anibal Quijano. Enrique Dussel e Walter Mignolo.)

De acordo com Dussel (1993), a experiência, de confronto e dominação de alteridades radicais, articulou-se por meio da “invenção”, “descobrimento”, “conquista” e “colonização” do “outro”, em um fenômeno que operou estratégias de poder não só no âmbito militar, mas também na construção discursiva e filosófica sobre aquilo que era tido como diferente (DUSSEL, 1993). Portanto, “a ideia de raça é um elemento constitutivo fundamental das relações de dominação que a conquista exigia, e na América, essa ideia foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2005, p. 227- 28).

Ou seja, raça é um conceito que surge, inicialmente, como uma forma de diferenciação entre os povos. No entanto, adquiriu uma significação mais perversa: os colonizadores passaram a utilizá-lo como justificativa para a dominação das demais populações. Dessa maneira, a classificação por raça permite localizar os corpos que são estigmatizados, excluídos, derrotados, desqualificados, internados ou expulsos (MBEMBE, 2014) e os que são colocados em altas posições nas hierarquias sociais²³.

Além disso, Edward Said (2007) também contribui com o debate quando fez objeções às noções imperialistas baseadas em critérios de raça como “raça submissa” ou “inferior” que predominavam nos governos coloniais e se refletiam nas metrópoles (SAID, 2007). Assim, o racismo é existente em diversos âmbitos políticos e sociais e não apenas nos altos escalões do governo, nem somente nas colônias. (SAID, 2007).

Para ampliar o debate sobre o assunto, é possível recorrer aos escritos de Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein (2021). Segundo o autor (2021), a raça é a única categoria de grupo de *status* internacional presente na atualidade. Ela substituiu a religião, que desempenhou esse papel, no mínimo, desde o século VIII d.C. Nesse sistema, a posição na hierarquia, mais que a cor, determina quem pertence ou não ao grupo de status (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021). Assim, como uma categoria de grupo de *status*, raça é uma representação coletiva obscura de uma categoria internacional de classe, a das nações proletárias. Em vista disso, o racismo é, na realidade, o ato de manter a estrutura social internacional existente, não um neologismo para discriminação racial (ibidem, p.297).

²³ As definições peso mosca (flyweight) e peso pesado (heavyweight) são referentes aos termos utilizados no boxe. O nome mosca faz referência aos lutadores que possuem menor peso e os pesos pesados, como o nome diz, possuem um maior peso.

Para Balibar e Wallerstein (2021) o que interessa observar é que o racismo e a discriminação são conceitos que se referem a ações em diferentes âmbitos de organização social. Enquanto o racismo atua na arena mundial, a discriminação se manifesta em organizações sociais de menor escala (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.297). Para o autor, é importante notar que o racismo não se limita a casos de discriminação individual ou pessoal contra pessoas de diferentes raças. Na verdade, ele se configura como um sistema social e político que mantém a desigualdade e perpetua as estruturas de poder existentes em nível global. Balibar e Wallerstein (2021) exprimem que:

O racismo – verdadeiro “fenômeno social total” – se inscreve em práticas (diversas formas de violência, de desprezo, de intolerância, de humilhação, de exploração), em discursos e representações como tantas elaborações intelectuais do fantasma de profilaxia ou de segregação (necessidade de purificar o corpo social, de preservar a identidade do “eu”, do “nós”, de qualquer promiscuidade, de qualquer mestiçagem, de qualquer invasão), que se articulam em torno de estigmas da alteridade (sobrenome, cor da pele, práticas religiosas). Portanto, ele organiza afetos (cujo caráter obsessivo, bem como sua ambivalência “irracional”, a psicologia se consagrou a descrever), conferindo-lhes uma forma estereotipada tanto de seus “objetos” quanto de seus “sujeitos”. É essa combinação de práticas, de discursos, de representações em uma rede de estereótipos afetivos que permite dar conta da formação de uma comunidade racista (ou de uma comunidade de racistas, entre os quais afinidades de “imitação” imperam à distância) e também da forma que, como num espelho, os próprios indivíduos e as próprias coletividades expostos ao racismo (seus “objetos”) se veem obrigados a se perceber como comunidade (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.59).

À vista disso, essas ideias de Balibar e Wallerstein (2021) convergem com a de autores decoloniais como Aníbal Quijano (2015, p. 117-118) e Walter D. Mignolo²⁴ (2019) ao observar que raça e racismo são tidos como categorias fundamentais na formação do Estado-Nação moderno. Desse modo, esses autores reafirmam como o racismo é, na maioria das vezes, determinado por distinções hierárquicas entre condutas e doutrinas marcadas por um encontro colonial.

Considerando o exposto, o conceito de racismo de Estado é uma valiosa adição ao debate, uma vez que permite uma compreensão mais aprofundada das formas sutis e insidiosas de racismo que são perpetuadas pelas instituições estatais.

24 Desde 1993 hasta hoy, Haití recibió cinco misiones de apoyo, de manutención de la paz o de estabilización: la Misión de las Naciones Unidas en Haití (MINUHAH); la Misión de Apoyo de las Naciones Unidas en Haití (MANUH); la Misión de Transición de las Naciones Unidas en Haití (MITNUH); la Misión de Policía Civil en Haití (MIPONUH); y la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH), que cumplió 12 años el 1 de junio de 2016.

3.2 Racismo de Estado

Durante o curso "Em defesa da sociedade" (1999), Michel Foucault apresenta o conceito de "poder disciplinar", que se aplica de forma singular aos corpos por meio de técnicas de vigilância, punições normalizadoras e organização panóptica das instituições disciplinares, tais como prisões, hospitais, escolas, fábricas, entre outras. Além disso, o autor define o "biopoder" como um poder que se aplica globalmente à população, à vida e aos vivos (FOUCAULT, 1999), por meio de políticas públicas e práticas governamentais que buscam controlar e gerenciar aspectos biológicos e populacionais, como a saúde, a natalidade, a mortalidade e as migrações.

Embora sejam poderes distintos, o poder disciplinar e a biopolítica se complementam e se reforçam mutuamente na gestão do poder na sociedade moderna, uma vez que ambos visam controlar os corpos e as vidas dos indivíduos. Assim, tanto o poder disciplinar quanto a biopolítica podem ser considerados dispositivos de poder, na medida em que operam através da articulação de diferentes elementos para produzir efeitos específicos na sociedade. Estes conceitos são utilizados para ilustrar como o racismo de Estado funciona como um dispositivo da política, imposto pelas potências, para determinar normas democráticas liberais e instituir condutas ao Estado haitiano e à sua população. De modo similar, no contrato racial, pessoas brancas, por meio de um misto de força e ideologia, subordinam pessoas de cor, sob a égide de um contrato supostamente consensual (MILLS, 2013, p.17). Os 'Outros' são as vítimas, os objetos, do "contrato" resultante, em vez de sujeitos, partes livremente contratantes, e são oprimidos pelas instituições sociopolíticas decorrentes (MILLS, 2013, p.17).

Em vista disso, Sueli Carneiro (2005) aponta que o dispositivo seria uma articulação heterogênea (um tipo de formação sócio-histórica-discursiva) que, em determinado momento histórico, vem responder uma urgência. Para a autora, o dispositivo tem uma função estratégica de dominação que inclui saberes, práticas, discursos e instituições e que opera na constituição do racismo.

Além disso, a autora (2005) aponta que no dispositivo racialidade/biopoder, o branco aparece como positivo, o bom; enquanto o negro, em sua relação com aquilo que é tido como branco, é visto como baixo, vil, abjeto e ruim²⁵. Assim, no caso do dispositivo de racialidade,

25 Sans ce contexte historique plus large, les perceptions de la situation actuelle d'Haïti sont tronquées. Haïti a non seulement été punie, maltraitée et écartée de l'économie mondiale et de la communauté politique des nations durant les cent premières années de son indépendance, mais elle a ensuite été sans cesse, et jusqu'à ce jour,

que subjuga e anula a humanidade de determinados grupos, pode ser agregada uma nova forma de dominação, que é o biopoder: o controle, o gerenciamento e o domínio sobre a vida e a morte de corpos humanos com base nas hierarquias criadas pelo dispositivo de raça (QUEIROZ, 2017, p. 27). Possuindo como base as definições de bom e de ruim – do estabelecimento de zonas de humanidade e não-humanidade; de ser e não-ser (FRANTZ, 2012) –, criam-se estratégias práticas de controle e subjugação de grupos não-brancos. Estabelece-se, portanto, o direito de vida e de morte (CARNEIRO, 2005).

Para que os dispositivos sejam operados de forma "correta", de acordo com Foucault (1999), existe a norma que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 1999, p. 302). E as normas são, portanto, produtos dos dispositivos que operam como estratégias de poder para controlar e regular os corpos e comportamentos dos sujeitos em uma sociedade.

Isto posto, existe a sociedade de normalização, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e agora abrangem todo o espaço social (FOUCAULT, 1999, p. 302). Essa sociedade, para Foucault, é aquela em que as normas e regras sociais são usadas para controlar e moldar o comportamento das pessoas, por meio de instituições (ibid, p.302). Este conceito é utilizado para explicar como a Comunidade Internacional dissemina um modelo de normatização sobre como os Estados devem funcionar.

Em vista dessa sociedade normalizadora, existem os escritos de Roland Paris (2004, p. 638) que expressa que a maioria das organizações internacionais envolvidas na construção da paz internalizou os valores políticos e econômicos liberais das ricas democracias industrializadas, que constituem o núcleo do atual sistema internacional. Por outro lado, quase todos os países que acolheram missões de construção da paz situam-se na periferia pobre e politicamente fraca. Sem exceção, as missões de construção da paz no período pós-Guerra Fria tentaram "transplantar" os valores e instituições do núcleo democrático liberal para os assuntos internos dos Estados anfitriões periféricos.

Dessa maneira, para o autor, pode-se dizer que o poder no século XIX, incumbiu-se da vida, ou seja, o poder se expandiu para cobrir todos os aspectos da vida, desde o nível

occupée, contrôlée, manipulée et exploitée par des forces étrangères. Les bisbilles entourant actuellement le pouvoir de transition laissent croire qu'Haïti continuera de subir des conflits politiques et cette violence extraordinaire qui est développée par l'entremise d'institutions internationales comme l'ONU ou l'OEA (CHANTAL, 2021).

individual do corpo até o nível da população como um todo, dessa forma, ao longo do tempo, o poder, adquiriu a capacidade de influenciar e controlar a vida dos indivíduos de uma forma mais abrangente e intensa, estendendo-se ao orgânico e ao biológico (FOUCAULT, 1999, p. 302).

O autor acredita que o racismo foi inventado e que existe há muito tempo, porém, funcionando de outro modo e o que insere o racismo nos mecanismos do Estado é a emergência do biopoder, o poder de matar, reclamar a morte, impedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar (FOUCAULT, 1999, p. 302), além de expor a morte não só seus inimigos, mas também os seus próprios cidadãos.

Dessa maneira, o racismo se incorpora como um mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e torna-se uma parte tão integrada do poder estatal que quase não há funcionamento do Estado moderno que não passe pelo racismo, em algum momento, em certo limite, e sob certas condições. (FOUCAULT, 1999, p. 304). Para Foucault esta é a classificação do que é racismo:

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros, em resumo, de estabelecer uma censura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. [...] Essa é a primeira função do racismo, fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico, a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 305)

Existe ainda uma relação entre “se você quer viver, é preciso que você faça morrer”. É preciso que você possa matar. Se você quer viver, é preciso que o outro morra de uma maneira que é inteiramente nova, e que precisamente, é compatível com o exercício do biopoder” (FOUCAULT, 1999, p.306.) Assim, o Estado vai exercendo cada vez mais o controle disciplinar ou regulamentador sobre a vida dos seus cidadãos.

Nesse contexto, Foucault argumenta como o direito de matar e a função do assassinato são exercidos pelo Estado, uma vez que esses são mecanismos tradicionais do poder soberano. Desse modo, o biopoder cria novas formas de controle e regulação da vida que vão além do exercício do direito de matar e da função do assassinato (ibid., p. 304) Uma das variáveis desse poder não é simplesmente o assassinato direto, mas também tudo o que pode ser

assassinato indireto, o fato de explorar a morte e de multiplicar para alguns riscos de morte ou pura e simplesmente a morte política à expulsão, à rejeição. (ibid., p. 306)

Grosso modo, o “poder de morte” não é apoiado somente em um poder que se apropria da vida para suprimi-la, mas que a gerência, promove sua majoração, sua multiplicação. Apoiado nisso, o autor através da revolução francesa analisa a luta das raças, que passa por duas “transcrições”: de um lado, uma transcrição biológica, que acontece antes de Darwin e que se apropria de seu discurso (nascimento de uma teoria das raças no sentido histórico-biológico do termo); de outro, que tenderá a apagar todos os vestígios do conflito de raças e se transforma em uma luta de classe (FOUCAULT, 1999, p.306).

Em vista disso, o racismo se desenvolve, primordialmente, com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador (FOUCAULT, 1999, p.307). Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, isso será feito de acordo com a abordagem do biopoder, através do evolucionismo. (FOUCAULT, 1999, p. 307). Assim, ele não só trará a guerra contra os adversários, mas também irá expor os próprios cidadãos à guerra, fazendo que sejam mortos ao milhões. Como aconteceu justamente desde o século XIX (FOUCAULT, 1999, p.308).

Para o autor, o racismo assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa, na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população (ibidem, p.309) e, em que se é alimentado numa pluralidade unitária e viva. Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano (ibid, p. 309). Dessa maneira, o poder de vida e de morte, é dado não simplesmente ao estado, mas a toda uma série de indivíduos a uma quantidade considerável de pessoas (ibid., p. 310).

Fundamentado nisso, o autor localiza um racismo biológico-social, ao evidenciar a existência do conflito, travado não entre as duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, que detém o poder e a norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, assim como contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico (ibid., p. 310). Por conseguinte, estes conceitos são aplicados para exemplificar o racismo em funcionamento no Estado Haitiano.

3.3 O racismo na missão de Estabilização de Paz no Haiti

Para o autor haitiano Franck Seguy (2015 b, p.3), questionar o racismo vigente no Haiti implica compreender que uma de suas principais características é que ele não somente adota formas estruturais, como também incorpora as políticas públicas cujas concepções não são desenhadas por atores haitianos. Dessa maneira, os poderes externos tomam todas as decisões com base em suas réguas morais, enquanto colocam os haitianos como participantes secundários de suas próprias histórias, comprometendo a sua independência, liberdade, estabilidade econômica, representatividade e a autodeterminação. De acordo com Seguy (2015 b, p.9), o Haiti nada mais é do que um playground de interesses das grandes potências do mundo moderno/colonial, que disputam entre si o controle do país.

Em vista disso, existe o humanitário, termo comumente ligado à defesa dos direitos humanos sendo constantemente utilizado para retratar organizações, atividades, projetos e ações com objetivo de amenizar o sofrimento humano. Para o autor haitiano Lyonel Trouillot (2010), o humanitário é respaldado na noção da presunção de um *savoir-penser* sendo sujeitado a não levar em consideração as necessidades alheias .

Nesse sentido, mesmo que nas operações de Paz existam parceiros locais que ajudam em toda a formação da missão, nelas não existem iguais e os “participantes” internacionais estão sempre em uma posição de dominação. Em campo, o humanitário “sabe o que vem fazer, o que tem de fazer e assim, ele não discute, ele recruta” (TROUILLOT, 2010, p. 3, tradução do autor). Para Franck Seguy (2015 a, p. 3) “Humanitário” passou a ser o apelido de todas as políticas racistas, desumanas e desumanizantes concebidas e aplicadas aos haitianos, nos dias de hoje.

Além disso, o autor Lyonel Trouillot (2010), discorre que o humanitarismo, sem necessariamente ser intencional, enfraquece um Estado que já está fraco. Levando em consideração que uma grande parte da política do governo haitiano aconteceu através do *laissez-faire*²⁶, como já proferiu alguns chefes de Estado do Haiti orgulhosamente repete: É "o

²⁶ Por operação de paz entende-se a presença da Onu ou outro organismo por ela autorizado, que integre tanto componentes civis quanto militares, em uma área ou região de conflito, objetivando implementar ou monitorar a aplicação de resoluções e acordos relativos ao controle do conflito, ou para prover e assegurar a distribuição de ajuda humanitária (MRE, 2014). Dessa forma, uma operação de paz visa em sua essência a busca pela contenção, à moderação e ao fim das hostilidades em conflitos, sejam eles entre ou dentro de Estados. Sua base legal advém dos Capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança) da Carta da ONU (MRE, 2014).

dinheiro dos outros²⁷ e eles fazem o que querem com ele” (TROUILLOT, 2010, p.4). Assim, cada instituição humanitária desenvolve a sua própria política pautada em seus interesses particulares.

Logo, é possível notar que o racismo se encontra na gênese onto-epistemológica das políticas em pauta no Haiti (SEGUY, 2015 b, p.4). Assim, o humanitário conceitua sozinho as necessidades dos outros e assume sozinho a função autoral (ibidem, p.4), enquanto “age sobre sociedades, não enquanto sociedades, mas enquanto populações” (ibid, p.4), ou seja, pode existir uma falta de reconhecimento de que os indivíduos e a população são componentes de uma sociedade maior e interdependente, em que as ações e as políticas afetam o bem-estar de todos.

Desse modo, essa forma de agir possui implicações para com o modo como as políticas e programas são desenvolvidos e implementados, ignorando as necessidades de haitianos e haitianas e levando em consideração somente o desejo das nações que comandam as Missões de Paz. Ainda de acordo com Trouillot (2010), em todo o processo, o racismo está presente na ajuda humanitária, quando não se considera o ator haitiano igualmente igual o “cooperante”. Quando pensa-se acerca do que deve ser feito para “ajudar” o país, isto fica somente ao encargo do cooperante e não do ator haitiano. Na “função de execução, o ator haitiano também faz figura de peso mosca (flyweight) diante dos pesos pesados (heavyweight)²⁸ que são os “estrangeiros”, ou seja, para o autor, o Haiti nunca pertenceu aos haitianos e eles nunca foram considerados verdadeiros interlocutores de sua história (TROUILLOT, 2010).

Uma das evidências que demonstra esse aspecto é dado pelas jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman (2012) ao *The Nation*, quando falam a respeito de como a cooperação internacional sempre lidou com o Haiti:

27 Rien ne prouve que la prolifération d’ONG étrangères soit plus efficace dans le service des Haïtiens qu’un support plus modeste en termes d’emplois et de visibilité, en faveur de projets qui auraient été conçus par des Haïtiens, réalisés par des Haïtiens, avec des mécanismes de contrôle rigoureux par les bailleurs et partenaires, et l’assistance technique et intellectuelle correspondant strictement aux domaines dans lesquels manquent le personnel et le savoir-faire. Contrairement au gouvernement, la société civile haïtienne n’a pas été à court d’idées ni de bonne volonté au lendemain du séisme, elle a été surtout en manque de moyens. (TROUILLOT, 2010, p.4).

28 InterAction é um organizador, líder de pensamento e voz das ONG que trabalham para eliminar a pobreza extrema, reforçar os direitos humanos e a participação dos cidadãos, salvaguardar um planeta sustentável, promover a paz, e garantir dignidade para todas as pessoas. (WHO, s.d.)

Com uma enorme distância e com o mínimo interesse de aproximação com atores haitianos, ao invés disso existiam barreiras bem estabelecidas, pois o local onde organizações de ajuda podiam coordenar suas estratégias de reconstrução, onde existiam mais de setenta reuniões por semana entre as organizações humanitárias e outros membros interessados possui pouco acesso a haitianos e para isso, era necessário ter documentos de identificação e um convite de alguém de dentro, luxo que poucos têm. E quando eles o têm, é para se darem conta de que as reuniões ocorrem em inglês e não em crioulo ou francês. Quando um comitê de coordenação das ONGs foi montado em julho de 2010 em Log Base, 60 organizações internacionais votaram, mas dado que não tinha ONGs locais, os haitianos não foram representados (KLARREICH; POLMAN, 2012).

Nesse sentido, Michaëlle Desrosiers e Franck Seguy (2011) declaram que:

A opulência na qual vivem os soldados ‘onusianos’ instalados no Haiti é, ao menos, chocante. Nas cidades, se instalam nos melhores hotéis, passeiam nas praias nos finais de semana, sobretudo em Port-Salut, que são especialmente bonitas. [...] Esses militares não só se beneficiam de uma impunidade absoluta, já que seu estatuto de soldados da ONU os coloca acima das leis haitianas, mas também o poder de seu salário representa mais que um insulto para os pobres policiais e outros funcionários do Estado haitiano. Uma comparação: o soldado uruguaio recebe em seu país um salário equivalente a 400 dólares, enquanto na Minustah recebe 1.500 dólares ao mês, o que o permite ter uma vida folgada no Haiti e até guardar para uma comprar uma casa modesta ao voltar a seu país. A Minustah paga ao governo uruguaio quatro vezes mais do que recebe cada soldado como salário, ou seja, a ocupação militar de outro país é um negócio rentável para o Estado uruguaio e seu Ministério de Defesa (DESROSIERS; SEGUY, 2011).

Desse modo, além desses apontamentos, existe o fato de que o sistema que as Nações Unidas utilizam para contenção de crises não é adaptado às necessidades e ao contexto haitiano. Assim, os autores Seitenfus (2014), Seguy (2015 ab) e Trouillet (2010) usam esse fato para explicar que a inadaptabilidade sistêmica faz com que tenham existido muitas Missões de Paz em um curto período de tempo e estas, acabam não sendo bem-sucedidas²⁹. De acordo com Seitenfus:

Proporcionalmente ao número de habitantes, o Haiti é o país que supostamente mais recebe ajuda externa, tanto privada quanto pública. O haitiano é, segundo as múltiplas e variadas estatísticas disponíveis, o que mais caro custa à cooperação internacional. Antes do sismo já era assim. [...] Contrastando com o imenso volume de suposta ajuda concedido, os resultados são pífios. Os programas financiados com recursos externos tendem a desaparecer tão logo repassados aos parceiros haitianos, pois é ausente qualquer vestígio de sustentação. O país faz jus ao título de cemitério de projetos. Pode-se agregar que o Haiti é o país das ilusões e da inocência perdidas, das frustrações infinitas, dos sonhos desfeitos, do purgatório das boas intenções. (SEITENFUS, 2015).

Além da inadaptação das missões, existem outras razões para explicar a presença permanente de poderes externos e o interesse que as “grandes potências” tinham no Haiti desde que foi proclamada sua independência. A “comunidade internacional”: França,

²⁹ Essa entrevista dada ao Le Temps do professor Seitenfus pode ser encontrada em Robert (2010).

Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos possuíam inclinações fixas com o Haiti, e o interesse era tão significativo que suas rivalidades eram deixadas em segundo plano. De acordo com o historiador e ex-presidente do Haiti, Leslie Manigat (2003, p. 153), entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era objeto de tantas cobiças, destacam-se:

- (1) Sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com o cais [Môle] Saint-Nicolas considerado “o Gibraltar do Novo Mundo”;
- (2) a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprimento do seu papel na divisão internacional do trabalho;
- (3) o controle do seu comércio exterior;
- (4) sua dívida externa;
- (5) a necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar.

No que diz respeito a essa última razão, para evidenciar os motivos da subalternização que o Haiti sofre, o autor Ricardo Seitenfus (2014) costuma afirmar em seus livros e entrevistas que os “haitianos cometeram o inaceitável em 1804: um crime de lesa-majestade para um mundo inquieto”. Em vista disso, pensa-se acerca da própria atuação dos agentes de Estado que são orientados pelas estruturas de propagação do racismo.

Neste sentido, W.E.B Du Bois³⁰ (1925), ajuda a contribuir com o debate quando traz à tona o termo “linha de cor” criado por Frederick Douglass³¹, que determina uma estrutura global de poder de pessoas brancas fundamentadas em forças políticas, econômicas e ideológicas, definindo o racismo como uma estratégia de controle de poder e de distribuição de recursos, sendo assim, um elemento estruturante das relações internacionais.

Especificamente, Du Bois (1925) analisou a Primeira Guerra Mundial como o fator culminante do racismo que atua desde o início das práticas colonialistas e imperialistas e permeia os movimentos da política internacional (GUERRA, 2018, p.5). Então, torna-se impossível pensar nas duas grandes guerras mundiais, por exemplo, sem levar em consideração a colonização e o imperialismo do Ocidente sobre o resto do mundo. E enquanto essas práticas persistirem, é impossível pensar em um cenário de paz sustentada. Dessa maneira, quando W.E.B. Du Bois disse, em 1900, que “o problema do século XX é o

30 Atualmente, esse termo pode ser considerado inadequado e ofensivo, pois carrega uma carga histórica de discriminação e opressão. O termo preferido atualmente é "povo indígena".

31 Apesar da conclusão do autor (Quijano) ter sido que sim, as opiniões a respeito da conquista eram variadas, existindo pessoas que eram a favor da violência contra os indígenas nativos e outros que se mantinham “pacíficos” e “buscavam conservar a alteridade do índio” (BARROS, RODRIGUES, 2019).

problema da barreira das cores”, as cores a que ele se referia, na realidade, reduziam-se ao branco e ao não branco (BALIBAR; WALLERSTEIN, 2021, p.142).

Em vista disso, Du Bois (1999) acreditava que a guerra³² era um dos objetos centrais de análise das Relações Internacionais, e não uma aberração, mas sim uma expressão máxima da política imperial dos países ocidentais. O sociólogo também acreditava que nas RI, o racismo apenas muda de face e passa por um processo de mudança estética e deixa de se referir somente aquele racismo cujo protótipo é a antropologia evolucionista das raças “biológicas”, constituída no fim do século XIX (BALIBAR, 2021, p. 60). Assim, existe uma conexão intrínseca entre raça, racismo e Relações Internacionais. Compartilha-se aqui da perspectiva de Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robbie Shilliam (2014, p. 23, grifo feito pela autora) de que:

Além disso, as Relações Internacionais são capazes de abranger uma posição estrategicamente distinta na academia, através da qual favorecem o exame das conexões entre a raça como um princípio estruturante e os processos transnacionais de acumulação, despossessão, violência e luta que emergem a partir dela. Por exemplo, nós sugeriríamos que não somente a emergência do Estado-Nação e da modernidade capitalista como um projeto de maneira geral é indissociavelmente conectada a lógicas raciais, mas que a permanência dessas lógicas é evidente nas intervenções humanitárias liberais, construção de nações e formas modernas de escravidão e do tráfico. No entanto, em vez de falar de um mundo pós-racial em teoria ou na prática, nós preferimos nos reengajar estrategicamente com o argumento feito por Du Bois de que o problema do século vinte e um também é o problema da linha de cor (ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R.. 2014. p.23, tradução feita pela autora, grifos feitos pela autora)³³

Dessa forma, é reiterada a ideia de Roxanne Lynn Doty (1993) de que a formação dos Estados é pautada em um projeto ligado a lógicas racistas, e que sua manutenção é nítida nas intervenções humanitárias, como na MINUSTAH. Além de que, é possível notar isso a partir do grifo: “mas que a permanência dessas lógicas é evidente nas intervenções humanitárias liberais” (ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. 2014. p. 23).³⁴

Neste sentido, para Achille Mbembe (2014), o conceito de raça surgiu como resultado da interação entre a modernidade/etnocentrismo e o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, para o autor, a raça é uma invenção social que combina elementos de dominação econômica de classe com elementos de alteridade, criando padrões de desumanização que perpetuam subalternidades. Dessa forma, a condição negra é uma consequência direta das práticas

32 Existe novamente uma relação com os escritos de Fanon sobre a zona do ser e a zona do não ser.

33 *Laissez-faire* é uma expressão francesa que significa literalmente "**deixar fazer**", e é considerada um **símbolo da economia liberal** defendida pelo capitalismo.

34 Refere-se às potências internacionais e o dinheiro investido por elas.

imperiais que visam subjugar, explorar e controlar as populações marginalizadas. Mbembe (2014), em consonância com os outros autores apresentados até aqui, sugere que as práticas imperialistas não são apenas formas de violência física, mas também incluem a criação de uma hierarquia racial e a imposição de uma distribuição desigual de recursos e poder.

Essa forma de representação foi usada para legitimar o colonialismo e o imperialismo com as "missões civilizatórias", justificando a dominação do "homem branco" sobre outras raças e povos. Isso acabou consolidando as bases das relações internacionais entre o "centro" e a "periferia", que foram estabelecidas durante a modernidade (MBEMBE, 2014, p. 17):

A tendencial universalização da condição negra é simultânea com a instauração de práticas imperiais inéditas que devem tanto às lógicas escravagistas de captura e de predação como às lógicas coloniais de ocupação e exploração, ou seja, às guerras civis ou invasões de épocas anteriores. As guerras de ocupação e as guerras anti-insurrecionais visam não apenas capturar e liquidar o inimigo, mas também levar adiante uma distribuição do tempo e uma otimização do espaço.

Além disso, a operacionalização, por parte da ONU, nas missões de Operações de Paz, de carácter multidimensional, sob a tutela de entidades internacionais, com o pretexto de fins humanitários (MBEMBE, 2014, p. 17), por vezes, aproxima-se dos ideais colonialistas e imperialistas instrumentalizados para a legitimação das "missões civilizatórias", a cargo do "fardo do homem branco" de levar a civilização para o mundo, sedimentando assim as bases das relações internacionais entre "centro" e "periferia", inauguradas com a modernidade (ibid, p.17). Em vista disso, Roxanne Lynn Doty (1993), reafirma a construção de raça como algo intrínseco às relações internacionais, e por conta disso, também sendo intrínseco às relações advindas de processos de operação de paz.

Assim, as grandes potências agem à custa de contratos de reconstrução e sob o pretexto de combater a insegurança e a desordem, empresas estrangeiras, grandes potências e classes dominantes autóctones arrecadam as riquezas e as minas dos países avassalados (MBEMBE, 2014). Assim, os Estados e as sociedades periféricas que não se enquadram no modelo de "Estado europeu bem-sucedido", que se baseia em valores, costumes, práticas, organização e estruturas estritamente europeus (HILL, 2005, p. 148), são frequentemente considerados como o "Outro", como um Estado fraco, quase-Estado, Estado falido ou em colapso (HILL, 2005, p. 139).

Desse modo, as Operações de Paz difundem um modelo normatizador de como os Estados devem operar, o que, constantemente, serve aos interesses das grandes potências

industriais (PARIS, 2002). Ademais, essa forma de “intervenção” por parte de potências externas não limita o Haiti somente ao direito de sua autodeterminação, mas às vezes também chegando a violar o próprio direito à soberania territorial (SEGUY, 2014), a respeito disso:

Sem esse contexto histórico mais amplo, as percepções da situação atual do Haiti estão incompletas. O Haiti não apenas foi punido, maltratado e excluído da economia global e da comunidade política das nações durante os primeiros cem anos de sua independência, mas também tem sido constantemente, até hoje, ocupado, controlado, manipulado e explorado por forças estrangeiras. As disputas em torno do poder de transição atual levam a crer que o Haiti continuará sofrendo conflitos políticos e a violência extraordinária que é desenvolvida por meio de instituições internacionais como a ONU ou a OEA. (CHANTAL, 2021, tradução feita pela autora)³⁵

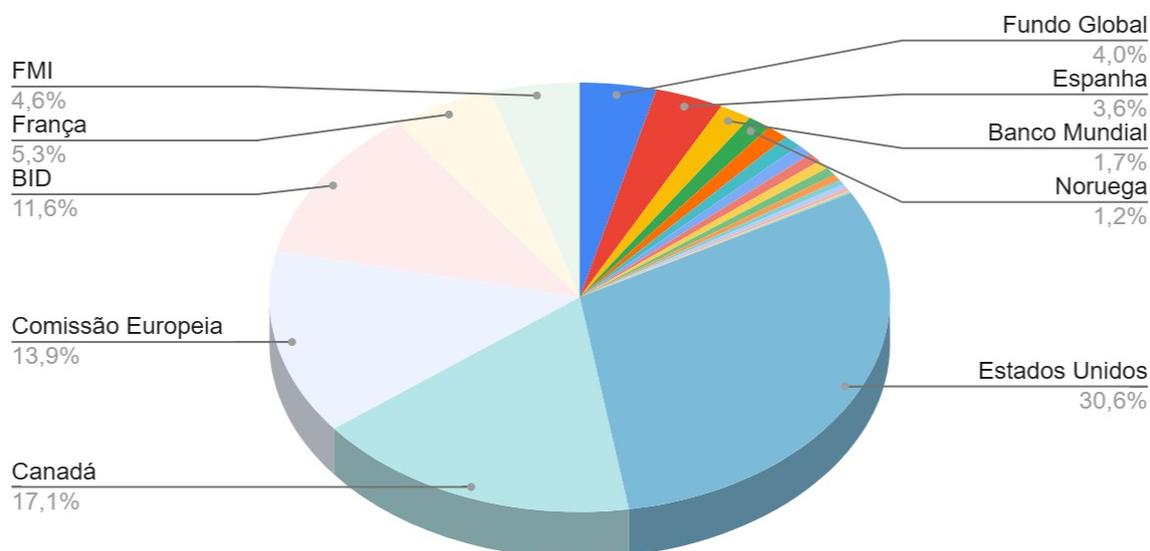
Além de que, “este modelo, que se pretende de aplicação universal, não abarca experiências multiculturais, cingindo-se a reproduzir a sua clara matriz ocidental em países, na esmagadora maioria, não-ocidentais” (PUREZA E CRAVO, 2005, p. 12). Na maioria das vezes essa “implementação” da paz liberal opera sem atender à especificidade de cada Estado, de cada comunidade, de cada cultura, transforma esses Estados em Estados mais fracos, com uma sociedade civil marcada pelo desemprego, pela falta de desenvolvimento, e onde emergem velhas fórmulas de nacionalismo (AZEVEDO, 2012).

Posto isto, as teorias de modernização e padrões de governança ocidentais/europeus são vistas como os únicos possíveis para se alcançar a Paz e por conseguinte, o desenvolvimento (KRISHNA, 2009, p. 14). Partindo desse ponto, esse modelo racializado e hierarquizado de representação das desigualdades e divergências entre os países do Norte e do Sul Global é incorporado pelas perspectivas da paz liberal e pelos processos de statebuilding implementados pelas operações de Paz das Nações Unidas contemporâneas. (JONES, 2015, p. 72) e Bate Jahn (JAHN, 2007, p. 212). Assim como a Minustah é instituída sob os preceitos liberais.

³⁵ A expressão “Linha de Cor” deu título a um artigo de Frederick Douglas publicado em 1881 na *The North American Review*, vol. 132, pp. 567-577. No qual Douglas comparou a linha de cor a uma doença social no âmbito da moral. Du Bois ampliou o significado ao estabelecer que o colonialismo e a cultura imperialista provocava uma divisão global em povos brancos e não brancos (SILVÉRIO, 2021).

Em vista disso, segue um gráfico que lista os valores em milhões de dólares que cada país, organização ou instituição contribuiu para ajuda humanitária ao Haiti entre 2006 e 2008:

Figura 4: Ajuda para o Haiti, 2006 até 2008 (em milhões)

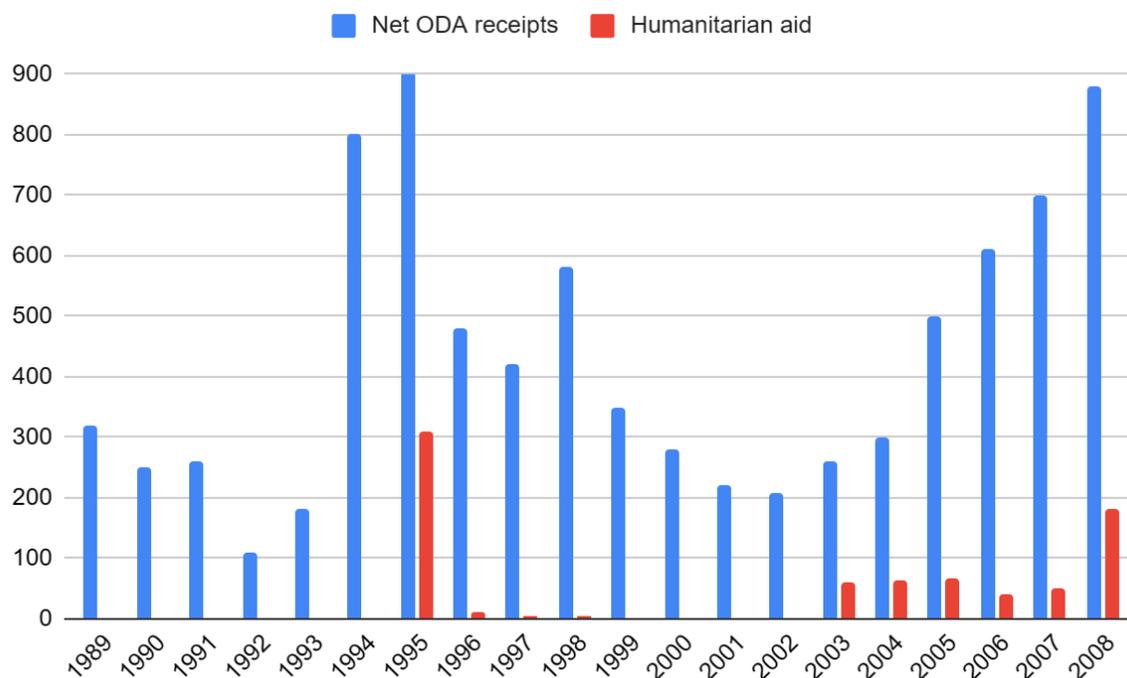


Fonte: Elaborado pela autora. Fonte: **OECD-DAC online database**

Esse gráfico apresenta as principais fontes de ajuda humanitária para o Haiti entre os anos de 2006 e 2008 (em milhões), mostrando que vários países, organizações internacionais e instituições financeiras contribuíram para a ajuda humanitária no Haiti. Os valores apresentados neste gráfico demonstram que o Haiti recebeu um volume significativo de ajuda humanitária, com os Estados Unidos liderando a lista, seguidos pelo Canadá, a Comissão Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Abaixo segue um gráfico comparando os números em milhões de ajuda humanitária (AH) e Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) recebidas pelo Haiti nos anos de 1989 até 2008:

Figura 5: Ajuda humanitária para o Haiti, de 1989 até 2008 (em milhões)



Fonte: Elaboração própria. Dados presentes em: OECD-DAC online database.

Tanto a ODA quanto a AH podem ser fornecidos por governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais e outras entidades. No entanto, a ODA é geralmente planejada a longo prazo, enquanto a AH é mais reativa e voltada para atender às necessidades emergenciais de curto prazo. A principal diferença entre a ODA e a AH é o objetivo e o contexto em que são fornecidos (OECD, 2019). Em síntese, a ODA é um tipo de assistência financeira e técnica que visa promover o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo de um país ou região em desenvolvimento. A ajuda humanitária, por outro lado, é um tipo de assistência de emergência que visa atender às necessidades imediatas e urgentes de populações afetadas por crises humanitárias, como conflitos, desastres naturais, epidemias, entre outros.

No caso do Haiti, é possível observar que houve um aumento significativo na assistência financeira internacional após o ano 2000, com destaque para o ano de 2008 (Figura 6). Este aumento deve-se, em grande parte, à série de desastres naturais que atingiram o país, incluindo quatro tempestades tropicais consecutivas em 2008, as tempestades Fay, Gustav, Hanna e Ike. Esses desastres deixaram cerca 700 mortos entre agosto e setembro de 2008. A cidade mais afetada pelas inundações na época foi Gonaives, na costa oeste do país, onde ocorreram 466 mortes. A cidade, de quase 300 mil habitantes, foi quase totalmente destruída,

e as casas ficaram cobertas pelas águas e pela lama. No total, 7,8% da população ou quase 800.000 pessoas foram diretamente afetadas pelos furacões. Em 18 de outubro de 2008, 40.000 pessoas ainda viviam em abrigos temporários das 100.000 afetadas no início de setembro (LUCIEN, 2012).

Já para explicar os números altos em relação ao ano de 1995, o Haiti estava passando por uma crise política e institucional que resultou em uma intervenção liderada pelos Estados Unidos com apoio da ONU com o objetivo de restaurar a ordem constitucional e o governo eleito no país.

Dessa maneira, a partir das figuras 5 e 6 é possível compreender que a ajuda pública líquida ao desenvolvimento (APD) ao Haiti tem flutuado nos últimos 20 anos. Desde 2002, aumentou substancialmente, com aumentos muito acentuados, tanto na ajuda ao desenvolvimento como nas despesas de manutenção da paz. Os picos de ajuda ao Haiti são principalmente resultado da ajuda humanitária, em particular para ajudar o país a se recuperar de desastres naturais. Dessa forma, a ajuda humanitária em percentagem da APD total ao Haiti aumentou de 0,2% em 2002, para mais de 20% em 2008 (OECD).

Isso pode ser visto mais detalhadamente a partir dos dados presentes na tabela 1 (próxima página). Para a confecção desta tabela foram levantados dados de onze anos (2004-2014) que estão presentes no site Foreign Assistance, um portal do governo dos Estados Unidos que fornece informações e dados sobre a assistência externa prestada pelo país a outros países ao redor do mundo. Nessa plataforma estão presentes informações sobre a assistência externa dos EUA, com dados detalhados sobre projetos e programas de assistência, financiamento, parceiros implementadores e locais de implementação em todo o mundo. Para a elaboração da tabela foram selecionados onze anos, 2004 (início da MINUSTAH) e 2017 (Fim da MINUSTAH).

Tabela 1: Ajuda Humanitária fornecida pelos EUA para o Haiti de 2004 a 2017 (em milhões de dólares)

Área de atuação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Assistência Humanitária	\$11.06M	\$41.15M	\$3.692M	\$14.86M	\$62.22M	\$98.49M	\$1.005B	\$161.2M	\$67.92M	\$24.57M	\$22.96M	\$58.6M	\$40.32M	\$104.1M
Saúde	\$40.47M	\$61.24M	\$60.72M	\$62.13M	\$92.78M	\$90.03M	\$123.5M	\$94.92M	\$140.9M	\$181.8M	\$158.6M	\$186.4M	\$189M	\$90.39M
Paz e Segurança	\$4.444M	\$10.24M	\$10.19M	\$31.71M	\$18.64M	\$18.63M	\$67.27M	\$64.38M	\$22.25M	\$7.205M	\$2.37M	\$1.353M	\$1.574M	\$1.267M
Democracia e Direitos Humanos	\$17.14M	\$63.03M	\$38.58M	\$17.1M	\$46.41M	\$41.87M	\$56.82M	\$131.2M	\$108.4M	\$30.66M	\$49.89M	\$53.62M	\$33.07M	\$18.98M
Educação e Serviços Sociais	\$38.95M	\$48.98M	\$57.72M	\$53.31M	\$32M	\$51.67M	\$43.18M	\$23.24M	\$29.45M	\$2.299M	\$8.29M	\$20.41M	\$15.82M	\$20.3M
Desenvolvimento Econômico	\$6.628M	\$6.6594B	\$5.15M	\$14.86M	\$18.02M	\$61.98M	\$42.94M	\$123.19M	\$62.76M	\$56.94M	\$69.45M	\$120M	\$65.12M	\$29.1M
Multi-setorial	\$4.995M	\$0	\$20k	\$4.481M	\$0	\$16.11M	\$0	\$13.26M	\$0	\$0	\$5M	\$0	\$0	\$0
Suporte a Programas	\$4.956M	\$5.639M	\$4.608M	\$4.793M	\$10.46M	\$17.28M	\$27.09M	\$41.48M	\$34.97M	\$35.03M	\$26.94M	\$36.17M	\$29.7M	\$32.28M
Meio Ambiente	\$125k	\$0	\$0	\$25.33k	\$7.76M	\$11.88M	\$198.3k	\$44.71M	\$17M	\$5.877M	\$532.7k	\$15.69M	\$3.01M	\$11.57M

Elaborado pela autora. Fonte: Foreign Assistance By Agency U.S. Disponível em: <ForeignAssistance.gov- Dashboard>. Acesso em: 23 mar. 2023.

A partir da análise da tabela, é possível observar um aumento significativo no setor da saúde. De 2007 para 2008, houve um aumento de 49,33%. Esses dados podem ser explicados pelos motivos citados anteriormente, como desastres naturais e a crise na saúde que sempre existiu no Haiti.

Com relação ao ano de 2010, 6,99% de R \$1.005 foi destinado ao PEPFAR (RESULTS, s.d.) - (O Plano de Emergência do Presidente para o tratamento da AIDS está comprometido em prevenir novas infecções pelo HIV; tratar indivíduos infectados pelo HIV e aqueles órfãos da AIDS). O PEPFAR tem enfrentado críticas em relação às condições que são impostas para a prestação de ajuda financeira, que alguns argumentam podem limitar a eficácia do programa. Essas condições incluem a exigência de que um terço dos fundos seja direcionado para programas de abstinência sexual e fidelidade conjugal, o que tem sido alvo de controvérsias (CANASTRA, 2015). Além disso, existe uma falta de transparência na distribuição de fundos e questões relacionadas ao monitoramento e avaliação dos programas financiados pelo PEPFAR. No próprio site do Foreign Assistance não possui o detalhamento de dados destinados ao PEPFAR (CANASTRA, 2015). No entanto, em 2010, foram destinados \$123.5M, o que representa um aumento de cerca de 33,09% destinados à saúde, atingindo seu maior valor em 2013 (\$181.8M).

Isso se deve ao fato de que, em 12 de janeiro de 2010, o Haiti sofreu um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter, que devastou Porto Príncipe e outras áreas próximas. Estima-se que mais de 200.000 pessoas tenham morrido e outras centenas de milhares tenham ficado feridas. Além disso, no mesmo ano, ocorreu um surto de cólera. De acordo com Seitenfus, em uma entrevista dada ao Le Temps (ROBERT, 2010)³⁶:

o Haiti vive sob influência internacional, das ONGs, da caridade universal. Mais de 90% do sistema educacional e de saúde é privado. O país não dispõe de recursos públicos para poder fazer funcionar de uma maneira mínima um sistema estatal. A ONU não se deu conta dos traços culturais. Resumir o Haiti a apenas uma operação de paz é economizar na capacidade de entender os verdadeiros desafios que o país enfrenta. O problema é socioeconômico. Quando a taxa de desemprego chega a 80%, é insuportável manter uma missão de estabilização. Não há ninguém para

36 Utilizando o método genealógico, Foucault (1976) identifica na história europeia um discurso histórico-político que constitui uma contra-história ao discurso filosófico-jurídico que privilegia o poder soberano. Enquanto o último privilegia a lei, a paz e as leis, o primeiro vê atrás de si batalhas, massacres, o sangue derramado constituindo estados, sociedades e leis. Esse discurso é o da "guerra de raças" que nos diz que "a lei não é pacificação", mas que "nasce de conflitos", que "a guerra é o que constitui o motor das instituições e da ordem", que "por trás da paz devemos saber ver a guerra", que a visão piramidal do corpo social do discurso filosófico-jurídico é combatida por uma frente de batalha que divide a sociedade em dois campos: Dois grupos, dois exércitos, duas categorias de indivíduos frente a frente (FOUCAULT, 1976. p.47-48).

estabilizar e tudo a construir. [...] Durante duzentos anos, a presença de tropas estrangeiras alternou-se com a dos ditadores. É a força que define as relações internacionais com o Haiti, jamais o diálogo. O pecado original haitiano em relação ao cenário mundial foi sua libertação.

Assim, mais dinheiro é enviado ao Haiti e ao invés de construção, as forças militares e as potências focam em estabilização e não em construção. Ainda de acordo com Seitenfus (ROBERT, 2010)³⁷:

O terremoto de 12 de janeiro e depois a epidemia de cólera apenas acentuaram o fenômeno. A comunidade internacional tem a sensação de ficar repetindo os esforços que havia completado no dia anterior. A fadiga do Haiti começa a aflorar. Esta pequena nação surpreende a consciência mundial com suas catástrofes cada vez maiores. Eu tinha a esperança de que, depois do terremoto de 12 de janeiro, o mundo compreendesse que havia tomado o caminho errado no Haiti. Infelizmente, ele apenas reforçou a mesma política. Ao invés de fazer um balanço, enviou mais soldados. Deveria ter construído estradas, criado barragens, participado da organização do Estado, do sistema judiciário. A ONU disse que não tinha o poder para isso. Sua tarefa no Haiti é a de manter a paz dos cemitérios.

Além disso, as ONGs haitianas foram praticamente excluídas da obtenção desses fundos para a reconstrução. Apenas dois deles – Desenvolvimento Adventista/Agência de Ajuda Humanitária no Haiti e Perspectivas de Saúde e Desenvolvimento receberam financiamento por um montante total ridiculamente pequeno: US \$0,8M (ROBERT, 2010). Uma parte significativa da ajuda humanitária e de reconstrução regressa mesmo aos países doadores. Por exemplo, "mais de 75% dos fundos da USAID foram para empreiteiros privados em Washington, D.C, Maryland e Virgínia" (ROBERT, 2010). Ricardo Seitenfus, em uma entrevista dada ao Gabriel Elizondo diz o seguinte:

Temos centenas de milhões de dólares nas mãos de ONGs sem nenhum tipo de controle social, sem transparência ou gestão governamental. E estamos acusando o governo do Haiti de ser corrupto quando o governo do Haiti nem sequer tem esse dinheiro em mãos para ser corrupto! Não podemos exigir do Haiti o que não exigimos para nós mesmos... Podemos tentar criar um novo modelo de Estado e fazer do Haiti um laboratório de experiências, mas precisamos impedir que o Haiti se torne 'Haiti-ONG', ou seja, um país de ONGs. Isso é inaceitável para nós. E é inaceitável para os haitianos e para a história do Haiti. Todos os projetos que entram no Haiti e enfraquecem ainda mais o Estado haitiano devem ser descartados. Devemos aceitar apenas projetos que tragam recursos para as instituições do Haiti serem fortalecidas e para que o Haiti possa responder efetivamente às necessidades

³⁷ Additionally, we contend that IR could occupy a strategically distinct position in academia through which to facilitate examination of the link between race as a structuring principle and the transnational processes of accumulation, dispossession, violence and struggle that emerge in its wake. For example, we would suggest that not only is the emergence of the nation-state, and capitalist modernity as a project more generally, inextricably linked to racial logics, *the very persistence of these logics is evident in contemporary liberal humanitarian intervention*, nation-building and modern forms of slavery and trafficking. Thus, rather than talk of a post-racial world of theory or practice, we prefer to strategically reengage with the argument made by Du Bois that the problem of the twenty-first century is equally the problem of the colour line. (ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R.. 2014. p.23).

de lidar internamente com suas desigualdades... Não podemos transformar o Haiti em uma 'Disneylândia' das ONGs (ELIZONDO, 2011, tradução feita pela autora).³⁸

Dessa forma, é possível observar que em 2010 foram doados \$1.005B para o Haiti, um aumento de 920,22%. Abaixo, também é possível notar uma tabela com dados sobre a ajuda humanitária para o Haiti, apenas nos anos de 2019 e 2020.

Tabela 2: Ajuda Humanitária para o Haiti (em %)

Nome do setor	2019	2020
Educação	11,75%	11,75%
Saúde	30,71%	30,71%
Outros serviços e infraestrutura	18,40%	18,40%
Serviços e infraestrutura	3,77%	3,77%
Produção	8,71%	8,71%
Multisetor	5,20%	5,20%
Programa de assistência	2,55%	2,55%
Ajuda Humanitária	10,97%	10,97%
Outros	7,94%	7,94%

Elaborada pela autora. Fonte: OECD-DAC online database (INTERNATIONAL, s.d.)

Além disso, reiterando o que foi citado anteriormente, o Haiti é um país que recebeu diversas missões humanitárias durante um curto período de tempo. De acordo com Trouillot (2010, p.4), existem atualmente centenas de "políticas" diferentes no Haiti, além da existência de diversos poderes de ação dos quais os funcionários haitianos são apenas os facilitadores ou assistentes. Para o autor Lyonel Trouillot (TROUILLOT, 2010, p.4):

Não existem provas que a proliferação de ONGs estrangeiras seja mais eficaz no serviço aos haitianos do que um apoio mais modesto em termos de emprego e visibilidade, a favor de projetos que teriam sido concebidos por haitianos, realizados por haitianos, com mecanismos rigorosos de controle pelos financiadores e parceiros, e com assistência técnica e intelectual estritamente correspondente às áreas em que faltam recursos humanos e conhecimentos especializados. Ao contrário do governo, a sociedade civil haitiana não ficou sem ideias ou sentiu uma boa vontade após o terremoto, ela principalmente ficou sem recursos (TROUILLOT, 2010, p.4, tradução feita pela autora).³⁹

38 A obra "base" que traz consigo o pensamento dos africanos escravizados na América do Norte e os impactos de sua luta por libertação, está presente em William Edward Burghardt Du Bois, sociólogo, historiador, pan africanista e ativista pelos direitos civis negros, e seus estudos sobre raça e racismo como princípios organizacionais da política internacional, tratado em um artigo publicado em 1925, denominado "Worlds of Color (1925). O texto contém diversas reflexões de sua obra seminal Souls of Black Folk (1905) e o introduz com a frase: "O problema do século XX é o problema da linha de cor – a relação entre as raças escuras e claras dos homens na Ásia e na África, na América e nas ilhas do globo" (DU BOIS, 1905, p. 13;).

Dessa forma, a respeito da proliferação das ONGs no Haiti existem os seguintes dados:

Figura 6: Número de ONGs no Haiti



Fonte: Mapeando a "República das ONGs" no Haiti (MARQUSEE, 2011)

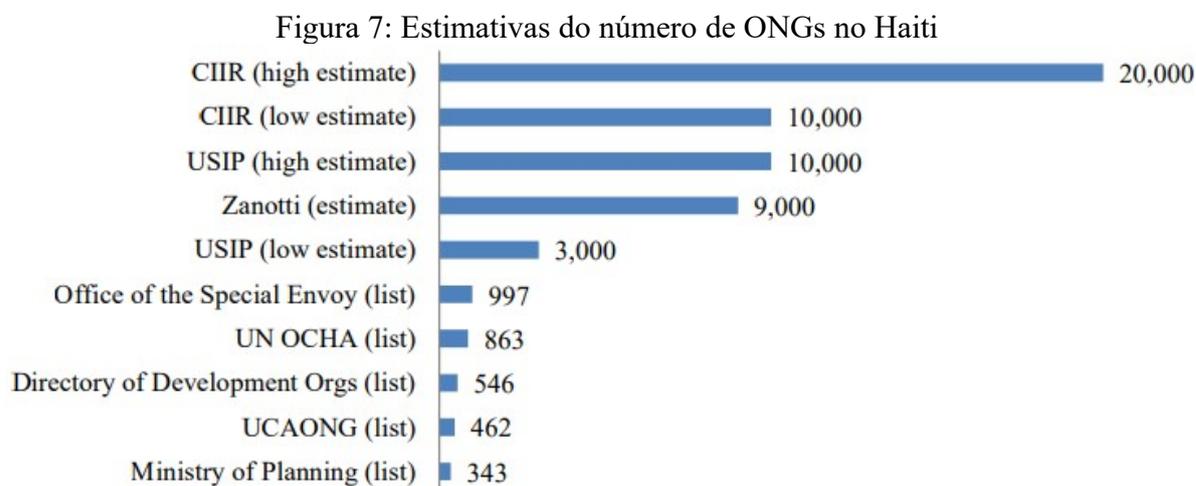
Essa imagem demonstra 479 projetos que estavam sendo operados em 2010/2011 no Haiti, governados por 77 ONGs locais e internacionais. Essa alternativa foi desenvolvida um ano após o terremoto que atingiu o país. Assim, a InterAction⁴⁰ se uniu ao Centro de Liderança Cívica Empresarial da Câmara de Comércio dos EUA e à FedEx (Federal Express) para lançar o Haiti Aid Map, uma plataforma interativa de mapeamento visual de projetos de ajuda individuais que estão sendo conduzidos no Haiti. Acredita-se que existem cerca de 10.000 ONGs operando no terreno – o Haiti tem sido referido como "uma república de ONGs" (SEGUY, 2014).

Além disso, existe ainda o detalhe de que muitas organizações não possuem sites ou não estão registrados em um banco de dados, portanto, provavelmente essas estimativas

³⁹ É possível estabelecer uma relação com o conceito de colonialidade de Aníbal Quijano (2015) que o define como uma estrutura de poder que persiste mesmo após o fim das instituições coloniais, e que permanece presente nas sociedades independentes. Essa matriz de poder tem como base a negação do outro, que é considerado destituído de escrita, história e pensamento. Assim, a colonialidade do poder refere-se à condição de independência política sem descolonização, permitindo a sobrevivência, em plena modernidade, de hierarquias coloniais (BERNARDINO-COSTA, 2015).

⁴⁰ Essa entrevista dada ao Le Temps do professor Seitenfus pode ser encontrada em Robert (2010)

devem estar excluindo muitas organizações haitianas locais sem acesso à Internet e/ou meios para se cadastrar. (RAMACHANDRAN; WALZ, 2015).



Fonte: RAMACHANDRAN; WALZ, 2015

Nota feita pela autora: "Lista" significa que a fonte lista organizações individuais. "Estimativa" significa que a fonte fornece os números. Fontes: Instituto Católico de Relações Internacionais, "Haiti: 2004", p. 18. Resumo do Instituto dos EUA para a Paz (USIP), "Haiti: uma república de ONGs?" Abril de 2010. Zanotti, Laura, 757. Gabinete do Enviado Especial: <http://csohaiti.org/>. Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, Haiti: <http://bit.ly/sW1YJ2>. Diretório de Organizações de Desenvolvimento: <http://www.devdir.org/files/Haiti.PDF>. Unité de Coordination des Activites des ONG (UCAONG): <http://www.mpce.gouv.ht/ongreconnues.pdf>. Estimativa do Ministério do Planejamento de 2004, Schuller, "Invasão ou Infusão?" (RAMACHANDRAN; WALZ, 2015)

Por conseguinte, as autoras evidenciam que a limitação do governo haitiano em rastrear ou registrar ONGs destaca ainda mais a fragilidade do setor público em relação ao sistema paralelo sem fins lucrativos. Os programas e atividades gerenciados por ONGs geralmente não são incluídos no planejamento governamental, o que pode prejudicar a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, não há um método para garantir a responsabilidade ou coordenação entre várias organizações que muitas vezes operam com mandatos semelhantes e executam projetos semelhantes (RAMACHANDRAN; WALZ, 2015).

Após o terremoto, a reconstrução do Haiti se tornou uma indústria altamente divulgada, retratando o país como um paraíso para as ONGs, que têm prosperado na região nas últimas três décadas (SEGUY, 2014, p.27). Em 1987, quando a Unité de Coordination des Activités d'ONG (UCAONG) foi criada, o número total de ONGs operando no Haiti era

inferior a 1.000 (LOUIS-JUSTE, 2007, p.106). Em fevereiro de 2010, apenas um mês após o terremoto, o então Primeiro-Ministro Jean-Max Bellerive acusou os grandes financiadores de ONGs com as seguintes palavras:

São eles que permitem que as ONGs façam o que querem. São eles que não exigem que as ONGs prestem contas ao governo. Toda a força das ONGs vem daqueles que as providenciam em dinheiro. Invés de brigar com 4000 ONGs, número que tem aumentado para 10 000 desde o terremoto, eu prefiro discutir com 10 financiadores principais que oferecem dinheiro a um conjunto de ONGs que criam certo grau de bagunça. (JEAN MICHEL, 2010).

Porém, não foi possível encontrar dados atualizados no Haiti Aid Map sobre o número exato da quantidade de ONGs, operantes, no país atualmente, nem quais os países que estavam no comando, mas, já em 2011, existia uma crítica frequente sobre falta de prestação de contas, transparência e a possível corrupção.

Certamente, o Haiti não estaria necessariamente melhor hoje sem as ONGs, uma vez que elas fornecem fundos desesperadamente necessários, bem como serviços médicos e outros serviços básicos. Mas essa situação gera um ciclo deletério de corrupção e dependência. As ONGs não prestam contas aos haitianos, que têm pouco controle sobre suas atividades. E as ONGs absorvem involuntariamente o Estado, assumindo seu papel social para com seus próprios cidadãos (RAMACHANDRAN et al., 2015, p.19-20).

Além disso, existem pouquíssimas informações sobre um montante de US \$6 bilhões destinados à ajuda oficial para auxiliar a população do Haiti por meio de ONGs internacionais e empreiteiras privadas. Quase nenhum dado foi divulgado sobre como esse dinheiro foi empregado. Para solucionar essa lacuna, Vijaya Ramachandran, membro sênior da CGD (Center for Global Development), e Julie Walz, assistente de pesquisa, investigaram para onde os recursos foram direcionados em um novo relatório intitulado "Haiti: Where Has All the Money Gone?" "Infelizmente, não podemos afirmar com certeza o destino desses recursos após serem repassados às ONGs e às empresas contratadas", afirma Vijaya (RAMACHANDRAN; WALZ, 2015).

As autoras afirmam que a falta de evidências públicas sobre o desempenho das ONGs é preocupante. Embora algumas das maiores ONGs internacionais produzam relatórios anuais e divulguem informações financeiras, estas são exceções e ainda são difíceis de encontrar:

A organização sem fins lucrativos Disaster Accountability Project publicou um relatório sobre a responsabilidade e transparência das ONG que operam no Haiti um ano após o terremoto. Das 196 organizações identificadas, apenas oito tinham relatórios atualizados regularmente sobre as suas atividades no Haiti. Quase 65% das organizações não tinham relatórios disponíveis, fornecendo antes apelos emocionais ou estudos de caso anedóticos nos seus sites. Apenas 38 organizações responderam

ao pedido do Projeto para um inquérito e outras informações. A maioria das avaliações facilmente disponíveis das ONG centra-se em estudos de caso ou outros exemplos descritivos de sucesso. Os resultados negativos ou os fracassos quase nunca são documentados, pelo menos não em documentos publicamente disponíveis. Os relatórios também descrevem fornecimentos inadequados, representações inexatas de sucessos e acompanhamento financeiro questionável, mas temos muito poucas provas diretas de ONGs ou contratantes privados para confirmar ou refutar estas alegações (RAMACHANDRAN; WALZ, 2015, p.22).

Em vista disso, quando se diz respeito ao papel das ONGs no Haiti, Ricardo Seitenfus, a partir do seu papel de observador no Haiti, pondera, em entrevista ao jornal suíço *Le Temps*, em dezembro de 2010, que

Desde o terremoto, o Haiti tornou-se uma encruzilhada incontornável. Para as ONGs transnacionais, o Haiti tem se transformado em um lugar de passagem obrigatória. Eu diria ainda pior que isso: de formação profissional. A faixa etária dos cooperantes que chegaram depois do terremoto é muito baixa; eles desembarcam no Haiti sem nenhuma experiência. Enquanto isso, o Haiti, posso lhe garantir, não é propício aos amadores. Depois do 12 de janeiro, por causa do recrutamento maciço, a qualidade profissional tem diminuído muito. Existe uma relação maléfica ou perversa entre a força das ONGs e a fraqueza do Estado haitiano. Algumas ONGs existem somente por causa do infortúnio haitiano (ROBERT, 2010)⁴¹.

É inegável olhar para o Haiti e não reparar que ele foi historicamente objeto de uma gigante atenção por parte do sistema internacional (SEITENFUS, 2014, p.16), tornando-se também um concentrado dos dramas e dos fracassos da solidariedade das potências estrangeiras (ibidem, p. 17). Tudo isso por conta do "inaceitável crime" que assustou as grandes potências colonialistas e racistas: sua libertação e o seu modelo revolucionário.

Em 1803 a população negra do Haiti derrotou as tropas de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdoou esta humilhação infligida à raça branca. O Haiti transformou-se no primeiro país livre das Américas (GALEANO, 2010). Os Estados Unidos (EUA) haviam conquistado antes a sua independência, mas tinha meio milhão de escravizados a trabalhar nas plantações de algodão e de tabaco, assim eles somente reconheceram a independência do

⁴¹ É evidente a relação entre os problemas enfrentados pela MINUSTAH, tais como os massacres, a exploração, o estupro e a disseminação de doenças, com as práticas que marcaram todo o período colonial. Durante a colonização, as doenças eram trazidas pelos missionários, padres, entre outros, e contaminavam os indígenas nativos, com um rápido poder de espalhar e matar muitas pessoas, fazendo uma relação direta com a cólera que foi levada ao Haiti por soldados da MINUSTAH. Os estupros, infelizmente, não são uma prática nova na história do Haiti, marcando todo o período colonial. Contudo, é alarmante que ainda ocorram com frequência em todo o território haitiano, agora também perpetrados pelos soldados da MINUSTAH. Essa violência sexual é adicionada aos estupros cometidos pelas gangues locais, deixando a população haitiana vulnerável a essa violência. A exploração e utilização da mão de obra haitiana, que era considerada mais barata, e é vista dessa forma até os dias atuais, bem como os massacres realizados pelos soldados presentes na MINUSTAH, são exemplos claros de como as práticas de opressão e dominação utilizadas no período colonial continuam a se manifestar nas missões de paz da ONU (SEGUY, 2014; SEGUY 2011; SEITENFUS, 2014; TROUILLOT, 2010)..

Haiti em 1862 e a França exigiu uma severa compensação financeira para aceitar essa libertação (SEITENFUS, 2014, p.17). Ademais, o papel dos Estados Unidos, ao longo do século 20, na política haitiana é incontornável. Não poderia deixar de sê-lo também no seio das organizações internacionais, especialmente da ONU, que intervém constantemente no Haiti (SEITENFUS, 2014, p.124).

Dessa maneira, a independência da primeira república negra acaba comprometida e o seu desenvolvimento bloqueado (ibid, p.17). Desde então, o mundo resolveu impor 200 anos de solidão ao Haiti no cenário internacional. A terra haitiana foi devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia morrido no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém-nascida foi condenada à solidão. Ninguém lhe comprava, ninguém lhe vendia, ninguém a reconhecia (GALEANO, 2010). Como resultado, para Eduardo Galeano (2010), a história do assédio contra o Haiti, que nos dias atuais tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental.

3.4 Outros modelos e críticas

A "virada local" é uma abordagem política que enfatiza a importância de se pensar e agir a partir das dinâmicas e particularidades de uma determinada região ou localidade. Essa abordagem sugere que a mudança social e política pode ocorrer de forma mais efetiva a partir da ação coletiva em nível local (TOLEDO, 2014). No entanto, é importante lembrar que as questões locais muitas vezes estão relacionadas às questões globais, como o racismo de Estado, o humanitarismo, o racismo, a raça, a biopolítica e a paz liberal. O racismo de Estado, por exemplo, pode ter efeitos profundos nas comunidades locais, afetando a vida de pessoas específicas em níveis micro e macro (FOUCAULT, 1999). O humanitarismo, por sua vez, pode ser usado como uma ferramenta política para justificar intervenções internacionais que muitas vezes são motivadas por interesses geopolíticos, resultando em violações dos direitos humanos e exacerbando o racismo de Estado (SEGUY, 2014).

De todo modo, a virada local pretende defrontar a chamada paz liberal, abordagem política que enfatiza a importância da democracia, dos direitos humanos e do livre mercado para a construção da paz e da segurança internacional. No entanto, essa abordagem muitas vezes ignora as desigualdades estruturais e as dinâmicas de poder que perpetuam a violência e a opressão em níveis locais e globais (MAC GINTY; RICHMOND, 2013).

Toledo adverte para o fato de que a "virada local" pode ser uma abordagem útil para lidar com questões sociais e políticas em nível micro, mas é importante lembrar que essas questões muitas vezes estão relacionadas às dinâmicas maiores de poder e opressão (TOLEDO, 2014).

Em síntese, para compreender os princípios que são defrontados pela abordagem da virada local, é preciso compreendê-los e aqui os apresentaremos em dez pontos, segundo MAC GINTY:

- (1) **Etnocêntrico:** é dirigido a partir do Norte Global e tenta reproduzir formas de paz e governança que espelham as expectativas do Norte Global;
- (2) **Elitista:** o poder é mantido pelas elites políticas e econômicas no nível internacional e nacional;
- (3) **Centrado na segurança:** privilegia a ordem e a segurança em detrimento da emancipação e diversidade, podendo premiar aqueles que estão dispostos a usar a coerção;
- (4) **Superficial:** responde principalmente às manifestações de conflito em vez das causas estruturais subjacentes. Como resultado, a paz não é sustentada;
- (5) **Tecnocrático:** reduz a construção da paz a uma série de tarefas tecnicistas;
- (6) **Rígido:** propenso a "paz por modelo" ou intervenções excessivamente programadas;
- (7) **Curto prazo:** intervenções individuais de apoio à paz são muitas vezes governadas por ciclos orçamentários e políticos de curto prazo. Novamente, a paz não é sustentada;
- (8) **Neoliberal:** privilegia intervenções econômicas neoliberais e muitas vezes ignora os custos sociais;
- (9) **Ilusório:** as intervenções de paz liberal podem envolver muita atividade, mas as relações de poder essenciais dentro da sociedade (entre sexos, classes e grupos de identidade) podem permanecer em grande parte inalteradas;
- (10) Não atende e não se conecta com as expectativas locais: é insuficientemente ágil para levar em conta as preferências culturais locais (MAC GINTY, 2011, p. 41-42, tradução feita pela autora).⁴²

Em vista disso, o autor Aníbal Quijano (2005), discute acerca da natureza do Estado-nação moderno. O autor afirma que embora as nações e os estados sejam elementos que já existem há muito tempo, o moderno Estado-nação é algo muito mais específico. O que se

⁴² Infelizmente, não foi possível encontrar dados precisos sobre os índices de violência no Haiti na década de 1980, o que pode ser atribuído à perda de documentos durante as catástrofes ocorridas nesse período e aos problemas de documentação do Haiti. No entanto, uma análise com base nos conceitos de violência direta e indireta de Johan Galtung poderia ser interessante para compreender a situação. A violência direta seria calculada a partir de atos concretos de violência, como agressões físicas, mortes e destruição de propriedade, enquanto a violência indireta seria medida a partir de estruturas sociais que causam danos, como fome, pobreza, discriminação e exclusão social. No entanto, tal análise exigiria mais tempo para ser realizada.

chama de Estado-nação, trata-se na verdade de uma sociedade nacionalizada e por isso politicamente organizada, e que implica instituições modernas de cidadania e democracia política (QUIJANO, 2005, p.15). Em síntese, o processo de construção do Estados-Nação foi baseado na implementação de um modelo colonial que hierarquizava em termos étnico-raciais os civilizados e racionais (europeus) em relação aos bárbaros e selvagens (indígenas e negros) (PIRES, 2018).

Dessa maneira, Quijano (2005), argumenta que a nacionalização da sociedade moderna ocorreu apenas por meio de uma relativa, mas importante e real democratização do controle do trabalho, dos recursos produtivos e do controle da geração e gestão das instituições políticas (QUIJANO, 2005, p.15). Deste modo, a cidadania pode chegar a servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais (ibidem, p.15). Ainda para o autor, um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade (ibid, p.15)

No entanto, de acordo com Quijano (2005), todas as sociedades são estruturas de poder. E o poder é caracterizado como algo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Por conta disso, toda estrutura de poder será sempre, em maior ou menor grau, uma imposição de alguns indivíduos ou grupos sobre os demais. Ou seja, o autor está sugerindo que o Estado-nação é uma estrutura de poder que impõe uma identidade única a seus membros (ibidem, p.15). Deste modo o Estado-Nação iniciou-se como um processo de colonização de alguns povos sobre outros que, nesse sentido, eram povos estrangeiros.

Em vista disso, o objetivo do Estado, de acordo com esse modelo, é criar e salvaguardar as condições necessárias para o exercício pacífico do direito humano à vida. Os conceitos de diferença colonial⁴³ e "colonialidade do poder" evidenciam as inconsistências das visões humanistas europeias e, conseqüentemente, tornam visível a fragilidade das premissas antropológicas que sustentam o discurso predominante dos direitos humanos⁴⁴ que sustentam

43 É importante destacar que anteriormente foi mencionada a ampla presença de ONGs no Haiti. Esse fato pode ter relação direta com a declaração de Ricardo Seitenfus (ROBERT, 2010) sobre o fracasso da ajuda internacional no país. As ONGs desempenham um papel significativo no cenário de ajuda humanitária do Haiti, muitas vezes atuando em parceria com os governos nacionais e internacionais. No entanto, é necessário avaliar se essas organizações estão realmente cumprindo sua missão de maneira efetiva e sustentável, considerando as complexidades políticas, econômicas e sociais do país (SEGUY, 2014; SEITENFUS, 2014).

44 Reportagem disponível em Porto (2010).

a ideia de permanência das operações de Paz sustentados pela ideia da paz liberal (PARIS, 2004).

Esses conceitos questionam as ideias eurocêntricas e evidenciam como essas concepções estão enraizadas em uma história de dominação colonial. Eles apontam para como as noções europeias de humanidade e civilização foram usadas para justificar a subjugação de outros povos e culturas ao redor do mundo. Como resultado, a ideia de "direitos humanos" é vista como limitada e insuficiente para abordar as questões de desigualdade e opressão que continuam a existir hoje. Em suma, os conceitos destacam a necessidade de se reconhecer a influência duradoura do colonialismo na compreensão da humanidade e de buscar abordagens mais críticas e justas para lidar com questões sociais (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2005).

Dessarte, os direitos humanos têm sido frequentemente invocados por aqueles que possuem o poder de proclamar a guerra e declarar a paz. De acordo com a professora Thula Pires (2018), a construção normativa, tanto teórica quanto jurisprudencial, é baseada na experiência da "zona do ser" (FANON, 2012), onde se encontram as pessoas consideradas "humanas" e que, por isso, têm seus direitos protegidos e promovidos. No entanto, a autora propõe uma narrativa que reposicione o papel dos direitos humanos em relação às violências que ocorrem na "zona do não ser", onde se encontram pessoas e outras formas de vida que são consideradas inferiores e, portanto, não têm seus direitos reconhecidos (PIRES, 2018, p.3) evidencia que tais aspectos não são exclusivos dos direitos humanos, pois eles estão presentes na dinâmica de funcionamento do direito de forma mais ampla. Em vista disso a autora exprime que:

A crença nas ideias de universalidade e neutralidade dos direitos humanos produziram uma apropriação dessa agenda de forma hierarquizada e violenta para grupos sociais minorizados e alijados dos bens materiais e simbólicos para o bem viver. [...] Tais aspectos não são exclusivos dos direitos humanos, estão presentes na dinâmica de funcionamento do direito de forma mais ampla. É necessário, portanto, destacar tais limitações para que as iniciativas que busquem produzir condições de vida plena e coibir processos de desumanização sejam dimensionadas não apenas através de suas potencialidades, mas também a partir daquilo a que se acumpliciam. [...] A cruel realidade dos que vivem na zona do não ser não evidencia violação de direitos, mas a mais bem-acabada aplicação do direito (e dos direitos humanos), nos termos em que foi construído para atuar e para os sujeitos para os quais ele foi pensado para funcionar (PIRES, 2018, p. 3).

Em contrapartida ao que dita a paz liberal, de acordo com Enrique Dussel (2001, p. 398), a filosofia da libertação surge caso os pensadores críticos de cada cultura entrem em diálogo com outras culturas. Uma das soluções é que as diferentes formas de democracia, os

direitos civis e a emancipação só podem surgir das respostas de epistemologias locais subalternas. Assim, por exemplo, os “homens” ocidentais não podem impor a sua noção de democracia a povos não-ocidentais. Essa afirmação pode ser interpretada como um chamado ao pensamento crítico de fronteira, um meio de alcançar um "mundo trans moderno" descolonizado que transcenda o eurocentrismo e o fundamentalismo. Isso representa um projeto universal que busca ir além das fronteiras impostas pelas ideologias dominantes.

Nos últimos 510 anos do “sistema-mundo⁴⁵ patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano”, passamos do "cristianiza-te ou dou-te um tiro” do século XVI, para “civiliza-te ou dou-te um tiro” do século XIX, para o “desenvolve-se ou dou-te um tiro” do século XX, para o recente “neoliberaliza-te ou dou-te um tiro” dos finais do século XX e para o “democratiza-te ou dou-te um tiro” do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracias indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceita e legitimada. As outras formas de democracia são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso. É preciso conceptualizar a democracia de maneira transmoderna, de modo a que seja descolonizada da democracia liberal, ou seja, da forma ocidental de democracia, que é uma forma racializada e centrada no capitalismo (GROSFUGUEL, 2008).

Assim, o autor propõe que os padrões eurocêntricos sejam enfrentados através de uma multiplicidade de respostas críticas descolonizantes que partem das culturas e lugares epistemológicos subalternos de povos colonizados de todo o mundo. Essa ideia do autor, seria o equivalente ao contrário de “projeto de peacebuilding liberal”, quando se trata na verdade de uma “diversalidade enquanto projeto universal”.

Em vista disso, o modelo de paz liberal também tem sido alvo de críticas por parte de autores que apontam para a imposição de valores e interesses do Norte global sobre o Sul global, além de perpetuar as desigualdades estruturais e as relações de poder assimétricas (TOLEDO, 2014). Essas críticas vêm de diferentes perspectivas teóricas, mas todas compartilham a preocupação com esse descolamento. Em resposta a essas críticas, surge a "virada local" (*local turn*), que propõe um novo paradigma para a resolução de conflitos e

45 Le Plan d’action pour le Relèvement et le Développement d’Haïti que nous présentons à nos partenaires de la communauté internationale constitue l’expression des besoins à satisfaire pour que le séisme, qui a si cruellement frappé notre pays, devienne une fenêtre d’opportunité pour, selon l’expression du Chef de l’État, une refondation d’Haïti. C’est un rendez-vous avec l’Histoire que notre pays ne peut rater. Il y a obligation de résultats dont nous sommes redevables envers nos enfants et les enfants de nos enfants. La solidarité exprimée spontanément dans les heures qui ont suivi la catastrophe, celle des Haïtiens et Haïtiennes au pays et à l’étranger ainsi que celle de la communauté internationale envers notre peuple nous inspire la confiance nécessaire dans ce devoir historique. Le plan qui vous est proposé s’appuie sur un effort collectif de réflexion et de concertation. Au niveau diplomatique, des échanges soutenus et constructifs ont permis de nous sensibiliser aux attentes de nos partenaires internationaux et de *leur expliquer nos choix pour l’avenir* (PARDN, 2010, p.4, grifos feitos pela autora).

construção da paz, levando em consideração as particularidades locais e dando voz às comunidades afetadas pelo conflito (TOLEDO, 2014, MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p. 774-777).

A chamada "virada local", então, pode ser caracterizada como um grupo heterogêneo de pesquisadores que partem da assimilação dos pressupostos supracitados para a composição de análises teóricas e empíricas que levam em conta as dinâmicas locais no processo de construção da paz (TOLEDO, FACCHINI, 2017. p.4). Nos estudos de *peacebuilding* a virada local pode ser compreendida como um retorno ao *local*, mas com uma abordagem diferente. Enquanto no passado o local era visto como um espaço limitado e subordinado às dinâmicas globais, agora ele é reconhecido como um espaço de produção de conhecimento e ação política autônomos e relevantes (TOLEDO, 2014, p.17).

A abordagem da "virada local", segundo Roger Mac Ginty e Oliver Richmond (2013), contempla o envolvimento com o contexto local e com as formas pelas quais a paz é construída pelas forças locais (e internacionais). Isso não significa submeter-se às forças do capitalismo global ou aceitar os pressupostos de superioridade ontológica do Ocidente, mas sim reconhecer como o poder circula e como a legitimidade, mesmo em contextos menos definidos, exige prestação de contas. Nesse sentido, é preciso se reconhecer que há muito da história do Haiti a ser contado, a partir de uma virada epistêmica local, de modo a permitir que a voz daquele povo seja considerada pelos decisores das intervenções de paz.

Dessa maneira, analisa-se também a possibilidade de emancipação e empatia em um contexto local e global, a partir de valores, identidades e necessidades dos sujeitos locais, em detrimento de supostos interesses nacionais e internacionais, de elites marxistas, liberais ou neoliberais cujas narrativas sobre a paz e sobre o suposto papel de uma vanguarda, de instituições internacionais ou mesmo do mercado global raramente conseguiram ter sucesso (MAC GINTY; RICHMOND, 2013).

Toledo (2013, p.19) aponta que a virada local provocou críticas que resultaram em uma mudança significativa nos trabalhos sobre reconstrução pós-conflito. Antes, esses trabalhos se concentravam em uma abordagem que comparava as deficiências de países tidos como falidos com as virtudes dos países do Ocidente. Eles questionavam o que faltava ou precisava ser transplantado para os primeiros. Agora, a ênfase é em questionar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que realmente existem nessas regiões. Isso ocorre

antes de cair na tentação de rotulá-las como caóticas ou como fracassos estatais (ibidem, p. 19). A proposta é que exista um maior engajamento com o local, porém evitando que possa haver uma inversão de polos e assim exotizando-o ou romantizando-o (ibid, p.19).

Dessa forma, existiu um esforço para compreender os cenários de conflito, na maioria das vezes, através da perspectiva pós-colonial. Muitos autores se debruçaram para buscar enfatizar a capacidade de ação da população local na negociação, resistência ou subversão do projeto liberal de reconstrução pós-conflito, levando à criação de um cenário de paz pós-liberal ou híbrida.

Todo o exposto deve ser considerado para se compreender o nível de violência e racismo que está intrinsecamente presente nos processos de paz, orientados de cima para baixo, o qual, de acordo com Richmond (2009, p. 6), compreende, inclusive a cristalização de um imaginário de um povo, supostamente, dotado das seguintes características:

- (1) exótico (ou mesmo quixotesco), informal, e incompreensível;
- (2) incapazes de desempenharem um papel construtivo porque lhes falta efetivamente "capacidade" em construção de uma ordem liberal formal;
- (3) desonesto e menos civilizados;
- (4) um repositório de capacidades locais que os internacionais possam cooperar (RICHMOND, 2009, tradução feita pela autora).⁴⁶

Para Richmond, todas essas categorias indicam uma forma de "orientalismo", conceito proveniente dos escritos de Edward Said (2007). Isto posto, Said (2007) faz três distinções de possíveis utilizações do termo: O primeiro uso diz respeito a quem escreve, pesquisa ou ensina sobre o Oriente, que é chamado de orientalista, logo o que produz é orientalismo. O segundo é referente a um “estilo de pensamento baseado em uma distinção fundamental feita entre o Oriente e o Ocidente” (SAID, 2007, p. 29). Já a terceira aplicação desse conceito é direcionada para o orientalismo e é expresso e representado em diversos aspectos culturais e ideológicos a partir de instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias, estilos coloniais:

⁴⁶ Esta pesquisa intitulada “Imigração Haitiana: Racismo e Patriarcado como Sistema Internacional (2020)” foi feita pela escritora Jade Alcântara Pereira Lôbo no curso de Antropologia da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana. A pesquisa foi feita principalmente com mulheres haitianas, a partir das relações entre Brasil - Haiti, utilizando uma abordagem etnográfica.

O orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o Oriente, na maior parte do tempo, o Ocidente. [...] e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo, ensinando-o, colonizando-o, governando. Em suma, o orientalismo como estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente (SAID, 2007, p.17).

Quando Richmond (2009) cita Said (2007), ele se refere à terceira maneira de utilizar o termo orientalismo, pois a partir desse conceito é possível pensar acerca das representações que o Ocidente faz do Oriente. Além disso, existe uma problematização acerca da existência de instituições internacionais, que são frequentemente comandadas por países Ocidentais, seus consulados, embaixadas, agências de inteligência e missões militares ou diplomáticas ficam encarregadas de lidar com todas as questões políticas, econômicas, culturais e de segurança relacionadas à região do Oriente (SAID, 2007).

No entanto, essas instituições ocidentais são frequentemente motivadas por interesses imperialistas e neocoloniais, buscando exercer controle sobre o Oriente e sua população (SEGUY, 2014). De acordo com Franck Seguy (2014, p. 47), embora o colonialismo tenha oficialmente acabado, a lógica e a concepção colonial persistem em embalagens modernas, reforçando a colonialidade.

Essas ideias do autor Franck Seguy (2014) caminham com os escritos de Richmond (2009), quando Seguy (2014) fala a respeito da participação da Comunidade Internacional na desumanização da vida no Haiti e como isso preparou o terreno para inúmeras catástrofes que afundaram ainda mais os cidadãos haitianos (SEGUY, 2014). Segundo Seguy, a Comunidade Internacional estabelecia as precariedades como uma norma de existência imposta aos haitianos (ibidem, p. 51), e além disso, ela acelera as políticas geradoras de precariedade, mantendo assim os cidadãos haitianos como conjunto na sua condição de precariado (ibid, p. 43).

Assim, essas formas indiretas de controle permitem que as administrações autoritárias continuem a exercer sua influência sobre os Estados-nações periféricos, sem precisar recorrer às formas mais explícitas de dominação (ibid, p.47). Essa dinâmica mantém uma relação de poder desigual entre as diferentes regiões do mundo, com consequências significativas para a política, a economia e a cultura global – o neocolonialismo apesar de sua sutileza, ou melhor, graças a ela – não perdeu muito de sua eficiência (ibid, p.48).

Além disso, essas instituições podem contribuir para a perpetuação de estereótipos e preconceitos em relação aos povos e culturas do Oriente, promovendo uma visão exótica e estereotipada da região. Isso pode levar a uma falta de compreensão e diálogo entre o Ocidente e o Oriente, reforçando as desigualdades e as relações de poder entre as duas regiões (RICHMOND, 2009; SAID, 2007; SEGUY, 2014).

Dessa maneira, a agência local não é considerada em nenhuma das etapas de uma construção da Paz, exceto em formas relativamente negativas. Até o momento, o resultado dessa abordagem baseada na paz democrática liberal e no quadro da paz econômica neoliberal tem sido uma forma bastante conservadora de paz liberal, que não constrói um contrato social no local para desenvolver sua própria legitimidade (RICHMOND, 2009, p. 6).

Em síntese, o autor dialoga que a consequência dessa percepção é que ela não permite que a população local participe dos processos e faça parte dos espaços. Além de que as questões relacionadas ao bem-estar dos cidadãos seriam deixadas de lado, já que seria considerado contraproducente o engajamento com a população local. Em outras palavras, a visão romântica do local acaba desvalorizando a agência dos habitantes locais e seus interesses em prol de uma visão exótica e superficial (RICHMOND, 2009, p. 7).

Portanto, a comunidade internacional liberal e suas agências, organizações e instituições passaram a tratar o local (países, regiões) como um projeto cultural. Esse projeto é baseado na percepção de que o local é uma zona de incivilidade, caracterizada por novas guerras, corrupção, falta de capacidade e práticas políticas, sociais e culturais primitivas. Essa visão tende a desvalorizar a cultura e as práticas locais, reforçando estereótipos e preconceitos em relação aos países e regiões que estão sob intervenção (ibidem, p. 5).

Ainda de acordo com Richmond (2009), a construção da paz liberal contemporânea tem sido centrada nos direitos em detrimento das necessidades locais, o que tem levado a uma falta de bem-estar social transitório e ao envolvimento cultural local. Essa abordagem tem sido desumanizadora e marginalizante, pois nega a cultura local, as vozes e o bem-estar em prol do desenvolvimento da ordem política. Essa abordagem que utiliza tecnologias "superiores", busca impor uma visão ocidental de Estado e cultura, o que pode impedir um compromisso equitativo com questões locais específicas (ibid, p. 5).

Além disso, o liberalismo dominante à construção da paz é caracterizado como uma mercantilização neoliberal da paz, em que o foco está na negociação e na venda da paz como um produto, em vez de se envolver com os agentes e súditos locais da paz (ibid, p. 6)

Em suma, de acordo com o autor Áureo Toledo (2013), o objetivo central poderia ser descrito como a busca por uma agenda de pesquisa que busque uma paz pós-liberal que poderia se concentrar em investigar de forma mais detalhada temas como as tradições culturais locais, as operações de paz como processos emancipatórios, voltados para a segurança humana cotidiana, como estabelecer processos decisórios liderados pelas comunidades locais, e como os agentes internacionais poderiam auxiliar nesse processo. Essa abordagem ampliaria a compreensão da paz além das estruturas estatais liberais. Dessa forma, a virada local pode ser definida por:

No entanto, argumentamos que, por causa da agência local, a política e rendição da paz estão muito presentes nos ambientes pós-conflito, a curva local reabre o debate sobre o poder, a paz, a justiça social, o quadro em evolução e termos de emancipação, e sobre quem são os sujeitos em RI. O engajamento com o local, e as formas em que a paz é formada no contexto local (bem como internacional) não se deve ceder às forças do capitalismo global ou pressupostos ontológicos de superioridade por parte do Ocidente (devido ao poder estrutural e governamental que exerce). Muito pelo contrário, é para mostrar como o poder circula, e como a legitimidade mesmo nos locais mais obscuros foram responsabilizá-la. Assim, mantém a possibilidade de emancipação e empatia num quadro local a global, inspirando-se nos valores, identidade e necessidades dos seus súditos, em vez de se basear nos pressupostos "benevolentes" dose globais, marxistas, liberais ou elites neoliberais, cujas narrativas centralizadas de a paz e o papel de uma vanguarda, de instituições internacionais ou de mercados globais raramente entregaram (MAC GINTY; RICHMOND, 2013, p. 20, tradução feita pela autora).⁴⁷

Alguns autores argumentam que o envolvimento de atores locais na tomada de decisões poderia levar a soluções mais duradouras e sustentáveis. No entanto, há também preocupações sobre como a "virada local" poderia ser implementada de forma eficaz em um país com uma longa história de intervenções externas e interferência estrangeira. Richmond (2010, p.323) defende a ideia de uma "paz híbrida" ao invés de uma "paz liberal" ou até mesmo a "paz local". Ele acredita que uma paz híbrida pode oferecer empatia e cuidado por meio de suas instituições, contribuir para um contrato social, reconhecer dinâmicas culturais, oferecer recursos cotidianos e repousar sobre um contrato responsivo entre sociedades locais e os construtores da paz liberal internacionais, o que pode, eventualmente, gerar autossustentabilidade (RICHMOND, 2010, p.323). No entanto, autores como Silva (2012, p.80), acreditam que a proposta de paz híbrida não consegue deixar de ser uma dicotomia

⁴⁷ Como citado anteriormente, um dos primeiros casos que vieram à tona foi a violação do jovem Gérald Gilles.

entre o internacional e o local, culminando numa reafirmação de identidades, sem tensionar “o particular que se pretende universal e o universal presente no particular.”

4 A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI

E, finalmente, uma última razão e que muitos mencionavam, e outros pensavam, que o Haiti era um laboratório que serviria de experiência para serem usadas nas regiões metropolitanas brasileiras. (MELITO; SUDRÉ, 2020)

No último capítulo desta pesquisa, será apresentada uma breve análise dos principais problemas enfrentados pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), incluindo a violência, a disseminação da cólera, bem como os casos de abuso e exploração sexual envolvendo militares das tropas de paz. Estes problemas são os últimos exemplos que ilustram como as missões de paz impostas pela ONU são vistas como missões civilizatórias sobre uma população “bárbara” e “sem direitos”. Na época colonial, a exploração das colônias era permeada por práticas como estupros, doenças e guerras⁴⁸, e a implementação de missões de paz busca mudar esse histórico de violência e opressão. No entanto, o que se pode observar na prática é que a missão de paz segue o mesmo caminho que as antigas missões civilizatórias do período colonial.

4.1 A controversa presença brasileira na MINUSTAH: desafios, desacertos e desdobramentos

Em vista disso, foi instaurada a MINUSTAH, criada em 2004, através da Resolução 1532 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada sob o Capítulo VII da Carta da ONU chamadas de Operações de Paz robustas, que também se caracterizam por seu caráter multidimensional, pois são compostas pelos componentes militar, policial e agências civis de diversas origens atuando de forma integrada. Assim, a missão teve início em 10 de setembro de 2010 e encerrada em 15 de outubro de 2017 e até hoje é tida como uma das missões mais contraditórias da ONU, dividindo opiniões entre os cidadãos haitianos e os demais pesquisadores.

Quando perguntava algum/a colega haitiano/a universitário, o que achava sobre a MINUSTAH, a grande maioria dizia que essa “missão de paz” estava vinculada diretamente com a tradição imperialista das grandes potências mundiais. Uma fala me chamou a atenção perante as demais, “para mim não existe organização das

⁴⁸ Little is known about the impact of being a child fathered specifically by a peacekeeper. Even less is known about whether ‘peace babies’ experience their childhoods and youth differently depending on the circumstances of their conception and particularly depending on whether they were conceived in a consensual, exploitative or abusive relationship. The fact that the Haitian population has coined a specific term in Kreyol, pitit MINUSTAH, and that Haiti’s official language, French, has two separate terms *bébés casques bleus* (blue helmet babies) or *‘les enfants abandonnés par la MINUSTAH’* (the children who are abandoned by the MINUSTAH), is an indication that those children are not a rarity, but instead are a sizeable group recognized by the local population as having a parentage that sets them apart from other local children. This suggests that their experiences will differ from those of their peers with Haitian fathers. (LEE; BARTELS, 2019)

Nações Unidas, somente um exército das grandes potências para assegurar interesses imperialistas”. Outros ressaltaram a questão da cólera, que foi trazida pelos soldados nepaleses ao país, eles acreditam que esta foi utilizada como uma espécie de arma biológica implantada para a permanência dos soldados no Haiti. Já a população de Cascavel tem sua opinião dividida em “eles ajudam a manter a segurança” e “não tenho nada a mencionar, eles não fizeram nada”. Todos, em ambos os locais, ressaltaram a grande diferença entre um soldado da MINUSTAH e de um policial do país, sendo que o salário do primeiro é muito maior do que o do policial haitiano (LÔBO, 2020, p.103)⁴⁹.

Através desse texto é possível notar que uma parcela dos cidadãos haitianos não gostava da presença das tropas estrangeiras em seu país, e muitos consideravam a MINUSTAH uma força de ocupação, não de paz, que acreditam que a missão de paz está ligada à tradição imperialista das grandes potências mundiais (LÔBO, 2020). Segundo Alexandre Inchez, haitiano residentes em Cascavel (Paraná) (Entrevista concedida a Jade Lôbo, 2020, p.103):

A política no Haiti tem um sistema que eu não gosto, quando tem algum problema gera bagunça, outro país começa a querer ajudar o Haiti e o governo (haitiano) vai ganhar dinheiro. Outros políticos usam esse dinheiro, eles pegam uma parte para eles, ninguém vai descobrir se eles roubaram, 90%, fica na bolsa deles e partilham entre eles. Todo país tem um partido político com bandidos. Os Estados Unidos fingem, *mostram que estão com vontade de ajudar*. Você vê que eles mandam comida, mandam dinheiro. Eles têm um dever. Os EUA *querem ajudar os países que eles veem que tem vantagem com a exploração* (grifos feitos pela autora)

Jade Lôbo (2020) considera essa fala importante para compreender a situação de um país que passou por 34 golpes de Estado e 23 constituições. A autora também evidencia a forte presença negra em sua composição étnica até os dias atuais, sustentando o argumento de que existe uma estrutura global de poder que é liderada por pessoas brancas e sustentada por forças políticas, econômicas e ideológicas (DU BOIS, 1925).

No meu país, a maioria, 97% pelo menos é negra⁵⁰. Dos 3%, 1% eu posso falar que são de duas nacionalidades. Coisa de uma criança que nasce nos EUA, que nasce em Santo Domingo ou outro país. Eles podem até ter pais de outro país, mas eles voltam pro Haiti com eles. Os outros 2% acho que são as pessoas que tem dinheiro, que vem de um país que já tem dinheiro da classe elite do país. Geralmente eles são mestiços (Sandy, em entrevista concedida a Jade Lôbo, 2020, p.82).

49 They abused many of our families, they can find a young woman ... They may seem like they love you, they drop a few coins in your hands, after they sleep with you, when they put a few coins in your hand to drop a baby in you. And this child reads on the same arms you do not have ... Then, the child is in your arms, your family has nothing. All of this is the abuse of the MINUSTAH in the country ... (“Down with the MINUSTAH”, shared by a single male in Saint Marc) (LEE; BARTELS, 2019, p. 195)

50 “A Minustah não conseguiu estabelecer segurança e estabilidade aqui (no Haiti). Por mais que possamos pressionar a ONU e os brasileiros a adotar a abordagem mais vigorosa necessária, não acredito que, no final, eles estejam à altura da tarefa”, declarou o então embaixador dos EUA no Haiti, James B. Foley, em um telegrama de 1º de junho de 2005.

Além disso, reitera-se a ideia de que o racismo é visto como uma maneira de controlar o poder e distribuir recursos, e é um fator importante nas relações internacionais. Isso significa que o racismo é uma parte essencial da forma como o mundo funciona, onde pessoas brancas têm mais poder e influência do que outras (DU BOIS, 1925). Isto é evidenciado nos seguintes trechos trazidos pela autora (LÔBO, 2020, p.114):

“aqui no Brasil tem a política dos “branquinhos”. Nos altos cargos eu nunca vi um “pretinho”, sendo que a população do Brasil é de maioria negra”. O Brasil é um país extremamente marcado por desigualdades sociorraciais que mata um jovem negro a cada 23 minutos. ***O Brasil é um país que tem uma população negra marginalizada e amontoada nos que chamam de “favelas”***. Um dos primeiros argumentos que ouvi de alguns haitianos sobre a MINUSTAH era a verdadeira contradição de um país que tem “tantos problemas com favelas” ir “apaziguar” outro país supostamente “irmão de cor”. ***A quem interessa a presença brasileira no Haiti?*** Quem são os soldados enviados pelo Brasil ao Haiti? Segundo Dalila, “os países estão praticamente mandando seu exército pegar experiência, porque são jovens que entram na MINUSTAH. No exército a primeira saída de campo, digamos, é o Haiti. Ali que ele vai pegar experiência, é o estágio dele” (grifos feitos pela autora).

A partir do trecho anteriormente mencionado, podemos refletir sobre a presença do Brasil no Haiti e sua interferência em um país que também sofreu com o colonialismo. A liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) por vários anos pode ser vista como uma forma de intervenção estrangeira com possíveis interesses políticos e econômicos (LÔBO, 2020, p. 113). A citação de Franck Seguy (2014) reforça a ideia de que o Brasil usa a presença no Haiti para ampliar sua visibilidade no cenário internacional. Através da participação na MINUSTAH, o país busca demonstrar sua habilidade de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (ORSI, 2014):

Seguy compara a situação de desordem que levou à intervenção internacional no Haiti aos conflitos dentro das favelas do Rio de Janeiro. Esses conflitos existem, e justificam muitas coisas, mas não dá para dizer que o Brasil esteja em guerra e precise ser pacificado. O Haiti serve para isso. É um campo de treinamento. Praticamente todos os soldados brasileiros que já foram para o Haiti estão, agora, sendo utilizados para controlar o Rio de Janeiro, porque a situação é muito parecida.

Além disso, Jade (2020) discorre sobre o fato de que a grande maioria das pesquisas e relatórios sobre a possibilidade do êxito brasileiro no Haiti baseava-se no argumento de um possível vínculo devido a história da colonização e da grande parcela de negros no Brasil (Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que 54% da população brasileira é negra) (LEMOS, 2003).

Inicialmente, o Brasil permaneceu relutante à ideia de participar de Operações de Imposição da Paz (peace enforcement), preferindo sempre as Operações de Manutenção da Paz (peacekeeping⁵¹), que contam com o consentimento das partes. No entanto, em 1999 o Brasil participou da Missão de Paz no Timor Leste. No caso do Haiti, apesar de o Brasil ter votado a favor da Resolução nº 1.529 da ONU, o país não aceitou participar da Força Interina Multinacional (MIF), pois entendeu que esta seria uma missão de imposição da Paz baseada nas medidas de força, do Capítulo VII (KHALIL, 2009, p.9).

Isto posto, o Brasil somente consideraria participar de uma missão de paz posteriormente (OLIVEIRA, 2004, p. 27). Isso se deve ao fato de que a Resolução nº 1.542, que instituiu a MINUSTAH, também menciona o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas em seu parágrafo 7, sugerindo um caráter coercitivo da missão. Porém, o governo brasileiro defende uma interpretação diferente, argumentando que apenas esse parágrafo se baseia no Capítulo VII e não a resolução inteira, e que a MINUSTAH é, de fato, uma missão de manutenção da paz e não uma missão de imposição da Paz.

Por conta das graves limitações no funcionamento desses mandatos e das perdas humanas e materiais resultantes, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a utilização de todos os meios necessários, transformando algumas missões de paz em operações de imposição da paz.

Essa mudança ocorreu em resposta a conflitos e crises humanitárias em várias partes do mundo, incluindo o Haiti, onde um golpe militar em 1991 instituiu um governo repressivo e provocou fome, casos políticos e um fluxo de refugiados para a República Dominicana (VAZ, 2015). Em 1994, a ONU interveio armada no Haiti após inúmeras ameaças e embargos fracassados. Desde então, as forças de paz da ONU têm sido responsáveis por fornecer segurança e apoio político e de construção da paz para ajudar os países a fazer a transição do conflito para a paz (VAZ, 2015).

Assim, o Conselho de Segurança da ONU passou a reconhecer a interdependência entre direitos humanos e segurança internacional, o que permitiu associar a proteção dos direitos humanos à utilização da força em situações de crise humanitária. Ocorre ainda que,

⁵¹ Luis Kawaguti é jornalista especializado nas áreas de Defesa, Segurança e Política Internacional. Trabalhou na BBC World Service e prestou serviço para agências internacionais de notícias. No Brasil passou pelas redações de Veja, Diário de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL. É autor do livro “A república negra” (Ed. Globo, 2006) sobre a missão de paz da ONU no Haiti.

em algumas situações, a ONU acredita que não há paz a ser mantida, mas imposta (VAZ, 2015).

4.2 A violência no Haiti

Em uma palestra, no ano de 2005, o General Augusto Heleno, que liderou as tropas brasileiras na MINUSTAH em 2004, destacou a importância do apoio da população para o sucesso de uma operação de paz (PEREIRA, 2005, p.15). No entanto, a MINUSTAH não apenas não alcançou seu objetivo de ser uma missão pacífica que respeitava os direitos humanos, mas também se tornou uma das missões mais problemáticas da ONU em termos de violações de direitos humanos e conduta inadequada por parte das tropas. De fato, a MINUSTAH enfrentou diversas críticas por seu uso excessivo da força e por violações de direitos humanos, como o envolvimento em casos de abuso sexual e exploração infantil.

Em 2005, Heleno se despediu do cargo de comandante das tropas estrangeiras no país, afirmando que as críticas⁵² que recebeu de que não teria feito o suficiente para combater as gangues armadas do Haiti foram injustas. Ademais, ele negou que a sua decisão de deixar a missão, anunciada em junho de 2005, tenha sido motivada pelos ataques. Embora o General Heleno tenha proferido palestras afirmando que a "*população haitiana sofre de uma verdadeira síndrome de insegurança*" e que, "*por isso, era necessário trabalhar contra a violência e contra o efeito psicológico da violência*" (PEREIRA, 2005, p.14), ele também foi responsável por comandar operações militares no Haiti que foram caracterizadas como "*massacres*" (KAWAGUTI⁵³, 2006).

O general foi o primeiro *Force Commander* brasileiro na Minustah, de uma série de onze. A operação teve início às 4h00 de 6 de julho de 2005 e foi batizada "Punho de Ferro"⁵⁴. Com pleno uso da força, tropas da Minustah sob o comando do general cercaram, acaram e mataram o líder das gangues. O problema é que atiraram na população civil, muitas vezes do alto de helicópteros, com armas de grosso calibre. Nesses confrontos, segundo estatística do Batalhão, foram utilizados 49.966 cartuchos de munição e nove militares foram baleados (KAWAGUTI, 2006, p.142). A operação ocorreu em Cité Soleil e possuía como objetivo capturar Emmanuel 'Dred' Wilme, apontado como líder de uma "gangue". Infelizmente não

52 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mQJgFnEffLs>.

53 We have hundreds of millions of dollars in the hands of the NGOs without any sort of social control, without any transparency, or government management. And we are accusing the government of Haiti of being corrupt when the government of Haiti doesn't even have money in their hands to be corrupt with! We can not demand from Haiti what we do not demand for ourselves... We can attempt to create a new model of state and to make Haiti a laboratory of experiences but we have to stop Haiti becoming 'Haiti-NGO,' that means a country of NGOs. That is unacceptable for us. And that is unacceptable for Haitians and for the history of Haiti. All projects that come into Haiti that weaken even more the weak Haitian state, should be discarded. We should accept only projects that bring resources for the institutions of Haiti to be strengthened, and for Haiti to effectively respond to the needs of dealing internally with their inequities... We can not make of Haiti a 'Disneyland' of the NGOs. (ELIZONDO, 2011).

54 De acordo com dados fornecidos pela CIA World FactBook, 95% da população do Haiti é negra e 5% são mestiços (HAITI, s.d.).

existe um número exato de quantas pessoas foram mortas durante a operação, todavia, o documentário *It Stays With You* (MCLAUGHLIN, 2017), aponta algo em torno de 80 mortes de civis (HUNTER, 2019). A respeito disso no artigo “Terra Desolada”, o jornalista Fábio Victor expõe:

“Depois de sua volta ao Brasil, Heleno deu mais detalhes sobre a operação, numa palestra em setembro de 2006, em São Paulo. ‘Nós estabelecemos um ponto forte [*espécie de trincheira reforçada*] no interior de Cité Soleil, cheio de proteção. [...] Toda noite, tinha tiroteio de quinze, vinte minutos em cima do ponto forte. Eu botei os [*soldados*] peruanos lá. Eles fizeram uma festinha boa ali. Acertaram um monte de bandido; eles eram bons atiradores. Aí eles me perguntaram uma vez: ‘General, por tradição, bandido, quando cai lá, morto ou ferido, vem gente pra buscar o corpo. O que a gente faz? Podemos atirar em quem vem buscar o corpo do bandido?’ Eu estava tão machucado com essa crise que respondi: ‘Atira também, amigo de bandido também toma tiro para eles pararem de vir buscar o corpo. Chega um ponto que a gente perde a paciência’, disse Heleno, conforme relato do portal *Carta Maior*, em 20 de setembro de 2006. Questionado em seguida pelo portal sobre a declaração, o general afirmou que os homens da missão apenas reagiram aos tiros dos bandidos que iam buscar corpos.” (VICTOR, 2019).

Quase todos os dias saíam notícias falando das brutalidades repressivas das tropas da MINUSTAH. Em 2006, a maior favela do Haiti, Cité Soleil, foi arrasada em decorrência da atuação das tropas latino-americanas (SEGUY, 2009, p. 140).

“Em julho de 2005, entrando em 2006, a Minustah tomou todo o país. Nesta área, as pessoas viviam com medo. A gente estava muito infeliz, numa situação desesperadora. Um monte de problemas. A gente não podia se sentar, não podia se deitar, não podia comer, não podia beber, não podia nem tomar banho. Começou com os helicópteros sobrevoando, passando no ar, e havia tiros dia e noite. Não tinha o que fazer. Nenhum lugar era seguro. Quando eles estavam atirando, não dava para ir a nenhum lugar, tudo estava bloqueado. Eu vi muitas coisas quando os helicópteros da Minustah estavam atirando [...] eu tinha uma criança, uma filha, quando eles estavam atirando lá, ela foi atingida do alto, [...] dentro da casa. Eu corri para me salvar e quando voltei não consegui encontrar ela. Eu achei que estava atrás de mim, mas quando olhei [...] eu a perdi! Isso dói tanto!” (MCLAUGHLIN, 2017)

Em vista disso, para Franck Seguy a expressão "missão de paz" não é nada mais do que um eufemismo para nomear o processo de assassinato dos rebeldes, enquanto as mídias espalham a falsa propaganda de que o Haiti está em guerra e que precisa de uma missão humanitária (SEGUY, 2009, p. 103).

Faz 5 anos, desde fevereiro de 2004, que o Haiti foi invadido por tropas do Canadá, da França e dos Estados Unidos. Em junho do mesmo ano, a ocupação mudou de direção. Assim, o exército do Brasil passou a liderar a ocupação do Haiti com tropas brasileiras e de outros países da América do Sul, descendentes dos europeus, antigos colonizadores. O pretexto justificativo é a necessidade de manter a paz no país, que estava num período de grande efervescência. [...] Este foi o papel que cumpriu, por exemplo, o artista brasileiro MV Bill, preto como Zumbi, que foi para o Haiti. Neste ano de 2009, por conta da rede Globo, que sem vergonha voltou contando no Domingão do Faustão do dia 12 de julho, às tropas do Brasil estão em missão humanitária no Haiti, com o fim de pacificar o país que está em guerra⁵⁵. O

⁵⁵ As forças de paz da ONU fornecem segurança e apoio político e de construção da paz para ajudar os países a fazer a transição difícil e precoce do conflito para a paz. A Manutenção da Paz da ONU é guiada por três

assassinato dos rebeldes é justamente o que aconteceu desde a invasão destas tropas, e que está ainda acontecendo, enquanto as empresas capitalistas do Brasil, como a têxtil do vice-presidente José Alencar, estão roubando terras férteis para implantar maquiladoras, explorar a mão-de-obra mais barata da América. O discurso capitalista chama isso de cooperação sul-sul. (SEGUY, 2009, p. 103)

No entanto, desde 1986, o país convive com uma luta de poder entre atores políticos, gerados pelos interesses de outras nações no país (SEITENFUS, 2014, p.15). Na época, também não existiam motivos alarmantes que indicavam uma possível situação de guerra civil, ou o risco de crimes coletivos ou ainda a perspectiva de genocídio (SEITENFUS, 2014, p.16) para que existissem intervenções de forma tão recorrente. Ao contrário, os índices de violência aumentaram desde os anos 80⁵⁶ (SEITENFUS, 2014, p.16). Em vista disso o jornalista Fábio Victor declara:

À primeira vista, as estatísticas oficiais de violência não espantam um brasileiro. Dados da Polícia Nacional do Haiti tabulados pela ONU mostram que, em 2014, houve 10,7 homicídios por 100 mil habitantes. Entre 2015 e 2018, a taxa variou de 8 a 10 casos. É uma proporção bem menor que a brasileira: 31,6 mortos por 100 mil habitantes, em 2017 – um recorde histórico, como informado no Atlas da Violência de junho passado. Especialistas alertam, entretanto, que no Haiti a subnotificação de crimes é grande, e a explosão de violência nos últimos meses certamente irá elevar as estatísticas futuras, como Braum me disse ter percebido de antemão a partir de seus levantamentos na Grande Bel Air. Cerca de 70% dos assassinatos no país ocorreram na região metropolitana de Porto Príncipe, que concentra 25% da população haitiana e foi o principal teatro de operações das tropas brasileiras (VICTOR, 2019).

De acordo com Michaëlle Desrosiers e Franck Seguy (2011), no artigo “Haiti: As violações coletivas da Minustah”, a cidade não tinha mais que 7 policiais em 2004, embora fosse raro registrar incidentes graves na cidade, como algo além de roubo de cabritos ou sacos de batatas, é curioso notar que desde 2004 há um contingente da Minustah estacionado em Port-Salut com o objetivo de “estabilizar” a região.

A presença da “missão de paz” precisava ser fundamentada em algum motivo, conseqüentemente, os militares foram inserindo pouco a pouco, justificativas para sua presença na região. Estes autores haitianos levam em consideração os dados levantados pela Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (RNDDH), de 4 de setembro de 2011. Então, pouco a pouco introduziram a prostituição de menores e o “intercâmbio” de comida por produtos alucinógenos e/ou ilícitos como o tabaco, o álcool, a “marijuana” (DESROSIERS;

princípios básicos: Consentimento das partes; Imparcialidade; Não uso da força, exceto em legítima defesa e defesa do mandato (WHAT, s.d.).

56 Também chamada de Punho de Aço (KAWAGUTI, 2006).

SEGUY, 2011). Um dos primeiros acontecimentos que dá enfoque às violações cometidas pela MINUSTAH é a violação do jovem Gérald Gilles:

Gérald Gilles fazia “intercâmbio” com os soldados da ONU, ou seja, prestava-lhes serviços em troca de comida. Assim, como uma verdadeira força de ocupação, a Minustah utiliza a violação como arma de guerra. Humilha, explora, submete os mais pacíficos, que apenas entram em contato com ela para garantir sua sobrevivência, ou simplesmente porque são pobres; aqueles e aquelas cuja pele é mais escura porque se queimou sob o sol escaldante do Haiti; aqueles e aquelas que tiveram a infelicidade de viver em Cité-soleil e demais “zonas sem direitos” (DESROSIERS; SEGUY, 2011).

A única particularidade desta disputa política consiste no fato de que não são respeitadas as regras do jogo democrático (SEITENFUS, 2014, p.16). Além de que o país também não constituía uma ameaça aos seus vizinhos. Em 1995 aboliu suas Forças Armadas e dispõe unicamente de uma Polícia Nacional, pobremente equipada e treinada, além de reduzidos efetivos (SEITENFUS, 2014, p.16). Porém, precisava continuar existindo no imaginário popular a ideia de que o Haiti era um país a ser pacificado:

Em uma entrevista dada ao Jornal da Unicamp, o autor haitiano Franck Seguy declara que tiveram que vender a ideia de que o Haiti estava em guerra e precisava ser pacificado: “desde que cheguei ao Brasil essa é a pergunta que me fazem: sobre a guerra do Haiti ou missão de paz no Haiti. Não, o Haiti nunca precisou de missão de paz, nunca teve guerra” [...] Além disso, o pesquisador lembra que o próprio nome da missão é de “Estabilização”, não de paz. [...] O papel do Brasil no Haiti é de repressor dos movimentos sociais de contestação (ORSI, 2014).

Cerca de seis meses após o início da missão, a Minustah já contava com um efetivo mais adequado para suas operações, totalizando 6.000 capacetes azuis, dos quais 1.200 eram brasileiros, o maior número de militares enviados por um único país. O Brasil enviou em torno de 37.000 militares à Minustah ao longo dos 13 anos da missão, segundo o Ministério da Defesa. Do total, a maior parte deles foi disponibilizada pelo Exército (29.627), Marinha e Aeronáutica contribuíram com 6.114 e 317, respectivamente (MINUSTAH, s.d.) (TROPAS, 2021). É a maior presença militar brasileira depois da Guerra do Paraguai. A Jordânia figurava como a segunda maior colaboradora em termos de homens enviados, com quase 4.000 jordanianos desembarcando no Haiti em dezembro de 2004 para dividir com os brasileiros a tarefa mais difícil da missão de paz: controlar Porto Príncipe (KAWAGUTI, 2006). A tarefa dos capacetes-azuis não era fácil, pois estava sob sua responsabilidade garantir a segurança nas favelas mais famosas e violentas da cidade, como a Cité Soleil, considerada mais perigosa do que Bel-Air. A Cidade do Sol tinha aproximadamente 250 mil habitantes (KAWAGUTI, 2006).

Em uma operação, dez homens tiveram a missão de invadir a casa do líder Wilber. "Naquela operação, aprendi que você tem que reagir ao que está acontecendo para o medo passar. Não pode dar espaço para os bandidos se aproximarem de você. Tem que responder com agressividade, mas respeitando as regras da ONU", afirmou um oficial (KAWAGUTI, 2006). No entanto, o que acontecia no Haiti por parte dos militares era algo bem diferente do que ordenava as diretrizes da ONU:

Por volta das 9 horas, na rua St. Martin houve corre-corre e tumulto. Os policiais invadiram uma casa e, em minutos, estavam de volta à rua arrastando um homem desarmado, capturado enquanto tomava o café da manhã. Levado à rua, foi obrigado a se ajoelhar. Um dos policiais fez pontaria com o fuzil. O tiro perfurou a região entre os olhos do haitiano, segundo Samba Boukman⁵⁷, um dos líderes mais influentes, em Bel Air, do partido Lavalas⁵⁸, que reúne simpatizantes de Aristide. De acordo com ele, os homens da PNH abandonaram o corpo no local e seguiram com a operação. Boukman disse que outros 13 partidários do ex-presidente foram assassinados de forma semelhante naquela manhã. – Nos matam porque amamos Aristide. As pessoas que morreram não estavam armadas. Eram gente do povo – afirmou Samba Boukman (KAWAGUTI, 2006, p.13).

Ademais, existe essa série de fatos trazidas pelo *Le Monde Diplomatique* para demonstrar brevemente alguns acontecimentos complexos que também marcaram a MINUSTAH (FERNANDEZ, 2011):

- (1) O chefe de polícia haitiano, Sr. Mario Andresol, teve que reconhecer a cumplicidade que unia as gangues da favela de Cité-Soleil aos serviços policiais e ao contingente de capacetes azuis jordanianos. (LE FIGARO, 2006).
- (2) Em novembro de 2007, 108 soldados do Sri Lanka foram repatriados por terem recorrido a prostituição infantil. (RFI, 2019).
- (3) Em dezembro de 2007, uma investigação revelou que funcionários da ONU haviam cometido má administração, fraudes e desvios de dinheiro no valor de 610 milhões de dólares. (LYNCH, 2007).
- (4) A morte do anterior chefe militar da missão, o tenente-general brasileiro Urano Bacellar, em seu quarto de hotel em Porto Príncipe, em 6 de janeiro de 2006, é um dos eventos mais controversos que cercam a missão (UN, 2023).

4.3 Crise haitiana e a hegemonia da Comunidade Internacional

Além disso, é importante destacar as palavras do autor Franck Seguy (2014, p.33), que enfatiza a relevância das declarações do professor Ricardo Seitenfus, que na época era o representante da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti. Em uma entrevista concedida ao jornal suíço, *Le Temps*, em 2010, na qual reconheceu o caso do Haiti como

⁵⁷ Uma vez preso pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH, Boukman acabou se tornando um parceiro. Ele tem sido um protagonista da mediação histórica que ajudou a inaugurar o Pacto pela Paz entre grupos violentos em Bel Air. "Há uma condição: violência zero", sublinha Boukman. (OPENING, 2006).

⁵⁸ Lavalas é um partido político social-democrata no Haiti, cujo líder é o ex-presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide.

prova do fracasso da ajuda internacional⁵⁹. Por conseguinte, as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman (2012) declararam:

Bem-vindo à República ONG do Haiti⁶⁰, o frágil Estado nascido em decorrência dos esforços de reconstrução após o terremoto. De um lado estão as milhares de organizações de ajuda que vêm ao Haiti com a totalidade do orçamento da ajuda internacional nas suas contas bancárias (bilhões no total) onde construíram um poderoso Estado paralelo que presta conta a ninguém mais que seus contribuintes e patrões. Do outro lado estão os representantes do povo haitiano, oficiais eleitos, representantes de organizações da sociedade civil, empresários, que permanecem pobres e abandonados por essas ONGs que vêm para socorrê-los. E entre os dois? O povo haitiano, pobre, desempregado, desabrigado e abalado por esses esforços de reconstrução que frequentemente se esquecem de prestar-lhe qualquer ajuda sequer.

Ainda para Seguy (2014), estas e muitas outras observações despertam o interesse de observar como a crise haitiana deu à Comunidade Internacional uma oportunidade de ouro para se reconfigurar e fortalecer sua hegemonia no Haiti, para administrar melhor a ordem colonial a que o Haiti está sujeito e, assim, fortalecer a situação dos trabalhadores haitianos como mero precariado. Assim, para o autor, quase tudo indicava que o Haiti estava caminhando nos rumos de ser uma nova colônia. A justificativa do autor foi dada através dos estudos feitos pelo National Intelligence Council em 2012. Para esse estudo, em 2030, o Haiti se encontrará na 13ª posição dos Estados com alto risco de fracasso (falência).

Desta maneira, o documento da National Intelligence Council (Global Trends 2030: Alternative Worlds, 2012), cita outro trabalho de pesquisadores da Sandia National Laboratories, os quais estão desenvolvendo um Índice de Resiliência Humana (HRI) para fornecer ferramentas que possam ajudar a explorar as ligações entre exigências ecológicas humanas, resiliência humana, e conflito. Existem sete indicadores utilizados para calcular o HRI: Taxa de crescimento da população, densidade populacional, ingestão calórica per capita, água doce renovável per capita, terra arável per capita, média de idade e saúde da população (incluindo mortalidade infantil e expectativa de vida).

59 Masters and colonial administrators agreed that it was vital to contain this slave population. But they often disagreed vehemently about how to do it. The King's 1685 Code Noir laid out detailed regulations regarding the treatment of slaves—their hours of labor, food, housing, clothes, and punishment—as well as related issues such as the process of emancipation (DUBOIS, 2004, p. 30)

60 De acordo com o autor John Garrigus em seu livro “Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue“, existem outros aspectos que tornaram a Revolução Haitiana possível, no entanto na presente pesquisa não será tratado de forma ampla sobre elas. Assim, o autor exprime que a Guerra dos sete anos desestabilizou o regime escravista na colônia de Saint-Domingue de maneiras que fez com que a Revolução Haitiana fosse possível. (GARRIGUS, 2006 p.15).

Por conseguinte, o quadro abaixo (quadro 3) lista os países que são projetados para ter um alto risco de instabilidade, conflito ou algum outro tipo de estado fracasso em 2030 e pode-se ver que o Haiti passa do nono lugar, em 2008, para o décimo terceiro, em 2030:

Quadro 3: Países com Alto Risco de Falência

Rank	2008	2030
1	Burundi	Somalia
2	Yemen	Burundi
3	Somalia	Yemen
4	Afeganistão	Uganda
5	Uganda	Afeganistão
6	Malawi	Malawi
7	Congo	Congo
8	Kenya	Kenya
9	Haiti	Nigeria
10	Etiópia	Niger
11	Bangladesh	Paquistão
12	Paquistão	Chad
13	Nigeria	Haiti
14	Niger	Etiópia
15	Chad	Bangladesh

Adaptações feitas pela autora

Fonte: Global Trends 2030: Alternative Worlds, Sandia National Laboratories, 2012

Este estudo é subsequente da elaboração do intitulado Plan d'action pour le relèvement et le développement national d'Haïti/Plano de Ação para Reerguer e Desenvolver o Haiti (PARDN), documento oficial do governo detalhando, em março de 2010, aos seus parceiros internacionais as necessidades a serem atendidas após o terremoto de 2010. De acordo com Seguy (2014), o PARDN não passa de uma proposta, (não é nem uma decisão nem uma resolução), endereçada aos parceiros internacionais e não aos cidadãos haitianos. Para Seguy (2014), enquanto o documento propõe um “plano de recuperação e desenvolvimento nacional”, cabe destacar que sua maior preocupação é atender “as expectativas dos parceiros internacionais”. Isto é, não foi proposto nada que estivesse indo contra a vontade dos atores internacionais. É possível observar este fato no documento:

O Plano de Ação para a Recuperação e Desenvolvimento do Haiti que apresentamos aos nossos parceiros da comunidade internacional é a expressão das necessidades a serem atendidas para que o terremoto, que atingiu tão cruelmente o nosso país, torne-se uma janela de oportunidade para, nas palavras do Chefe do Estado, uma

refundação do Haiti. A solidariedade expressa espontaneamente nas horas que sucederam à catástrofe dos haitianos e haitianas dentro e fora do país, assim como da comunidade internacional, em contrapartida do nosso povo, nos oferece a confiança necessária para com o seu dever histórico. O plano que lhes é proposto baseia-se num esforço colectivo de reflexão e consulta. Ao nível da intercâmbios diplomáticos, sustentados e construtivos nos tornaram conscientes das expectativas dos nossos parceiros internacionais *e explicar-lhes as nossas escolhas para o futuro* (PARDN, 2010, p.4, tradução feita pela autora, grifos feitos pela autora).⁶¹

Para Seguy (2014), no trecho, a própria expressão “as nossas escolhas” soa retumbantemente falsa, pois quando se fala em escolha, é sugerido a ideia de que os dirigentes haitianos teriam se encontrado frente a uma variedade de possibilidades e que teriam analisando-as com toda liberdade até decidir adotar a mais conveniente. Para o autor, a pura verdade é que as expectativas contempladas são as “dos nossos parceiros internacionais”. Além de falar que a leitura do PARDN pode facilmente desvendar o carácter colonial da nova configuração da hegemonia da Internacional Comunitária nas mínimas como nas grandes decisões que dizem respeito ao Haiti, o risco é esconder as ocorrências sócio-históricas que têm levado a este estado de fato (SEGUY, 2014, p.43).

Em 2009, um grupo de haitianos visitou o Brasil com o objetivo de destacar alguns problemas enfrentados pelo povo haitiano devido à presença da MINUSTAH. Didier Dominique, representante do movimento de trabalhadores Batay Ouvriye, declarou que a operação de paz está promovendo um "projeto extremamente exploratório" nas indústrias têxteis haitianas (DE SOUZA BARROS, 2017, p.15).

Embora a MINUSTAH esteja promovendo uma economia de mercado no Haiti, as costureiras haitianas estão sendo remuneradas com um salário de US\$ 0,50 por hora, o que é menor do que o salário pago no Brasil (US\$ 3,27 por hora), nos Estados Unidos (US\$ 16,92 por hora) e até mesmo na China (US\$ 0,85 por hora), conforme os dados de 2009 (ibidem, p.16). Em uma entrevista concedida à TV Alesp, o senador haitiano Jean Charles Moise abordou o papel da MINUSTAH e fez algumas ponderações a respeito:

“Se acontece um caso de violência e nós chamamos a MINUSTAH, eles nos dizem que não estão lá para isso. A MINUSTAH está lá para reprimir as pessoas que se manifestam pela miséria, que pedem por emprego. A MINUSTAH não pode trabalhar pela segurança, mas pode reprimir as pessoas que tomam as ruas para reivindicar. Não é aceitável.”⁶²

61 Le dernier moment de la colonisation consiste à coloniser l’histoire du colonialisme (LASKE, 2008).

62 Consulte usted cualquier enciclopedia. Pregunte cuál fue el primer país libre en América. Recibirá siempre la misma respuesta: los Estados Unidos. Pero los Estados Unidos declararon su independencia cuando eran una nación con seiscientos cincuenta mil esclavos, que siguieron siendo esclavos durante un siglo, y en su primera

Em contrapartida, a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), uma federação de organizações não-governamentais, quatro meses após o terremoto, publicou um relatório sobre a gestão da ajuda humanitária e os desafios da reconstrução em termos de direitos humanos. O relatório refere-se ao "Plano de Acção" (HAÏTI, 2010), elaborado pelas autoridades haitianas e adotado na conferência de 31 de março de 2010. Está presente no relatório uma série de recomendações destinadas a colocar os direitos humanos no centro da reconstrução são dirigidas às autoridades haitianas e à comunidade internacional.

O relatório destaca a importância de garantir a segurança física, alimentar e sanitária das pessoas afetadas, além de assegurar a transparência na comunicação das medidas tomadas para sair da situação de emergência. Além disso, é fundamental investir na consolidação do Estado de direito e do sistema de justiça, bem como na desconcentração e descentralização dos serviços públicos. Dessa forma, é possível garantir o pleno gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais a toda a população (HAÏTI, 2010).

Além disso, é salientado que só o envolvimento de todo o povo haitiano permitirá uma reconstrução sólida e duradoura do Estado de direito. Recomendando que os vários atores internacionais coordenem e harmonizem suas estratégias com as do Estado e da sociedade civil haitiana, enquanto são recomendadas linhas de ação destinadas a permitir que o Haiti saia da dependência econômica (HAÏTI, 2010).

4.4 Casos de abuso e exploração sexual envolvendo militares das tropas de paz

Para o professor Ricardo Seitenfus, a principal marca da Minustah, comandada pelas tropas do Brasil durante treze anos (2004-2017), são milhares de vítimas de uma epidemia de cólera, a miséria e a instabilidade política em que o país se encontra ainda hoje (MELITO; SUDRÉ, 2020). De acordo com Seitenfus: "Nós nos apresentamos como salvadores do Haiti. Premiamos os generais brasileiros que passaram no Haiti com postos de ministros. No Palácio do Planalto, nunca foi contestado nada, quando de fato o Brasil foi conivente com essa situação" (MELITO; SUDRÉ, 2020). Para o professor, "ao invés de premiar os militares que lá foram, deveríamos pedir a conta a eles" (ibidem, 2020).

Constitución establecieron que un negro equivalía a las tres quintas partes de una persona. Y si a cualquier enciclopedia pregunta usted cuál fue el primer país que abolió la esclavitud, recibirá siempre la misma respuesta: Inglaterra. Pero el primer país que abolió la esclavitud no fue Inglaterra sino Haití, que todavía sigue expiando el pecado de su dignidad (GALEANO, 2011).

De acordo com Seitenfus, foi deixado para trás um país instável, com um estimativo de 50 mil mortes de cólera, além dos casos de assédio e de abuso. Em vez de os brasileiros tomarem conhecimento da veracidade sobre a MINUSTAH, há uma tentativa de dourar a pílula, de contar outra história, quando a história é muito dramática, muito difícil (MELITO; SUDRÉ, 2020). É apresentado apenas a uma versão positiva da história contada pelos generais, militares envolvidos na missão de paz e antigos chefes de Estado”.

Em vista disso, a MINUSTAH é considerada uma das missões mais controversas da ONU. Tem sido o foco de extensas alegações de exploração e abuso sexual. Existe uma quantidade chocante de pessoas associadas a manutenção da paz uniformizado e não uniformizado que tem sido associado a violações dos direitos humanos, incluindo a exploração sexual, estupro e até mortes ilegais.

Isto posto, foi realizado um estudo por Sabine Lee, da Universidade de Birmingham, e Susan Bartels, da Universidade Queen's. Durante o estudo foram recolhidas histórias pedindo aos participantes que relatem como é ser uma mulher ou uma menina (criança) que vive em uma comunidade que recebe uma missão de manutenção da paz. Foram gravados áudios e depois os participantes interpretaram as suas experiências respondendo a uma série de perguntas pré-definidas, com o fim de compreender melhor as circunstâncias e as consequências das suas interações com as forças de manutenção da paz (LEE; BARTELS, 2019).

Logo em seguida, é evidenciado pelos entrevistadores que os participantes podiam partilhar qualquer história que escolhessem, sobre qualquer pessoa, e não eram de modo algum incitados a falar sobre abuso ou exploração sexual. Dessa maneira, as narrativas foram capturadas por assistentes de investigação haitianos formados nas comunidades em torno das dez bases da ONU no Haiti, no Verão de 2017. Cerca de 2.500 haitianos foram questionados sobre as experiências de mulheres e crianças locais que vivem em comunidades que acolhem operações de paz. Foram capturadas várias experiências positivas e negativas, mas 265 (10 por cento) de todas as histórias eram sobre crianças com pais que atuavam nas missões de paz. Para os entrevistadores, isto é particularmente digno de nota, uma vez que o inquérito não perguntou sobre relações sexuais com as forças de manutenção da paz ou sobre crianças concebidas através de tais relações (LEE; BARTELS, 2019).

Ademais, isso sugere não só que o abuso e exploração sexual pelo pessoal das forças de manutenção da paz da ONU não é raro, mas também, como disse uma participante da investigação de Port-Salut nas suas próprias palavras: "Há muitas mulheres jovens que têm filhos com a MINUSTAH". Isto foi ecoado por um homem em Saint Marc que nos disse: "A MINUSTAH deu-nos muitos filhos sem pais":

Pouco se sabe sobre o impacto de ser uma criança gerada especificamente por um soldado de uma força de paz. Ainda menos se sabe se os "bebês da paz" experimentam suas infâncias e juventudes de forma diferente, dependendo das circunstâncias de sua concepção e, particularmente, dependendo se foram concebidos em um relacionamento consensual, explorador ou abusivo. O fato de a população haitiana ter cunhado um termo específico em Kreyol, *pitit MINUSTAH*, e de a língua oficial do Haiti, o francês, ter dois termos separados *bébés casques bleus* (bebês capacetes azuis) ou *«les enfants abandonnés par la MINUSTAH»* (as crianças abandonadas pela MINUSTAH), é uma indicação de que essas crianças não são uma raridade, mas, em vez disso, são um grupo considerável e reconhecidos pela população local como tendo um parentesco que os diferencia de outras crianças locais. Isso sugere que suas experiências serão diferentes daquelas de seus pares com pais haitianos (LEE; BARTELS, 2019, tradução feita pela autora).⁶³

Além disso, não existiram somente histórias de mulheres e meninas sendo sexualmente agredidas pela MINUSTAH, mas também de homens e rapazes sendo igualmente abusados⁶⁴. Mas nessa investigação, a agressão sexual estava na minoria dos encontros sexuais relatados. Em vez disso, os dados realçaram um problema muito mais generalizado, embora menos divulgado nos meios de comunicação social: sexo transacional com pessoal da ONU.

Eles abusaram de muitas de nossas famílias, eles podem encontrar uma jovem ... Eles podem parecer que te amam, eles deixam cair algumas moedas em suas mãos, depois de dormirem com você, quando colocam algumas moedas em sua mão para derrubar um bebê em você. E esta criança lê nos mesmos braços que você não tem.... Então, a criança está em seus braços, sua família não tem nada. Tudo isso é abuso da MINUSTAH no país. ("Abaixo a MINUSTAH", compartilhada por um homem solteiro em Saint Marc) (LEE; BARTELS, 2019, p. 195, tradução feita pela autora).⁶⁵

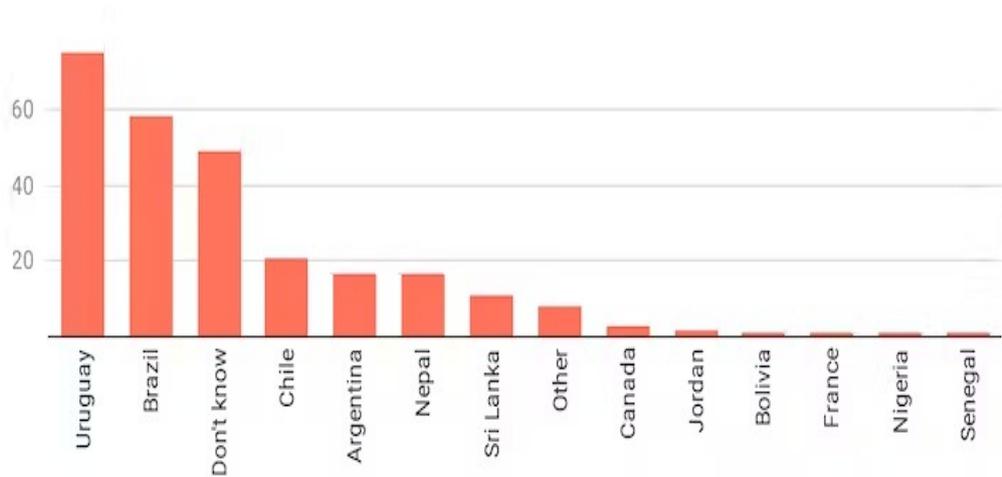
Do total de histórias, 28,3% envolvem soldados do Uruguai, e 21,9% do Brasil. As narrativas revelam como meninas de apenas 11 anos eram estupradas e engravidadas pelos Capacetes Azuis, sendo depois "abandonadas na mais absoluta miséria", conforme relatou um dos entrevistados. Tiveram que manter sozinhas os filhos que foram fruto desses relacionamentos porque os pais eram repatriados assim que a gravidez era conhecida. Não são poucos os militares e funcionários que foram relacionados com violações dos direitos humanos que incluem exploração sexual, estupros e inclusive homicídios (LEE; BARTELS, 2019).

63 [...] the very persistence of these logics is evident in contemporary liberal humanitarian intervention. (ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R.. 2014. p. 23).

64 Essa entrevista dada ao Le Temps do professor Seitenfus pode ser encontrada em Robert (2010)

65 Essa entrevista dada ao Le Temps do professor Seitenfus pode ser encontrada em Robert (2010)

Figura 8: Países de origem dos capacetes azuis envolvidos nas histórias dos "bebês-peacekeeper"



Fonte: Dados disponíveis em Lee; Bartels, 2019.

Além disso, conforme estatísticas da ONU publicadas em 2018, ao longo dos últimos 5 anos a organização reconheceu acusações de 612 mulheres e crianças (JOHNSTON, 2018). Dessas, 131 vítimas disseram ter engravidado após os ataques, com algumas sendo menores de idade à época dos abusos. Apesar de resoluções do Conselho de Segurança sobre o tema, como a 1325, publicada em 2000 e que defende a presença de mulheres em esforços de construção da paz, e a 1820, publicada em 2008, que reconhece a violência sexual como tática de guerra, a promoção de uma política de igualdade de gênero em operações de paz ainda é de difícil implementação (SHEPHERD, 2018).

Marie* tinha 14 anos e estava matriculada em uma escola cristã quando conheceu e se envolveu com Miguel, um soldado brasileiro trabalhando no Haiti como pacificador da ONU. Quando ela contou a ele que estava grávida de seu filho, Miguel disse que ajudaria com a criança. Mas em vez disso, ele voltou para o Brasil. Marie escreveu para ele no Facebook, mas ele nunca respondeu. Depois de saber que estava grávida, o pai de Marie a obrigou a deixar a casa da família e ela foi morar com sua irmã. Seu filho agora tem quatro anos e Marie ainda não recebeu nenhum apoio do exército brasileiro, de uma ONG, da ONU ou do estado haitiano. Marie provê o que pode para seu filho, mas não pode pagar por sua educação escolar. Ela trabalha por uma taxa horária de 25 gourdes (cerca de 26 centavos de dólar) para que ela e seu filho possam comer. Mas ela precisa de ajuda com moradia e com o pagamento das taxas escolares (LEE; BARTELS, 2019, tradução feita pela autora)⁶⁶.

⁶⁶ Marie* was 14 years old and enrolled in a Christian school when she met and became involved with Miguel, a Brazilian soldier working in Haiti as a UN peacekeeper. When she told him that she was pregnant with his baby, Miguel said he would help her with the child. But instead, he returned to Brazil. Marie wrote to him on Facebook but he never responded. After learning that she was pregnant, Marie's father forced her to leave the family home and she went to live with her sister. Her child is now four and Marie has yet to receive any support from the Brazilian military, an NGO, the UN, or the Haitian state. Marie provides what she can for her son but she cannot afford to send him to school. She works for an hourly wage of 25 gourde (around 26 US cents) so that

As narrativas revelam como meninas tão jovens quanto 11 anos foram sexualmente abusadas e engravidadas por soldados da paz e depois, como disse um homem, "abandonadas na miséria" para criar seus filhos sozinhas, muitas vezes porque os pais são repatriados assim que a gravidez é descoberta. Mães como Marie são então deixadas para criar as crianças em ambientes de extrema pobreza e desvantagem, com a maioria recebendo pouca ou nenhuma assistência (LEE; BARTELS, 2019).

Em vista disso, é definido como exploração sexual pelo Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR):

Para efeitos do presente boletim, o termo "exploração sexual" significa qualquer abuso ou tentativa de abuso por parte de uma posição de vulnerabilidade, poder diferencial, ou confiança, para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a lucrar monetariamente, social ou politicamente com a exploração sexual de outra pessoa. Da mesma forma, o termo "abuso sexual" significa a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercivas. [...] (a) A exploração sexual e o abuso sexual constituem atos de má conduta grave e são, portanto, motivo para medidas disciplinares, incluindo a demissão sumária; (b) É proibida a atividade sexual com crianças (pessoas com idade inferior a 18 anos) independentemente da idade da maioria ou da idade de consentimento local. Confundir a idade de uma criança não é uma defesa (UNHCR, 2003, tradução feita pela autora)⁶⁷.

O que se entende por "má-conduta sexual" no contexto das operações de manutenção de paz, de acordo com o autor Aureo Toledo e Lorraine Braga (2020) não é um conceito que se limita apenas às relações sexuais forçadas, mas também inclui práticas como prostituição e o uso da posição de poder do peacekeeper para obter favores sexuais em troca de bens de consumo, como comida, roupas, dinheiro ou presentes. Existe uma diferença gritante – cultural, econômica e social – entre os locais e os oficiais em missão. Assim, os autores destacam que, devido à assimetria de poder entre os peacekeepers e a população local, é difícil para as mulheres consentirem livremente com esses tipos de relacionamento, o que torna essas práticas inadequadas e desencorajadas.

she and her son can eat. But she needs help with housing and paying for school fees (LEE; BARTELS, 2019)

⁶⁷ For the purposes of the present bulletin, the term “sexual exploitation” means any actual or attempted abuse of a position of vulnerability, differential power, or trust, for sexual purposes, including, but not limited to, profiting monetarily, socially or politically from the sexual exploitation of another. Similarly, the term “sexual abuse” means the actual or threatened physical intrusion of a sexual nature, whether by force or under unequal or coercive conditions. [...] (a) Sexual exploitation and sexual abuse constitute acts of serious misconduct and are therefore grounds for disciplinary measures, including summary dismissal; (b) Sexual activity with children (persons under the age of 18) is prohibited regardless of the age of majority or age of consent locally. Mistaken belief in the age of a child is not a defense (UNHCR, 2003).

Todo dia escutava mulheres que se queixavam da violência sexual por parte da MINUSTAH*. E foram contaminadas por AIDS através da violência sexual. Há também algumas que estão grávidas. E não houve somente histórias de mulheres e meninas agredidas sexualmente pela MINUSTAH, mas também homens e meninos que sofreram abusos semelhantes. [...] As declarações revelam como meninas de apenas 11 anos foram abusadas sexualmente e engravidadas pelos efetivos das forças de paz e depois, como disse um dos entrevistados, 'ficaram na miséria' para criar seus filhos sozinhas [...]. O estudo afirma que 28,3% e 21,9% do pessoal da ONU – comprometidos nestas situações – foram identificados como pertencentes ao Uruguai e ao Brasil, respectivamente [...]. devemos levantar e agregar a essa reivindicação, o julgamento e punição para quem, submetendo-se às ordens imperialistas, ocuparam e abusaram de meninas, jovens e mulheres. E não somente devem ser castigados os que efetuaram as agressões materiais, *como também todos aqueles que permitiram a partir de seus altos cargos civis e militares que esta ocupação fosse levada adiante no Haiti.* (MINUSTAH, s.d.)

4.5 O surto de Cólera no Haiti

Após o terremoto em janeiro de 2010, um dos maiores desafios enfrentados pela ONU e pela comunidade internacional era manter os acampamentos que se encarregaram de prestar ajuda humanitária. Empresas de engenharia formadas por militares de diversos países, incluindo Brasil, Equador, Chile, Japão e Coreia do Sul, foram convocadas para apoiar o governo haitiano na execução de grandes projetos, como a restauração de estradas, a demolição de edifícios condenados e a preparação de grandes áreas para abrigar os deslocados (MONTENEGRO, 2013).

No entanto, no dia 19 de outubro de 2010 foi anunciado oficialmente a descoberta da bactéria da cólera, que em pouco tempo, se espalhou através do território haitiano (SEGUY, 2014, p.28). Em novembro de 2010, o epidemiologista francês Renaud Piarroux conduziu uma investigação no Haiti, um mês após o surgimento do primeiro caso de cólera pela Brigada médica cubana em Mirebalais (Centro) em 14 de outubro. Como especialista em cólera, o professor Piarroux não teve dúvidas de que a epidemia foi causada por uma cepa importada que se disseminou partir da base nepalesa da Minustah cujo um grupo de soldados havia chegado ao Haiti quatro dias antes (SEGUY, 2014, p.28).

Piarroux confirmou que a origem da epidemia provinha do campo nepalês da MINUSTAH, localizado próximo a Mirebalais, no centro do país. Os resíduos produzidos pelo campo infectado foram despejados, em quantidades gigantes, em um afluente do rio Artibonite, o maior do país (FERNANDEZ, 2011). Por sua vez, autoridades de saúde e ONGs

se dizem impotentes para deter o contágio. A respeito disso, as jornalistas Kathie Klarreich e Linda Polman observaram que:

Água limpa sempre foi uma raridade nesse país, e essa raridade é justamente a razão pela qual a epidemia [de cólera] se espalhou tão rapidamente. Enquanto isso, dos 175 milhões de dólares requisitados pelas Nações Unidas para ajudar a reduzir a epidemia, menos da metade foi dada. Por sua parte, várias ONGs (entre elas a UNICEF, a Cruz Vermelha inglesa e a William J. Clinton Foundation) lutaram contra a epidemia com campanhas visando a informar o público sobre a importância da higiene e em seguida realojaram haitianos em áreas que tinham nem banheiros nem pias para lavar as mãos. Em agosto de 2011, quase um ano depois da introdução do cólera, apenas 12% das tendas colocadas pelas ONGs tinham pias. E somente 7% dos acampamentos tinham acesso à água limpa de acordo com um censo das Nações Unidas, comparados a 48% em março do ano anterior [2010]. Das 12 000 latrinas necessárias, há apenas 4,579, ou seja, 30% que eram funcionais". (KLARREICH; POLMAN, 2012).

De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em um informe técnico em 2018, sobre os dados da epidemia de cólera no Haiti, em outubro de 2010 foram registrados os primeiros casos de cólera no Haiti. Desde o início da epidemia até março de 2014 foram registrados 700.541 casos confirmados, 391.751 hospitalizações (55,9%) e 8.546 óbitos. A taxa de letalidade acumulada continua a ser 1,2%, com variações de 4,5% no departamento de Sud Est a 0,6% em Porto Príncipe. Em 2016, da semana 1 a 27 de 2016 foram notificados 21.661 casos suspeitos de cólera com 200 óbitos. Destaca-se que só nas 4 primeiras semanas de 2016, o número de notificações e de óbitos superaram o mesmo período de 2014 e 2015. Em 2017, da semana 1 a 50, ocorreram 157 óbitos, havendo, entretanto, um decréscimo de casos de 68% em relação a 2016 e o menor registro de casos desde o início do surto em outubro de 2010 e também em relação aos óbitos (INFORME, 2018).

Por fim, a ONU emitiu um pedido público de desculpas após uma longa negação de responsabilidade e recusa em fornecer às vítimas um espaço para buscar reparação. O Secretário-Geral anunciou um plano de remediação que envolve a erradicação da doença no Haiti e fornecimento de assistência material e apoio às vítimas, suas famílias e comunidades afetadas, através de projetos e iniciativas comunitárias. Há também a possibilidade de pagamento de indenização às famílias dos indivíduos que perderam a vida em decorrência da cólera (SILVA, 2019, p.91).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das minhas motivações para ter escolhido estudar as perspectivas de raça e racismo no Haiti, primeiro, foi por ser uma mulher preta no curso de Relações Internacionais. Muitas vezes, os temas abordados giram em torno do continente Europeu e de assuntos que privilegiam perspectivas brancas e/ou de pessoas brancas, então sempre senti que faltavam temas que se aproximasse mais da minha realidade. Devido a isso senti a necessidade de buscar outras referências e perspectivas que não são tão exploradas no curso e entender como essas questões afetam outras regiões do mundo, como é o caso do Haiti.

A primeira vez que tive contato com o tema foi durante o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) intitulado "A participação militar brasileira no Haiti: uma abordagem a partir da perspectiva do *peace journalism*". A elaboração desse trabalho me levou a questionar toda a estruturação da MINUSTAH e a refletir sobre o motivo pelo qual o país possuía tantas Missões de paz e o que aconteceu anteriormente até o Haiti que é conhecido atualmente. Evidencia-se então a necessidade de trazer um capítulo introdutório que traga alguns momentos históricos que são importantes para pensar sobre o papel que a sociedade internacional possui no Haiti.

Com isso, chegou-se em um tema que fazia a junção de elementos primordiais para a compreensão da construção do Estado Haitiano, um país de maioria negra, que sofreu diversas intervenções externas: "Raça, Racismo e Racismo de Estado na MINUSTAH". Assim, o caso do Haiti é paradigmático para pensar as interconexões entre raça, racismo e relações internacionais, bem como o papel exercido pelas operações de paz nessa trama (GUERRA, 2018, p.10).

Em vista disso, a partir da análise feita na presente monografia é possível perceber que através da história do Haiti e de sua independência, o Ocidente tentou apagar a Revolução Haitiana da memória coletiva e de como o país foi esquecido dos debates internacionais durante muito tempo (SEITENFUS, 2014).

É importante destacar que a ideia de raça surgiu como forma de diferenciação entre os povos. Entretanto, os colonizadores utilizaram-na como justificativa para a dominação das demais populações, estigmatizando e excluindo corpos (MBEMBE, 2024). Desse modo, é possível compreender como o racismo de Estado se manifesta na Missão de Estabilização das

Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Conclui-se que a presença das tropas de paz e sua intervenção nos conflitos internos do país reforçam as estratégias do Ocidente para enfraquecer o Estado haitiano (SEGUY, 2014). Esse enfraquecimento é causado por violações dos direitos humanos, exploração sexual, estupros de cidadãos haitianos por parte dos capacetes azuis, mortes ilegais e trabalhos forçados.

Ademais, é importante ressaltar que é extremamente prejudicial a não participação ativa do povo haitiano nas decisões que afetam seu próprio país. Além disso, há o desafio da dependência econômica criada pela constante entrada de ajuda humanitária, que pode desencorajar a produção local e estabelecer uma cultura de dependência. Outrossim, a falta de transparência e dados sobre os recursos doados através de ONGs é uma questão crítica. Ainda, é necessário mencionar que a ajuda humanitária muitas vezes não leva em consideração as tradições e a cultura local, o que pode dificultar a adaptação e a aceitação da ajuda pelos beneficiários (SEGUY, 2015 a).

Também fica evidente o papel que as Operações de Paz exercem ao difundir um modelo normatizador de como os Estados devem operar, o que, constantemente, serve aos interesses das grandes potências industriais (PARIS, 2002). Com isso, a respeito da violência direta perpetrada contra a população negra periférica do Haiti, a atuação da MINUSTAH também se manifestou em outra forma de racismo, diz respeito à imposição de modelos institucionais, políticos e econômicos estrangeiros, marginalizando a participação efetiva da população local (SEGUY, 2015 b).

Dessa forma, essas missões de Paz aproximam-se dos ideais colonialistas e imperialistas instrumentalizados para a legitimação das "missões civilizatórias", a cargo do "fardo do homem branco" de levar a civilização para o mundo, sedimentando assim as bases das relações internacionais entre "centro" e "periferia", inauguradas com a modernidade (MBEMBE, 2014, p.17).

Além de que a história colonial deixou um legado de doenças trazidas por missionários e padres que contaminaram os povos nativos, assim como a cólera que foi levada ao Haiti por soldados da MINUSTAH. A exploração da mão de obra haitiana, que era considerada mais barata, e os massacres realizados pelos soldados presentes na MINUSTAH são exemplos claros de como as práticas de opressão e dominação continuam a se manifestar nas missões de paz da ONU (GUERRA, 2018).

É inegável que a presença da MINUSTAH no Haiti foi marcada por uma série de violações aos direitos humanos, incluindo massacres, exploração, estupros, disseminação de doenças e mortes ilegais. Segundo autores que vivenciaram a realidade haitiana durante a presença da MINUSTAH, como SEGUY (2014), SEITENFUS (2014) e LÔBO (2020), os procedimentos adotados pela missão ignoravam as necessidades reais da população e beneficiavam predominantemente os países desenvolvidos que financiavam a operação. Diante desses aspectos, é perceptível que a MINUSTAH se enquadra na classificação proposta por Paris (2002) das Missões de Paz da ONU como Missões Civilizatórias atuais.

Por fim, levando em consideração que a agência local não é considerada em nenhuma das etapas de uma construção da Paz, exceto em formas relativamente negativas (RICHMOND, 2009, p. 6), conclui-se que para que sejam propostas soluções para resolver efetivamente os problemas enfrentados pelo Estado Haitiano, é necessário dar à população local um papel central e permitir que exerçam plenamente seu autogoverno e autodeterminação (SEGUY, 2015 b), em vez de serem controlados por organizações internacionais. Por último, as questões não abordadas neste estudo e as lacunas identificadas serão trabalhadas em um momento posterior, especialmente durante a minha futura trajetória acadêmica almejando a realização de um curso de mestrado para pesquisa sobre este tema.

Referências

ALVAREZ, Rodrigo. **Haiti, depois do inferno: Memórias de um repórter no maior terremoto do século.** Globo Livros, 2012.

AMEUR, Farid. **Guerra da Secessão.** L & PM Pocket, 2010.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Confronting the global colour line: An introduction.** In: Race and racism in International Relations. Routledge, 2014. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/170929/ngo-republic-haiti#>>. Acesso em: 10 fev. 2023

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: As identidades ambíguas.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

BARROS, João; RODRIGUES, Layra Fabian Borba. Uma abordagem do racismo brasileiro a partir de Quijano. **Revista ODEERE**, v. 4, n. 8, p. 292-311, 2019. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5388>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos CEBRAP**, p. 131-171, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/Rms6hs73V39nPnYsv44Z93n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CANASTRA, Fernando. OCDE, et al. (2013). **Perspectivas económicas em África, 2013.** Transformação estrutural e recursos naturais em África. Edições OCDE. **Revista Electrónica de Investigación e Desenvolvimento**, n. 4, 2015. Disponível em: <<https://reid.ucm.ac.mz/index.php/reid/article/view/47/0?articlesBySameAuthorPage=18>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CARVALHO, Aderson Bussinger. **Socorro ao povo do Haiti sim, mas ocupação não.** Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 117, 2010. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/943>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. From discourse on colonialism. In: MOORE-GILBERT, B.; STANTON, G.; MALEY, W. **Postcolonial criticism.** New York: Routledge, 2014. p. 73-90.

CHANTAL, Roromme. Idées - La violence, Haïti et les colons. Le Devoir, Montréal, 19 juil. 2021. Disponível em: <<https://www.ledevoir.com/opinion/idees/618960/idees-la-violence-haiti-et-les-colons>>. Acesso em: 11 mai 2023.

CHARLES, Gérard Pierre. Crisis del Estado e intervención internacional en Haití. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 10, n. 3, p. 233-242, 2004. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6231>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

DEATH of UN Force Commander in Haiti ruled suicide. Disponível em:

<<https://news.un.org/en/story/2006/01/165702>>. Acesso em: 1 maio. 2023.

DESROSIERS, Michaëlle; SEGUY, Franck. Haiti: As violações coletivas da Minustah. **Diário da Liberdade: Portal anticapitalista da Galiza e os países lusófonos**, v. 19, 2011. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/america-latina/repressom-e-direitos-humanos/19674-haiti-as-violacoes-coletivas-da-minustah.html>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the new world: the story of the haitian revolution**. USA: Harvard University Press, 2004.

DUBOIS, Laurent; RUMYEKE, Thomas van. *Les vengeurs du nouveau monde: histoire de la révolution haïtienne*. (No Title), 2009.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELIZONDO, Gabriel. AL JAZEERA. **An insider 's critique of what went wrong in Haiti**. 2011. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2011/1/8/an-insiders-critique-of-what-went-wrong-in-haiti>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FERNANDEZ, B. **O fracasso das Nações Unidas no Haiti**. Disponível em:

<<https://www.monde-diplomatique.fr/carnet/2011-01-12-Haiti>>. Acesso em: 1 maio. 2023.

FICK, Carolyn E. Haiti. **Naissance d'une nation**. La Révolution de Saint-Domingue vue d'en bas. Bayeux: Les Perséides, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. O Haiti: história, literatura, cultura. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 6, n. 12, p. 371-395, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159114589004>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)** / Michel Foucault: tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Altamira, 1976.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. 2012.

GALEANO, Eduardo. **A história do Haiti é a história do racismo**. EcoDebate, site de informações, artigos e notícias socioambientais. Publicado em, v. 23, 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/01/23/a-historia-do-haiti-e-a-historia-do-racismo-artigo-de-eduardo-galeano/>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GALEANO, Eduardo. **Haití, país ocupado. Discurso proferido na Biblioteca Nacional, no marco da mesa-debate Haití y la respuesta latinoamericana**. Montevideo, v. 27, 2011. Disponível em: <<http://www.dadychery.org/2011/09/30/eduardo-galeano-haiti-occupied-country/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GALTUNG, Johan (1990). Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, vol. 29, n. 3, p.p. 291-305.

GARRIGUS, John D. **Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2 edições, 2012.

GOUVERNEMENT de la République d'Haïti . **Plan d'action pour le relèvement et le développement d'Haïti, les grands chantiers pour l'avenir**. Port-au-Prince. 2010.

GROSFOGUEL, Ramón. El concepto de «racismo» En Michel Foucault y Frantz Fanon: teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser. **Tábula rasa**, n. 16, p. 79-102, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GUERRA, Lucas. Raça, racismo e operações de paz: uma análise crítica da MINUSTAH. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 7, n. 1, p. 39130, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/39130>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

HAÏTI, une nation ébranlée: Pour une reconstruction fondée sur les droits humains incluant le peuple haïtien. Fédération internationale des droits de l'homme. 19 mai 2010. Disponível em: <<https://www.fidh.org/fr/regions/ameriques/haiti/Haiti-une-nation-ebranlee-Pour-une>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

HAITI. CIA. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/haiti/>>. Acesso em: 30 abr. 2023. s. d.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Museu Nacional/UFRJ, 2015. Disponível em:<<https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/diaspora-as-dinamicas-da-mobilidade-haitiana-no-brasil-no-suriname-e-na-guiana-francesa/>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

HILL, J., 2005. Beyond the Other? A postcolonial critique of the failed state thesis. **African Identities**, vol. 3, n. 2, pp. 139-154.

HUNTER, Aaron. **IT STAYS WITH YOU: USE OF FORCE BY UN PEACEKEEPERS IN HAITI**. *Pluralities*, v. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.pluralities.org/volume-one#/01/02/>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INFORME Net Dta. Informe Técnico No 01/2018. 2018. Situação da Colera no Mundo. Disponível em: <https://saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-transmitidas-por-agua-e-alimentos/doc/2018/colera18_infteccolera.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2023.

INTERNATIONAL Development Statistics (IDS) online databases - **OECD**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-data/idsonline.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2023. s.d.

JAMES. C. L. R. **Os jacobinos negros – Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. Tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

JOHNSTON, Lucy. “Now UN peacekeepers stand accused after 612 cases of sex abuse”. *Express*, 2018. Disponível em: <<https://www.express.co.uk/news/world/920390/Sexual-abuse-UN-peacekeeper-accused-612-cases>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

JOUVENEL, Bertrand de. **As origens do Estado Moderno**: Uma história das ideias políticas no século XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KAWAGUTI, Luis. **A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. Globo Livros, 2006.

KHALIL VIANA, Suhayla Mohamed. A MINUSTAH e a participação brasileira. **Revista Senso Comum**, n. 1, p. 22-37, 2009. Disponível em: <<https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/6>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

KLARREICH, Kathie; POLMAN, Linda. **The NGO Republic of Haiti**. 31 out. 2012. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/archive/ngo-republic-haiti/>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

LASKE, Karl. Sarkozy, **l’anti-Césaire**. In: *Libération*, Paris, 2008. Disponível em: <https://www.liberation.fr/contre-journal/2008/04/21/sarkozy-l-anti-cesaire_70091/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. ‘They Put a Few Coins in Your Hand to Drop a Baby in You’: A Study of Peacekeeper-Fathered Children in Haiti. **International Peacekeeping**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 121-142, 2019. Disponível em: <10.1080/13533312.2019.1698297>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LEFIGARO. L’ONU en échec dans les rues de Port-au-Prince. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/2006/02/07/01003-20060207ARTFIG90101-l_onu_en_echec_dans_les_rues_de_port_au_prince_.php>. Acesso em: 1 maio. 2023.

LEMOS, S. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LUCIEN, Jorge Eddy. Considerações sobre a devastadora temporada de furacões de setembro de 2008 no Haiti: A importância de grandes ações do ponto de vista da sustentabilidade. **Estudos do Caribe**, 17, 2012.

LYNCH, Column. **U.N. Finds Fraud, Mismanagement in Peacekeeping**. 18 dez. 2007.

Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/12/17/](https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/12/17/AR2007121701914.html)

AR2007121701914.html>. Acesso em: 1 maio. 2023.

MAC GINTY, Roger. **International peacebuilding and local resistance: Hybrid forms of peace**. Springer, 2011.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver. The local turn in peace building: a critical agenda for peace. **Third World Quarterly**, vol. 34, n. 5, pp. 763-783, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10.1080/01436597.2013.800750>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MANIGAT, Leslie. **Da hegemonia francesa ao imperialismo americano: 243-253**, In Marc. 2003. Disponível em:

<[https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.800750?](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.800750?journalCode=ctwq2)

journalCode=ctwq2>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MARQUSEE, H. Mapping the “Republic of NGOs” in Haiti. Disponível em:

<<https://www.newsecuritybeat.org/2011/01/mapping-the-republic-of-ngos-in-haiti/>>. Acesso em: 1 maio. 2023.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MCLAUGHLIN, C. It stays with you: Use of force by UN peacekeepers in Haiti. 2017.

Disponível em: <<https://vimeo.com/409176307>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MELITO, L.; SUDRÉ, L. Mortes por cólera e golpe eleitoral: o rastro da missão brasileira no Haiti. **Brasil de Fato**. 2020. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/09/mortes-por-colera-e-golpe-eleitoral-o-rastro-das-missao-brasileira-no-haiti>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. **Serie Afterall**, v. 2, 2019.

MIGNOLO, Walter. Diferencia colonial y razón postoccidental. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). **La reestructuración de las ciencias sociales en América Latina**. Bogotá: Universidad Javeriana (Instituto Pensar, Centro Editorial Javeriano), 2000.

MILLS, C. **The Racial Contract**. London: Cornell University Press, 1997.

MILLS, Charles W. O contrato de dominação. Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC, 2013. Disponível em:

<<http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/2162>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MINUSTAH. Corpo de Fuzileiros Navais Disponível em:

<<https://www.marinha.mil.br/cgcfn/minustah>>. Acesso em: 27 abr. 2023. s.d.

MINUSTAH: abuso e exploração sexual infantil no Haiti. Disponível em:

<<https://litci.org/pt/2020/01/14/minustah-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-no-haiti/>>.

Acesso em: 1 maio. 2023. s.d.

MONTENEGRO, Bruno Márcio Patrício. **Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (2004-2011):** problemas, progressos e desafios. 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96018>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito.** Paco Editorial, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo.** Editora Perspectiva SA, 2020.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840).

Dimensões, n. 21, 2008.

NATIONAL Intelligence Concl. “Global Trends 2030: Alternative Worlds”. Dezembro de

OCDE. **Official Development Assistance (ODA).** 2019. Disponível

em:<<https://www.oecd.org/dac/financing-sustainabledevelopment/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural:** uma perspectiva histórico-crítica. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

ONNEKINK, David. Treaty of Ryswick (1697). **The Encyclopedia of Diplomacy**, p. 1-4, 2018. Disponível em:

<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118885154.dipl0491>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

OPENING Space for Popular Movements: A Conversation with Samba Boukman and Samba Mackandal. 2006. Interview with Samba Boukman. Disponível em:

<<https://canada-haiti.ca/content/2006-interview-samba-boukman>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ORSI, C. Ajuda internacional ao Haiti é ‘grande mentira’, defende tese. **Unicamp.** 2014.

Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/594/ajuda-internacional-ao-haiti-e-grande-mentira-defende-tese>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

PARIS, Roland. **At War's End:** Building Peace After Civil Conflict. Nova York: Cambridge University Press. 2004.

PARIS, Roland. International peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’. **Review of international studies**, v. 28, n. 4, p. 637-656, 2002. Disponível em:

<<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/international-peacebuilding-and-the-mission-civilisatrice/>

EB1FC118CCE74ABE4C5A83AC3BB61388>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PEREIRA, Augusto Heleno. Operação de Paz no Haiti. Palestra realizada em 14 de outubro de 2005, no Palácio do Planalto, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/lula/operacao-de-paz-no-haiti-2005>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PINHEIRO, Juliana Sandi. **A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti**. 2015. 237 f., il. Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19957>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. **SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/racializando-o-debate-sobre-direitos-humanos/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PORTO, Henrique. **Cenário no Haiti já era de tragédia antes do terremoto, diz MV Bill**. G1 Mundo Notícias. 2010. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hipv6l>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23559>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Abierto**, v. 28, n. 1, p. 255-301, 2019. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade. **Peru Indígena**, vol. 29, pp. 11-21, 1991.

RAMACHANDRAN, Vijaya; WALZ, Julie. Haiti: Where has all the money gone?. **Journal of Haitian Studies**, v. 21, n. 1, p. 26-65, 2015. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/publication/haiti-where-has-all-money-gone>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

RESULTS and Impact. PEPFAR. U.S. Department of State. Disponível em: <<https://www.state.gov/results-and-impact-pepfar/>>. Acesso em: 29 abr. 2023. s.d.
RFI. **L'ONU décide de suspendre l'ensemble des soldats de la paix sri-lankais**. 2019. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/fr/asie-pacifique/20190927-sri-lanka-onu-contingent-soldat-shavendra-silva-chef-armee>>. Acesso em: 1 maio. 2023.

RICHMOND, Oliver. The Romanticisation of the Local: Welfare, Culture and Peacebuilding. **The International Spectator**, vol. 44, n. 1, p. 149-169, 2009.

ROBERT, Arnaud. Haïti est la preuve de l'échec de l'aide internationale. **Le Nouvelliste**.

2010. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/236458/haiti-est-la-preuve-de-lechec-de-laide-international>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Lukas Lobo. Haiti, MINUSTAH e democracia: a técnica de governo biopolítico na operação da Organização das Nações Unidas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 20, n. 28, p. 164-199, 2020. Disponível em:

<<https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3845>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SEGUY, F. RACISMO E DESUMANIZAÇÃO NO HAITI. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 10, n. 20, 2015 b. Disponível em:

<<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12594>>. Acesso em: 11 maio. 2023.

SEGUY, Franck. A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. 2014. 400 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014a. Disponível em:< <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document>>. Acesso em: 01 maio. 2023.

SEGUY, Franck. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano**.

2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9617>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SEGUY, Franck. Humanitarismo e questão racial no Haiti. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 143-157, 2015 a. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25763>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SEGUY, Franck. **Ocupación, cólera y negocios: las virtuosas actuaciones de la MINUSTAH**. La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe, editado por Mariano Féliz y María Orlanda Pinassi, p. 135-52, 2017. Disponível em: <<https://catalog.lib.uchicago.edu/vufind/Record/11700803/TOC>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

SEITENFUS, Ricardo. **O buraco negro da consciência ocidental. Letras de hoje**. Letras de Hoje: Estudos e debates de assuntos de lingüística, literatura e língua portuguesa, ISSN 0101-3335, Vol. 50, Nº. Extra 0 (n. supl.), 2015 (Ejemplar dedicado a: PPGL em diálogo – 45 anos), págs. 62-75. 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5610153>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SHEPHERD, Laura. *Gender, Security and Violence: discourse as practice* London: Zedbooks, 2008.

SILVA, Fernanda Ruy et al. **O direito do indivíduo à reparação por violações de direitos humanos cometidas por organizações internacionais: limites procedimentais da invocação da responsabilidade da ONU no caso de proliferação da cólera no Haiti (2010-2016)**. 2019.

SILVA, Francine Rossone. **A paz liberal nas operações de peacebuilding: o 'local' e os limites da crítica**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2012.

SILVÉRIO, V. R. "The brownies book: Du Bois e a construção de uma referência literária para identidade negra infanto-juvenil". **Childhood & Philosophy**, v. 17, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5120/512066359026/html/>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

TOLEDO, Aureo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 4, p. 46-76, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/60992>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

TOLEDO, Aureo; FACCHINI, Julia. Da transformação de conflitos à paz híbrida: uma análise das ideias de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.26792/rbed.v4n2.2017.75026>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

TROPAS de paz das Forças Armadas passam por inspeção da ONU. Gov.Br. 2021.

Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/07/tropas-de-paz-das-forcas-armadas-passam-por-inspecao-da-onu>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

TROUILLOT, Lyonel. Haïti: le Bien et le Mal... Humanitaire. **Enjeux, pratiques, débats**, n. 27, 2010. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/humanitaire/881>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **Os Jacobinos Negros**. Albuquerque: Revista de História, v. 4, n. 7, 2012.

UNHCR. "Secretary-General's Bulletin: Special Measure for protection from sexual exploitation and abuse". **UNHCR**, 2003. Disponível: <<http://www.unhcr.org/protection/operations/405ac6614/secretary-generals-bulletin-special-measures-protection-sexual-exploitation.html>>. Acesso em 17, mar, 2023.

VAZ, Anelise. **Muito além da paz**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2015.

VICTOR, F. **Terra desolada: o que o Brasil deixou para trás no Haiti**. piauí, Rio de

Janeiro, n. 155, 1º ago. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/terra-desolada/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WHAT is peacekeeping? Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 30 abr. 2023. s.d.

WHO we are. **InterAction**. Disponível em: <<https://www.interaction.org/about-interaction/>>. Acesso em: 27 abr. 2023. s.d.